



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE-CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGCASA



PRISCILA THAYANE DE CARVALHO SILVA

RESIDÊNCIA AGRÁRIA NO AMAZONAS: Encontro de saberes?

MANAUS – AM
2015

PRISCILA THAYANE DE CARVALHO SILVA

RESIDÊNCIA AGRÁRIA NO AMAZONAS: Encontro de saberes?



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, como parte requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Dinâmicas socioambientais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

**MANAUS – AM
2015**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586r Silva, Priscila Thayane de Carvalho
Residência agrária no Amazonas : Encontro de saberes? /
Priscila Thayane de Carvalho Silva. 2015
106 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Política Pública. 2. Extensão Rural. 3. Assistência Técnica. 4.
Pró-Rural. 5. Amazonas. I. Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

RESIDÊNCIA AGRÁRIA NO AMAZONAS: Encontro de saberes?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, como parte requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Dinâmicas Socioambientais.

Banca examinadora

Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Frase (Orientadora)
Faculdade de Ciências Agrárias – UFAM

Profa. Dra. Katia Helena S. C. Schweickardt - UFAM

Profa. Dra. Kátia Cavalcante - UFAM

Prof. Dra. Albejamere Pereira de Castro - UFAM

**Manaus – AM
2015**

DEDICO

À senhora Rocicleia, minha mãe.
Ao senhor Antônio, meu pai.
Aos homens e mulheres amazônidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar os meus caminhos.

À minha família: minha mãe Rocicleia Neves, meu pai Antônio Silva, aos meus avós, tios e tias. E a todos que estão distantes territorialmente, mas próximos em meu coração.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe pela paciência, amizade, carinho, e sabedoria, sobretudo, por ter compartilhado teoricamente na construção dessa dissertação.

Aos que aceitaram participar das entrevistas, produtores rurais, bolsistas e funcionários do IDAM, principalmente pela abertura e sinceridade em seus depoimentos.

Aos profissionais do Centro de Ciências do Ambiente, especialmente, ao coordenador Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira. E aos servidores Fernanda Mendes, Carlos Augusto conhecido como “Tijolo” e a Doralice Davila nossa eterna “dorinha”. Sendo esses sempre solícitos e primordiais em nossa jornada acadêmica.

Aos amigos que me deram apoio e incentivo, mesmo diante de todas as dificuldades apresentadas, em especial: Jeffeson Pereira, Marklize Siqueira, Christopher Steenbuck, Elder Araújo, Rosane Vargas, Francisca Pimentel, Jolemia Cristina N. Chagas, Vilsélia Pires, Peterson Colares, Larisse Santos, Fabrício Roncalio, Nereida Nogueira e Eliúde Soutelo.

A professora MSc. Jozane Santiago pelas conversas e encorajamento nas horas mais difíceis durante o mestrado e a família NUSEC pela acolhida e aceitação.

As professoras da banca examinadora, Professoras Kátia Schweickardt, Kátia Cavalcante e Albejamere Castro por aceitarem avaliar e contribuir significativamente com a minha sonhada e árdua dissertação.

A FAPEAM pela concessão de bolsa durante a construção da respectiva pesquisa.

E a todos (as) que me ajudaram diretamente e indiretamente nesse processo.

AGRADEÇO

RESUMO

A atinente pesquisa aborda sobre o projeto Residência Agrária/Pró-Rural a partir das linhas de Malva e Juta, Aquicultura, Culturas Alimentares e Organização social, desenvolvimento econômico e mercado, realizados em Manacapuru-AM. Ressalta-se que tal projeto é atrelado ao Programa Amazonas Rural, sendo este, autointitulado como uma política sustentável baseada na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2010). O Residência Agrária é divididos em nove linhas finalísticas e uma transversal, buscando atender as cidades do interior do Estado do Amazonas com a Assistência Técnica e Extensão Rural, partindo a priori do trabalho com transferências de tecnologias, voltadas ao setor primário. Logo, a investigação em pauta traz a respectiva política pública, além de apresentar as principais abordagens e contextos a elas inerentes, partindo, sobretudo, da perspectiva de três grupos envolvidos no seu processo, sendo eles A) Servidores/funcionários do IDAM, B) Residentes Agrários/bolsistas FAPEAM e C) Agricultores/Produtores Rurais. Utilizou-se o método de estudo de caso, com contribuições da abordagem qualitativa, além de ser uma pesquisa descritiva, exploratória e empírica. Suas categorias analíticas são: Extensão Rural, Comunicação e como categoria transversal, Políticas Públicas em especial as que circundam o eixo socioambiental no complexo amazônida, permitindo assim, uma compreensão panorâmica perpassada na construção do Projeto Residência Agrária/Pró-Rural no Brasil, bem como no Estado do Amazonas.

Palavras-chave: Política Pública, Extensão Rural, e Assistência Técnica.

ABSTRACT

The research addresses regards the project on agrarian Residência Agrária / Pro-Rural from the lines of Malva and Jute, Aquaculture, Food Crops and Social organization, economic development and market performed in Manacapuru-AM. It is emphasized that this project is linked to the Rural Amazon Program, which is, self-titled as a sustainable policy based on the National Technical Assistance and Rural Extension Policy in accordance with (PNATER, 2010). The Agrarian Residence is divided into nine finalíticas lines and a cross, seeking to meet the Amazonas state inner cities with the Technical Assistance and Rural Extension, starting a priori of working with technology transfers, facing the primary sector. Therefore, the investigation at hand, brings its public policy and presents the main approaches and contexts inherent to them, especially starting from the perspectiva of three groups involved in the process, namely A) Servers IDAM, B) Agrarian residents C) Farmers. We used the case study method, with contributions from qualitative approach, besides being a descriptive - exploratory and empirical. Their analytical categories are: Rural Extension, Communication and as cross-category: Public Policies, especially those surrounding the environmental axis in the Amazonian complex, thus allowing a panoramic understanding pervaded the construction of the Project Land Residence/Pro-Rural in Brazil as well as the state of Amazonas.

Keywords: Public Policy, rural extension, and technical assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Reunião de produtores (as) e apresentação do Projeto	23
Figura 2. Localização da cidade de Manacapuru no estado do Amazonas.	26
Figura 3. Linhas distribuídas por eixo de atuações nas macrorregiões.....	31
Figura 4. Área de atuação do projeto Residência Agrária linha temática Malva e Juta no Estado do Amazonas.	36
Figura 5. Agentes de ATER em cursos de capacitação promovidos pelo projeto:	37
Figura 6. Técnicos do projeto conhecem o processamento industrial da malva na BRASJUTA em Manaus, Am.	38
Figura 7. Barracas de comercialização de produtos de malva.....	39
Figuras 8. Etapas da colheita da malva em Manacapuru, Amazonas.	40
Figura 9. Frequência de produtores por comunidades que receberam semente de malva em 2013 para produção da safra (2013/2014) nos municípios da área de abrangências do projeto.	41
Figura 10. Distribuição percentual dos produtores atendimentos dos agentes de tecnologia do Pró-Rural nos seis Polos de desenvolvimento da Aquicultura do Amazonas.....	43
Figura 11. Bolsista em ATER na linha de Aquicultura para produtor rural.	44
Figura 12. Formação teórica dos Bolsistas de Cultura Alimentares.	46
Figura 13. Formação prática dos técnicos da linha finalística cultura alimentares.	46
Figura 14. Áreas de abrangência da linha em Culturas Alimentares	48
Figura 15. Visita a comunidade de São Francisca no município de Manacapuru, Am.....	48
Figura 16. Áreas de abrangência da linha OSIM.....	51
Figura 17. Capacitação e formação dos bolsistas da linha OSIM.	52
Figura 18. Fira AGROUFAM, 6ª Edição realizada pelos produtores rurais e a linha OSIM.	53
Figura 19. Atividades do OSIM realizadas na comunidade de Nossa Senhora das Graças em Manacapuru, AM.	54
Figura 20. Fluxograma de perguntas fechadas voltadas aos bolsistas.	67
Figura 21. Fluxograma de perguntas fechadas para os produtores rurais quanto Pró-Rural.	70
Figura 22. Fluxogramas de principais problemas e de possíveis soluções para constituição do Pró-Rural.	72

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Grupo de informantes.....	25
Tabela 2. Linhas finalísticas que compõem o Pró-Rural e seus respectivos municípios de abrangência no primeiro ano conforme edital.	31
Tabela 3. Representação quantitativa do perfil dos grupo A, B, C.	58

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
GPS	Global Positioning System
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.
OSIM	Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado
PIN	Programa de Integração Nacional.
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Residência Agrária
SECTI	Secretaria de estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado
SIBRATER	Sistema brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	3
2.1 Objetivo geral	3
2.2 Objetivos específicos.....	3
3. REVISÃO DE LITERATURA	4
3.1. Política Pública e suas diferentes abordagens	4
3.2. Distinções entre políticas de governo e políticas de Estado	6
3.3. A compreensão das três Amazônia	8
3.4. A compressão da pan-amazônia	9
3.5. Percepção Ambiental e Políticas Públicas: uma discussão paradigmática no Amazonas.	11
3.6. As nuances da política pública no Amazonas e sua sustentabilidade.	13
3.7. O surgimento da Extensão Rural no Brasil	17
3.7.1. O surgimento da Extensão Rural no Amazonas.	19
3.7.2. Panorama dos serviços de ATER no Amazonas	20
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
4.1. O universo da pesquisa	25
4.2. Informações da Área de Estudo	26
4.3. Instrumentos de pesquisa	26
4.3.1. Observação.....	27
4.3.2. Entrevista	27
4.3.3. Agentes da Pesquisa	27
4.3.4. Critérios de amostragem.....	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1. Estudo de caso do PRÓ-RURAL no Estado do Amazonas	29
5.1.1. Processos para implementação e tecnologias adotadas na linha de Malva e Juta em Manacapuru.	34
5.1.2. Processo para implementação e tecnologias adotadas na linha de Aquicultura em Manacapuru	42
5.1.3. Processo de implementação e tecnologias da linha de Culturas Alimentares nomunicípio de Manacapuru	45
5.1.4. Processo de implementação e tecnologias da linha OSIM no Município de Manacapuru	50
5.2. Extensão ou comunicação no PRÓ-RURAL?	55
5.3. Percepção: diálogo dos saberes no PRÓ-RURAL	61
5.3.1. Percepção dos funcionários IDAM no PRÓ-RURAL.....	62
5.3.2. Percepção dos bolsistas no PRÓ-RURAL	65
5.3.3. Percepção dos produtores de Manacapuru no PRÓ-RURAL.....	69
6. CONCLUSÕES	73
7. REFERÊNCIAS	76
ANEXO	81

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa o Programa Amazonas Rural por meio do seu principal modo de implementação que é o Projeto Residência Agrária/Pró-Rural no município de Manacapuru-AM, no período de 2013 a 2014.

A concepção de uma Política Pública com direcionamento sustentável e participativo está na edificação de um projeto societário que viabilize uma sustentabilidade democrática no país, reivindicando e fazendo com que as camadas populares tornem-se os agentes sociais políticos de seu ambiente material, territorial, social, econômico e ambiental, ou seja, a sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade socioambiental, cultural, política e econômica responsável pela cidadania, distribuição equitativa das riquezas e condições dignas de desenvolvimento.

Neste sentido, é necessário analisar e acompanhar a implementação das Políticas Públicas brasileiras junto aos seus Planos, Programas e Projetos, desvelar as suas implicações no contexto social e conhecer se estas estão sendo desencadeadas de maneira democrática, participativa e participante, correspondendo assim aos anseios sociais.

Em conformidade, percebe-se que na Amazônia, onde existe uma considerável diversidade vegetal e animal, com sistemas amplamente difundidos e com povos habitantes das florestas de várzea e terra firme, assim como os demais ambientes que compõem os ecossistemas locais, utilizam-se de elementos étnicos e culturais para sua manutenção. Com a mesma finalidade, manejam os recursos naturais e implantam sistemas produtivos capazes de assegurar sua permanência nestes ambientes. Vislumbram-se nesse cenário os produtores rurais e a importância que este projeto possa ter em suas vidas. Isto posto, questiona-se, como a implementação do Residência Agrária/Pró-Rural vem sendo percebida pelos atores sociais? A partir desse questionamento trabalhou-se com três grupos de interesses no referido projeto. Logo, às comunidades “atendidas”¹ estão representadas aqui, pelos produtores de Manacapuru, Amazonas participantes dos projetos *Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado, Malva e Juta, Aquicultura e Culturas Alimentares*. Além dos seus principais executores representados por bolsistas e os funcionários do IDAM.

Desse modo, para responder ao questionamento, foi realizada a análise do Projeto Residência Agrária/Pró-Rural a partir das referidas linhas finalísticas do projeto em

¹ Expressão usada pelos bolsistas do PRÓ-RURAL.

Manacapuru. Vale ressaltar que o mesmo é voltado ao incentivo do desenvolvimento do maior Estado brasileiro em aspectos territoriais, o qual abriga 3,5 milhões de habitantes, distribuídos em 62 municípios, segundo estimativas do IBGE (CENSO, 2010). Além disso, a política em pauta busca ações diretas no setor primário, notando que este ramo movimenta com intensidade a economia laboral no Estado do Amazonas, sendo responsável pela geração de 276 mil postos de trabalho segundo IBGE (CENSO, 2010). O que a torna expressiva, assim como as ações executadas em seu núcleo.

Ressalta-se, as linhas *Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado, Malva e Juta, Aquicultura e Culturas Alimentares*, entendidas como elementos fundamentais no contexto socioambiental, cultural, político e econômico da região, as quais podem colaborar no aspecto da sustentabilidade local e regional. Neste sentido, a pesquisa é relevante para obter informações e conhecimentos úteis e críveis sobre o desempenho do referido projeto governamental e visa contribuir na identificação dos seus problemas, limitações, potencialidades e alternativas, levantando práticas mais eficientes e recolhendo lições e subsídios nos processos de planejamento e formulação de políticas públicas, em especial para o contexto amazônico, ampliando ou fomentando a sua eficiência, eficácia e efetividade.

Em conformidade ao edital 006/2013 o projeto em foco é intitulado Residência Agrária/Pró-Rural. Porém, com a alternância de governo no Estado do Amazonas de 2013 para 2014 o projeto passou a ser denominado como Pró-Rural. Denominação esta que vem sendo utilizada no referido estudo.

Desse modo, são trabalhadas três categorias analíticas centrais na pesquisa: Extensão Rural, Comunicação e como categoria transversal, Políticas Públicas, em especial as que circundam o eixo socioambiental no Amazonas. Essas categorias, permitiram uma compreensão na construção do Pró-Rural no Amazonas, articulando com a racionalidade socioambiental em aspecto regional e local. A estrutura do texto divide-se em explicitação dos objetivos e procedimentos metodológicos, seguidos pela contextualização sobre política pública e principais abordagens, apresentação do Amazonas e extensão rural com ênfase ao Pró-Rural e suas linhas finalísticas. E por fim, o diálogo dos saberes dentro do projeto.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar o Pró-Rural a partir das linhas de Malva e Juta, Aquicultura, Culturas Alimentares e Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado, trabalhadas em Manacapuru, Amazonas de 2013-2014.

2.2 Objetivos específicos

- 1) Caracterizar o Pró-Rural implementado no estado do Amazonas em 2013-2014.
- 2) Evidenciar as tecnologias que são utilizadas pelo Pró-Rural em Manacapuru nos projetos de Malva e Juta, Aquicultura, Culturas Alimentares e Organização Social, desenvolvimento Econômico e Mercado.
- 3) Conhecer a percepção dos funcionários do IDAM, bolsistas e dos produtores rurais no desenvolvimento do Pró-Rural em Manacapuru- AM.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Política Pública e suas diferentes abordagens

Quando busca-se a compressão do que é política, especificamente, reporta-se a uma palavra com origem grega, associada à polis, isto é, às cidades gregas, representando assim toda atividade humana com referência na esfera social, pública e cidadã. Nesse sentido, tem-se ao decorrer do tempo, a associação do uso da palavra “pública” que em seu sentido original tem várias conotações, mas a central é o vínculo das atividades políticas ocorridas no Estado, por isso a atual adesão da categoria Política Pública exprime uma ideia de atividade humana desenvolvida na esfera social no núcleo do Estado.

A política trata da convivência entre diferentes em sociedades internamente diferenciadas. (...). A política não é inerente a natureza dos homens, mas resulta do imperativo de convivência entre eles que não apenas são diferentes do ponto de vista de idade, sexo, da cor, da etnia, mas possuem valores, crenças, opiniões ideologias distintas e estão desigualmente situados na estrutura social. (ARENDETT, 1998, p.21-22).

Devido a contraditória relação entre estado e sociedade, sobretudo quando há a execução de uma política como se trata o estudo em pauta, faz-se necessário de antemão compreender o que é uma Política Pública. Entretanto, ressalta-se que há divergências conceituais sobre o respectivo tema.

De acordo com Secchi (2010), qualquer definição de Política Pública é arbitrária, pois não há consenso nas literaturas especializadas sobre questionamentos básicos. Isto posto, no Brasil a Política Pública surgiu diametralmente como um subcampo da Ciência Política, nos anos de 1960 e 1970. Desse modo, as duas principais abordagens sobre Política Pública são as abordagens *estatista* e a *multicêntrica*.

Nesse ínterim Secchi (2010), cita que na abordagem *estatista*, as Políticas Públicas são monopólios de atores estatais. Ou seja, nesta concepção o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador, em outras palavras somente quando é emanada de ator estatal.

Embora, a abordagem *estatista* admita que os atores sociais não estatais têm influência no processo de elaboração de Políticas Públicas, entretanto, para tal corrente não é conferida aos atores sociais o privilégio de estabelecer e liderar o determinado processo.

Todavia, no entendimento da abordagem *multicêntrica*, segundo Lima (2012) o importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do

problema a ser enfrentado. Assim, uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema enfrentado é público.

A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas” (HEIDEMANN, *apud* LIMA, 2012, p 4.).

Pereira (1994), resgata sobre o próprio sentido empregado ao termo política, quando faz a sua interpretação, pois para ela, Política Pública nasce a partir da relação dialética contraditória entre estado e sociedade, em outras palavras esse é o movimento na qual se encontra o fermento da constituição da Política Pública propriamente dita. Portanto, para a autora a compreensão de política não é partilhada a partir daquela que é prestada exclusivamente pelo Estado, visto que, para sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo; logo, o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal. A autora sinaliza a diferença quando:

Política Pública, não é sinônimo de política estatal. A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos) e por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto à sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condição de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo. Quando se fala de *res publica*, está se falando também de uma forma de organização política que se pauta em interesse comum, da comunidade, da soberania popular e não da soberania dos que governam. (IDEM, p. 94)

Desse modo, sinaliza-se a abordagem *multicêntrica*, por compreendê-la como uma abordagem completa para nortear a presente pesquisa, pois essa não se apresenta como uma interpretação unicamente legalista e *estatista*, em que a relação do poder e execução dele esteja somente nas mãos daqueles que regem, governam ou autorizam as sanções das leis no Estado de uma determinada sociedade, seja ela brasileira ou não.

Dessa forma, apresentou-se Política Pública a partir das suas diferenças conceituais e suas abordagens, a partir da visão *estatista* e *multicêntrica*. Tais distinções foram expostas com o intuito de esclarecer a abordagem que subsidiou a atinente investigação. Sendo que esta revela-se a partir do andamento de uma Política Pública na área ambiental.

Logo, sinaliza-se que a compreensão *multicêntrica* foi usada para as leituras do processo estrutural e análise da política em pauta, bem como dos atores sociais que nela

interagem, pois entende-se que essa abordagem contempla de maneira coesa às assimetrias perpassadas no processo de elaboração e execução de uma Política Pública, especialmente uma replicada no contexto do Amazonas.

3.2. Distinções entre políticas de governo e políticas de Estado

O conceito de Estado pode ser conduzido em níveis de complexidade, uma vez que envolve diferentes aspectos ideológicos e possui várias definições. Usa-se como exemplo o Estado capitalista, que dentre as suas formas mais arcaicas foi viabilizado por meio da derrocada do Estado feudal e surgiu como instrumento de uma nova organização socioeconômica que abandonou e substituiu características das estruturas feudais, por outro lado, outras características dos antigos sistemas políticos ainda persistem implícitos na estrutura do Estado capitalista.

Bresser (1977), considera que o Estado é uma estrutura de dominação, é um poder estruturado e organizado, que permite à classe economicamente dominante tornar-se também politicamente dominante e assim garantir para si a apropriação do excedente. Para Poulantzas (1977), O Estado não é uma entidade que possui uma essência instrumental intrínseca: ela é em si mesma uma relação, mais precisamente a condensação material de uma relação de classe. Ou seja, ambas definições tratam sobre a relação das classes e a política de Estado estruturada a partir do jogo de poder e interesses contraditórios.

Entretanto, o objetivo central é abordar aspectos básicos sobre o conceito de Estado, visando esclarecer as diferenças existentes sobre políticas públicas e as distinções conceitual existente entre Estado e Governo. Desse modo, é comum e indevido confundir o Estado com o governo. Conforme (ROCHA, 2009, p.1) “O Estado é toda sociedade política, incluindo o governo. Sendo este último identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado”.

O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. Assim, governo também não se confunde com o poder executivo, este é composto pelo governo, responsável pela direção política do Estado, e pela administração, como conjunto técnico e burocrático que auxilia o governo e faz funcionar a máquina pública. (IDEM, 2009, p.1).

Há uma pretensão ultrapassada no entendimento que toda e qualquer política de governo é uma política de Estado, posto que um governo ocupa o poder no Estado

democrático é consolidado por uma expressão da “vontade nacional” e na medida em que suas propostas políticas já foram delegadas aos representantes e “aprovadas” pelas instâncias governamentais correspondem assim aos desejos da maioria da população, sendo em consequência “nacionais”, ou “de Estado”.

Raramente a eleição de um movimento ou partido político ao poder executivo dá plena legitimidade para implementar políticas de governo como se fossem políticas de Estado, que por sua própria definição possuem um caráter mais permanente, ou sistêmico, do que escolhas de ocasião ou medidas conjunturais para responder a desafios do momento.

Segundo Almeida (2013), políticas de governo são aquelas que o Executivo decide por um processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna e políticas de Estado, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado e passam por instâncias diversas de discussão, depois a sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) do Estado envolvendo estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários.

Isto Posto, Rocha (2009) afirma que no Estado de Direito as funções do Estado, caracterizadas na forma de poder, devem ser separadas para não caracterizar o benefício do poder para o indivíduo que a ocupa, segundo a teoria de freios e contrapesos. É neste sentido que as funções do Estado não devem também se confundir com os ocupantes do governo.

Percebe-se nesse contexto que as políticas com direcionamento de Estado apresentam características duradouras e horizontais e independem de governos, ao contrário das políticas de governo que são circunstanciais, pontuais além de não necessariamente convergir com interesses sociais.

Assim sendo, ao debate é necessário a complementariedade o espaço e a localização das políticas públicas de Estado preterindo nesse processo as abordagens estatista, que conforme o exposto regem voltadas pela soberania dos que governam. Defende-se aqui um encontro de políticas públicas de Estado voltadas para abordagem multicêntrica que acolhe a diversidades e variedade dentro de sua formulação e constituição e que também apresenta confluências na compreensão das amazônias.

3.3. A compreensão das três Amazônia, segundo Marilene Corrêa da Silva.

A Amazônia tem em sua gênese múltiplas compreensões de como foram forjados os seus processos histórico-sociais e políticos, no entanto, com intuito de se aproximar da replicabilidade das políticas públicas nesse contexto, utilizou-se o panorama das três Amazônias para que se possa evidenciar a cronologia e contemporaneidade dessa conjuntura. Segundo Silva (1989), existem três Amazônia, são elas: a Amazônia portuguesa, a indígena e a brasileira.

Conforme a autora, a primeira Amazônia teve início e desenvolvimento nos meados do século XVIII até 1829, e nasceu perseguida por vários dilemas como o da Reforma e Revolução, Mercantilismo e Capitalismo, Absolutismo e República, Trabalho Escravo e Trabalho Livre.

Na esteira desse pensamento, essa primeira Amazônia é considerada lusitana, porque na tentativa de resolver impasses dos dilemas acima, o Estado português assegurou fomento econômico ao comércio e a agricultura. O que ocasionou por sua vez, uma política de submissão dos povos amazônicos, criando uma sociedade “colonial regional” o que incentivou a criação do Estado do Grão-Pará e do Maranhão. Belém passou a ser a sede lusitana e as demais cidades ou vilarejos suas subordinadas.

Para a compreensão da segunda Amazônia, a respectiva autora denominou-a de Indígena visto que antecede e atravessa a Amazônia Lusitana, sendo um produto dos povos que ocuparam a Região Norte, no período de três mil anos antes da colonização, caracterizando-se pelo modo de vida compatível à adaptação ao ambiente, com extensão dos seus domínios pelas várzeas e terras firmes e reconhecida pelas formas não predatórias de interação com a natureza.

Por fim, a terceira Amazônia, que Silva (1989) denominou de Amazônia Brasileira, pela continuidade e ruptura com a Amazônia Portuguesa, cuja mercantilismo, o despotismo esclarecido no plano econômico e político da época, não conseguiram obstar as crises internas e externas no colonialismo. Portanto, é nesse hiato cronológico, que se desvela o entendimento, de brasileiros genuínos, unidos pelo mesmo solo, língua, leis, tradições e que em suas experiências comuns contribuíram para a construção de uma nação ou identidade nacional. Visto que, a Amazônia Brasileira é paralela à constituição da nação brasileira, o que se entende como a unidade ou identidade nacional.

Isto posto, para explicar essa diferença Hall (1997), defende que as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Ou seja, as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações.

Uma cultura nacional é um discurso um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos, por exemplo, o ser “brasileiro”, independe de etnia, cor, religião, gênero, aspirações políticas ou até mesmo de uma auto identificação, seria mais uma determinação, ou como diria Hall (2007), “uma comunidade imaginada”. Sendo assim, as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna, onde as diferenças regionais e étnicas foram colocadas de forma subordinadas.

Desse modo, quando Silva (1989) expõe a ideia das três Amazônia, percebe-se uma suposta congruência com o pensamento da “comunidade imaginada” defendida por Hall (1997), quando se replica no próprio desenvolvimento histórico-social e político das Amazônias e como parte desse expoente o Amazonas, teve como consequência uma desigualdade estabelecida em sua constituição, pois houve subordinações étnicas e culturais nos aspectos local, regional e nacional.

3.4. A compressão da Pan-Amazônia

De acordo com Batista (2007), a região amazônica é reconhecida por uma identidade física e cultural, marcada sobretudo, pela diversidade, ponto forte de uma combinação complexa de processos naturais e socioculturais que ultrapassam as tênues fronteiras do nacional. Para o autor há várias Amazônias, formando o que ele denomina de Pan-Amazônia. Sendo que esta, não se funda exclusivamente com o Brasil, mas envolve territórios, populações, etnias, línguas e culturas de diversos povos.

Nesse sentido, a primeira Amazônia a partir do autor supracitado corresponde à Amazônia brasileira materializada nas metrópoles, Belém e Manaus, das quais estão próximas as demais capitais Macapá, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista. Na periferia da Amazônia Legal localizam-se duas outras capitais: São Luís, que é fundamentalmente nordestina, e Cuiabá, bem no limite da Amazônia, sendo a última voltada para o Brasil meridional. Ambas mantêm vínculos históricos, políticos, especialmente sociais com a Amazônia, porém econômica e culturalmente estão desligadas do contexto.

Ainda nesse pensamento, Manaus e Belém não são consideradas paraísos, pois essas capitais possuem contratempos sociais significativos. Porém, nelas existem melhores condições de assistência médica, abastecimento alimentar e melhores horizontes em relação à estudos e trabalhos, diferentemente do cenário das demais Amazônia. No que refere-se a segunda Amazônia, o autor a considerada como as cidades do interior, sendo aquelas que se encontram em fase de desenvolvimento e as que são sedes municipais, muitas delas apenas contendo o rótulo de cidades.

Quanto a classificação da terceira Amazônia, Batista (2007) expõe que esta é uma grande área onde vivem os extrativistas, agricultores, pescadores e garimpeiros, os produtores rurais e suas famílias, liderados pelos donos das terras e dos negócios. Ou seja, o interesse hegemônico é o da classe dominante essa sendo representada pelos latifundiários da região.

Evidencia-se, portanto, a “terceira Amazônia” como a mais vulnerável quando se trata dos pequenos produtores rurais, que não são “atendidos” pelo Estado nos seus direitos sociais básicos como saúde, educação, moradia, alimentação entre outros e conseqüentemente são postos à margem da “modernidade urbana”, mesmo eles sendo os que sustentam as bases econômicas da região. Nesse intermédio reconhece-se alguns esforços governamentais, que substanciam pontuais melhoras para os habitantes locais. Sem olvidar, que é fundamental compreender sobre as ausências do governo também são dadas por escolhas, direcionamentos, interesses e abordagens de políticas públicas locais, regionais e nacionais.

A Amazônia é a segunda região do país onde se localizam os municípios com IDH mais baixo do Brasil. No estado do Pará, dos 143 municípios existentes, 25 têm os menores índices de desenvolvimento humano, logo seguido pelo Estado do Amazonas, com 62 municípios, dentre os quais destacam-se Envira, IPIXUNA, Tapauá no Altos Solimões, com índices baixos de desenvolvimento humano” (SCHERER, 2009, p. 9-10).

Nesse ínterim, Scherer (2009), ilustra que mesmo a cidade de Belém sendo metrópole na Amazônia, vista por exemplo como uma base logística de expansão das frentes de produção dos grandes projetos, caracterizando-se por aviltante divisão social espacial fragmentada, e a cidade de Manaus, capital da Zona Franca, com seu Distrito Industrial moderno e com tecnologia de ponta; sendo que seu volume financeiro movimenta e concentra o 7º PIB entre as capitais brasileiras. Mesmo assim, a riqueza socialmente produzida não é distribuída igualmente resultando desse modo na desigual socioeconômica presente na Amazônia.

A incorporação das classes trabalhadoras e das populações rurais ao “progresso” e à modernidade significou a degradação de suas condições de vida, a exploração econômica, o desemprego estrutural, o agravamento da marginalização social, a inacessibilidade aos serviços públicos, o desarraigamento cultural conduzido à anomia de contingentes humanos, a emigração territorial por via da expropriação, pelo abandono espontâneo ou forçado por condições adversas, a destruição de seus recursos naturais, o abandono de suas práticas tradicionais e a perda dos meios de subsistência (CHAVES & SIQUEIRA, 2013, p. 7).

Isto posto, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo trouxe em sua essência uma contradição central, pois ao mesmo tempo em que possibilita um grande potencial de expansão do gênero humano, produz a degradação das condições de vida das diversas formas de organização social e a dilapidação dos recursos naturais, colocando em risco a reprodução da vida no planeta. Assim, entende-se o debate em torno da questão social e ambiental parcial ao considerar somente a preocupação com a limitação dos recursos naturais sendo necessário vincular as relações de interdependência com as sociedades humanas em uma perspectiva sócio-histórica e cultural em que se pode representar as subdivisões vista pela perspectiva da complexidade.

Desse modo, corroborando com Chaves et al. (2008), as problemáticas ambientais possuem vínculos indissociáveis com a questão social. Para a autora o padrão de desenvolvimento capitalista gerou diversas transformações nas diferentes esferas da vida e da sociedade. Portanto, considera-se a questão socioambiental uma expressão da questão social, que ocorre agregado ao subdesenvolvimento do “desenvolvimento regional” na Pan-Amazônia, e, como foi exposto acima, está intimamente correlacionada às dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas de nossa sociedade. Revelam-se nas desigualdades de classe, nas problemáticas de gênero, raça, etnia, nacionalidade e ambiente.

3.5. Percepção Ambiental e Política Públicas: uma discussão paradigmática no Amazonas.

O Paradigma refere-se ao conjunto de princípios ocultos que regem a visão de mundo dos seres humanos, governam a seleção dos dados significativos e recusam os não significativos. São as premissas e os princípios que organizam o pensamento. Por isso, a mudança e ruptura na esfera paradigmática é extremamente lenta, pois resulta em uma crise na organização das ideias e do pensamento (MORIN, 1990; MORIN, 1977).

Observa-se que a sociedade “moderna” está imersa no paradigma de fragmentação do sistema socioambiental, que tende a destacar e dividir espaços, relações sociais, entre outros elementos. A concretude histórica de separação conceitual, espacial e fronteiriça do rural em detrimento do urbano afirma a ideologia capitalista e materializa os antagonismos dos modos específicos de vida e de cultura, que se expressam no contexto socioespacial do Amazonas.

Nesse sentido, políticas públicas materializadas como políticas de governos são implementadas com intuito de alavancar o setor primário no Amazonas. Embora, atualmente o estado continue a ser representado por políticas pautadas em modelos instrumentais consolidado desde Descartes, expressados por paradigmas com “auto grau de miopia cognitiva”². Essa forma de perceber o estado impossibilita a visibilidade dos elementos constitutivos da complexidade social, ambiental, econômica, política, cultural e ecológica no referido território.

O entendimento da interação nos sistemas não é diferente na relação urbano/rural, pois não são espaços isolados, separados e a concretude histórica e seus desdobramentos não podem ser desprezados. Assim sendo, as representações sociais dos modos de produção manifestas pelas percepções, atitudes, conhecimento e crenças permitem a compreensão dos sistemas, usando como fundamental a experiência dos povos do Amazonas.

O estado do Amazonas é caracterizado por políticas públicas dicotômicas, construídas e propagadas por meio do paradigma dominante que abstratamente separa espaços cômputos, interligados e interdependentes. Paradigma que reconhece o rural como espaço de ausências e não como um espaço específico constituído por relações sociais e modos de vida diferenciados. As políticas públicas são reflexos desse paradigma, e consolidam cada vez mais a diferenciação ao invés do entendimento sistêmico, mais próximo do real (REZENDE, FRAXE, CAVALCANTE 2015, p. 8).

No Amazonas, se caracteriza pelas políticas públicas de constituições diferenciadas destinados ao espaço rural e urbano. Nesse contexto, o estado passou a acentuar cada vez mais o distanciamento abstrato e diferenças entre esses espaços concretamente interligados e interdependentes.

De acordo com Morin (2005), a qualidade da percepção determina a qualidade da ação humana sobre ambiente, porém a qualidade da percepção, que está estruturada na qualidade cognitiva e que possui intrínseca relação com segmentos culturais, depende também do ambiente. A percepção, segundo Del Rio & Oliveira (1999) pode ser entendida como um

² Expressão usada por FREIRE (1983).

processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos.

Há nessa compreensão uma relação de circularidade, o anel recorrente entre percepção/ambiente, compreendido a partir do pensamento complexo explora a intercomunicação, ação recíproca e dinâmica entre os termos do anel, diferenciando-se do pensamento abstrato que estagna a compreensão de simultaneidade entre os termos do anel. Portanto, na percepção ambiental o rural influencia o urbano, assim como o urbano influencia o rural e tal variável não pode ser desconsiderada no contexto de constituição de Políticas Públicas, bem como a percepção dos atores sociais amazonenses inseridos nesse processo.

3.6. As nuances da política pública no Amazonas e sua sustentabilidade.

Segundo Nascimento (2012), a noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunamis, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.

Ainda de acordo com Nascimento (2012, p.2) a sustentabilidade é um campo de disputa, no qual “deixou de ser um conceito, uma noção ou um valor, para se tornar uma arena de disputa com objetos, agentes e regras próprias. A ideia de sustentabilidade ganha, assim, uma nova configuração”. Ver a sustentabilidade como um campo, e não como um conceito ou um valor significa:

Em primeiro lugar, possibilita identificar melhor as regras e lógicas dos debates que se desenvolvem em torno do futuro da humanidade, e que dizem respeito à ideia da sustentabilidade. Em segundo, é possível comparar esse embate com outros, que marcam outros campos, e isso de forma mais objetiva. Em terceiro, permite compreender melhor as razões dos embates e seus desdobramentos, ou seja, entender melhor por que os embates ocorrem de uma determinada forma e não de outra. Em quarto, propicia a identificação de seus agentes ou atores, assim como os recursos que eles detêm, e, em particular, entender o que isso significa. Enfim, coloca a questão da sustentabilidade em um terreno menos favorável à pura especulação, e mais propícia à análise objetiva. Do ponto de vista político, “obriga” a todos os participantes a “sentarem na mesa e discutirem suas divergências”. (IDEM, 2012, p.3).

Para Nascimento (2012), os campos são constructos sociais dos quais estão em permanente mudança, em função dos embates em seu interior, do ingresso de novos membros, das mudanças de suas regras, mas também em função de seu diálogo com o contexto em que estão inseridos, ou seja, no macrocosmo social.

O resultado dessas lutas depende da posição ocupada pelo agente na estrutura, pois a hierarquia entre os agentes se estabelece pela detenção de maior ou menor capital, particularmente aquele que detenha uma centralidade no campo. Apesar disso evidencia-se que em todo campo, os agentes e seus formatos organizativos não têm a mesma posição, não estão distribuídos igualmente, são assimétricos. Partindo dessa premissa em que sustentabilidade é um campo, explicita-se também as nuances pertinentes a esse campo e na construção de políticas públicas voltada para a sustentabilidade no Estado do Amazonas.

O Estado do Amazonas apresenta nuances sociopolíticas em sua trajetória, que transcendem historicamente o mundo rural e o urbano. Logo, quando trata-se das Políticas Públicas inerente à esse processo, percebe-se que também há uma manutenção de atos e fatos onde se replicam assimetrias em seu feitiço ambiental, social, cultural, econômico e político.

O paradigma acima pode ser exemplificado quando nos reportamos às Políticas Públicas que são construídas partindo de uma visão global para o local, constitui-se sem a participação popular e articulação com as comunidades de uma determinada localidade. Essa forma de intervenção não exprime um respeito às diversidades culturais, étnicas e sociais local e regional. Além de colocar em dúvida a soberania popular principalmente, se há uma alternância e preferência pela soberania dos que governam.

Conforme Chaves (2001), as formas de viabilização e a natureza contraditória das Políticas Públicas no Amazonas expressaram o caráter multifacetado do Estado, em suas diferentes instâncias institucionais. Isto posto, a partir dessa compreensão percebe-se que a Política Pública adotada no Amazonas é influenciada pela abordagem *estatista*. Logo, as políticas adotadas na região são resultadas das disputas e confrontos entre diferentes interesses, todavia, no plano da tomada de decisões nem todos os segmentos sociais são representados ou possuem canais de participação, o que dificulta o acesso aos bens e serviços sociais.

Desse modo, entende-se que as Políticas Públicas no Amazonas resultam de diversos ciclos econômicos, ordenados sob a lógica do capital. Onde houve o malogro do Desenvolvimento versus o Subdesenvolvimento Amazônico o que se sinaliza o pensamento:

Apesar de já ter ocupado transitoriamente o segundo lugar entre as regiões brasileiras de maior receita de exportação, a Amazônia tem sido sempre para a surpresa geral, uma área em que a pobreza campeou, colocando-nos naquela condição de não se poder caracterizar exatamente se é “atraso econômico” ou subdesenvolvimento propriamente dito (BATISTA, 2007, p.119).

Nessas condições, apresentam-se aqui as contradições diretas do sistema vigente e do contexto político estruturado na região especialmente, quando se fala das condições de vida do homem regional. Conforme Chaves (2001), o sistema desencadeou inúmeros conflitos fundiários e, como o deslocamento das populações de seus territórios, a exploração da mão de obra, e a desestruturação das formas de organização e da reprodução material e sociocultural da população.

De acordo com Gutberlet (2002), em nenhum momento as políticas de desenvolvimento regionais, no Brasil como todo, têm considerado fundamentais as condições específicas do espaço local, regional e nacional. Segundo a autora os municípios e as microrregiões sempre foram tratados como receptores de investimentos e executores de políticas já decididas previamente, sendo esta, uma realidade histórica que as comunidades raramente podem se empenhar na discussão sobre o rumo do desenvolvimento local, resultando, geralmente, em decisões pouco sustentáveis para as comunidades.

A intensificação e a expansão do desenvolvimento na Amazônia têm provocado rupturas nas comunidades tradicionais locais, perda da biodiversidade e de biótopos, mudanças climáticas e alterações de médio a longo prazo na estrutura e no funcionamento dos ciclos bioquímicos dos ecossistemas terrestres e aquáticos. A atual distribuição da população na região é extremamente desigual, com forte concentração nas cidades e grandes vazios ou áreas de baixíssima densidade no meio rural. Não apenas as cidades grandes como Manaus e Belém, mas também as cidades de médio porte, como Santarém, Presidente Figueiredo ou Paragominas, sofrem da sub-urbanização. A demanda por infraestrutura, serviços sociais e saneamento básico tende a não acompanhar o ritmo acelerado do crescimento urbano. Consequentemente, uma parte significativa da população não tem suas necessidades básicas atendidas, pois não tem acesso a esses serviços básicos (IDEM, 2002, p.4).

Desse modo, para Schweickardt (2003) esta nova forma de pensar e planejar a região mantém algumas características semelhantes àquelas políticas empreendidas pelos governos militares e seu antecessores, pois a região permanece sendo pensada de fora para dentro e as

populações locais permanecem invisíveis, pouco ou quase nada sendo envolvidas nas maneiras de pensar o espaço na região.

Além disso, o modelo de desenvolvimento prioritariamente adotado no sistema vigente está baseado na extração e exploração insustentável dos recursos naturais, priorizando o lucro imediato para os seus protagonistas, sendo um modelo fundado na apropriação do espaço e na exploração das riquezas.

Diante ao exposto, pode-se sugerir que este estilo de desenvolvimento traz para a região transformações rápidas com sérias consequências socioambientais e culturais de médio e longo prazo. Segundo Witkoski (2010), a defesa da floresta é um pressuposto indispensável para a manutenção da biodiversidade amazônica. Qualquer forma de exploração humana que não leve em condições essa variável está condenada ao seu malogro. Portanto, a dinâmica e a intensidade com a qual ocorre os impactos, pedem a urgente reversão dessa situação.

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social. (BECKER, 1982, p. 72).

Dado ao quadro socioambiental, cultural, econômico e político na Amazônia e especialmente no estado do Amazonas, fica evidente a importância do planejamento e da gestão ambiental integrada e compartilhada, no centro desse planejamento o desenvolvimento de Políticas Públicas sustentáveis, para além de uma construção norteada em um pensamento abissal³. Santos (2010, p. 32) ressalta que “a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha”.

Assim sendo, às Políticas Públicas desenvolvidas na região devem voltar-se para o panorama socioambiental, a fim de que suas bases sejam eficazes e compatíveis com as demandas sociais vigentes, que não se estabeleçam de modo unilateral, mas sim de forma

³A própria modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre regulação e a emancipação social. Este se refere, por exemplo, às distinções visíveis que caracterizam os conflitos modernos, tanto nos relevos e fatos substantivos como no plano dos procedimentos. Porém, existem também as distinções invisíveis e tais distinções podem ser refletidas nas assimetrias entre as sociedades metropolitanas e os povos tradicionais, inclusive, ambas tendo em comum o pertencimento ao mesmo lado da linha, localizar-se nesse entrecorte a singularidade amazônica.

ampliada concernente ao verdadeiro sentido de público o que se almeja em uma Política Pública como o Amazonas Rural e o seu projeto Pró- Rural.

Logo, em consonância ao Estudo de Caso, que se desvela no Estado o sistema rural e urbano sociobiodiverso, inserido em uma compreensão regional retrata o contexto específico que é o município de Manacapuru, cujo pode ser identificado como pertencente a segunda Amazônia, além das nuances percebidas no processo de desenvoltura dessa Política Pública realizada através do Pró-Rural, sendo esse projeto com enfoque na Extensão Rural.

3.7. O surgimento da Extensão Rural no Brasil

A extensão rural institucionalizada nos países ditos de “Terceiro Mundo ou em Desenvolvimento”⁴, notadamente na América Latina, e particularmente no Brasil, teve sua origem no contexto pós-guerra e adveio como elemento de considerável importância para a política desenvolvimentista norte-americana.

Nesse sentido, Mcmichael (2000) às reconhece no que denominou de “projeto de desenvolvimento”, um projeto norte-americano que se constituiu como uma resposta política e intelectual às condições do mundo, no momento histórico do processo da “descolonização”, e tinha como pressuposto a experiência ocidental como referência universal para o desenvolvimento, supunha também que as sociedades do “Terceiro Mundo” cumpriram etapas no sentido de alcançarem a modernidade.

O programa de “ajuda alimentar” norte-americano, bem como a ênfase no processo de industrialização, exerceram forte influência no desenvolvimento da agricultura do “Terceiro Mundo”, com a possibilidade de se ter, nessas regiões, alimentos mais baratos e o consumo de produtos industrializados, nos quais se incluem os chamados insumos modernos de produção (sementes híbridas, inseticidas, fungicidas, herbicidas) e as máquinas e implementos utilizados no campo a largar-se-ia o mercado, ampliando as ações e os interesses capitalistas no campo (IDEM, 2000, p. 59).

Isto posto, segundo Feitoza (2003), o modelo extensionista instituído no Brasil, conforme suas origens, baseava-se na ideia que a remoção do “atraso” no meio rural brasileiro seria possível na elevação produtiva das atividades agropecuárias e, com isso, as famílias rurais teriam suas rendas ampliadas e, por conseguinte, o consumo, então visto como grande referencial na qualidade de vida.

⁴ Grifo nosso.

O processo de difusão de tecnologia, cuja matriz ideológica encontrava-se nos Land Grant Colleges norte-americanos, foi disseminado pelo mundo, por meio das agências de desenvolvimento da Fundação Ford e Rockefeller, responsáveis pela implantação de centros de pesquisa e programa de extensão rural no país.

As atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), iniciou no Brasil, principalmente, nos anos quarenta e foi implantada como um serviço privado estatal, com apoio de entidades públicas e privadas. De acordo com Lisita (2005), a extensão rural nasceu no Brasil sob a égide do capital, com forte influência norte-americana, visando “a modernização” do setor produtivo primário.

O setor primário tinha como referência incentivar os produtores rurais no sentido de levá-los a adquirir equipamentos e insumos industrializados. E como intenção, a inserção do homem rural na dinâmica da sociedade de mercado, para que o mesmo aumentasse a sua produção e o rendimento, nos últimos 25 (vinte e cinco) anos, as transformações técnicas e econômicas no desenvolvimento agrícola na América Latina foram significativas, porém socialmente ocorreu o inverso, evidenciando sobre o processo de modernização benefício das classes médias e altas cidadinas, visto que foram elas que puderam desfrutar com êxito o melhoramento na produção, pois dispunham de poder aquisitivo para isso.

Sendo assim, esse panorama pode ser observado também na sociedade brasileira, onde perceber o padrão de desenvolvimento do atual sistema capitalista em sua fase de capital financeiro representa um novo paradigma técnico-econômico e configura-se em uma forma de transnacionalização jamais vista que avança sobre as fronteiras nacionais conduzindo ao contato, imposições e adequações nas diversas formas de sociedades e culturas.

Desse modo, o primeiro modelo de extensão rural no Brasil foi tipificado como “tecnicista”, pois as estratégias de desenvolvimento e intervenção consideravam apenas aspectos técnicos da produção. Lisita (2005), aponta que a primeira fase é conhecida como “humanismo assistencialista”, e prevaleceu de 1948 até o início da década de 1960. “O humanismo assistencialista” visava melhorar o bem-estar das famílias rurais e aumentar a renda, embora considerasse aspectos humanos, a crítica à essa fase recai nos procedimentos utilizados pelos extensionistas, pois são procedimentos permeados de “ações paternalistas”.

Houve também, no país, a segunda fase da extensão rural dos anos 60 a 80, que foi chamada de “difusionista produtivista”, embasado na abundância de crédito subsidiado.

Nessa, os produtores eram persuadidos a adotar essas novas tecnologias, em um processo que ignorava seus saberes, foi nessa fase que os serviços de extensão expandiram-se no Brasil com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Porém, como a atuação dos extensionistas foi condicionada à oferta de crédito agrícola os produtores que não tinham acesso ou não queriam recorrer, ficavam a margem dos serviços de extensão.

Por conseguinte, a terceira fase surgiu em 1990, com uma nova proposta de extensão rural chamada “humanismo crítico”, que preconizava o planejamento participativo como um instrumento de ligação entre extensionistas e produtores rurais, tal perspectiva foi baseada na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire.

Essa proposta surge como um instrumento para a valorização do “homem do campo”⁵, pois reforça o aprimoramento de suas técnicas por meio do uso de seus próprios saberes e de princípios participativos referendados no diálogo direto entre os técnicos/extensionistas com o “homem do campo”, inclusive na construção de políticas públicas. No entanto, esse viés encontra até os dias atuais fortes barreiras para a sua implantação, porque a maioria das empresas de ATER no Brasil continuam com as mesmas orientações, resumido em incluir o produtor rural a lógica do mercado e torna-lo cada vez mais dependente de insumos industrializados, subordinando-o ao capital industrial.

Observa-se que tais dificuldades emergem não somente pela receptividade nessa política de ATER, mas refere-se também ao próprio modelo educacional brasileiro que não baliza uma formação humanista crítica, além da lógica imposta a partir dos moldes de uma sociedade industrial e políticas neoliberais, onde o produtor rural é inserido na lógica mercantilista dependendo dos insumos industrializados. Portanto, fica claro que a extensão rural no Brasil vem sofrendo várias influências entre avanços e perdas, sendo essa política pautada como centro de várias polêmicas e questionamentos em seu andamento nos setores públicos e privados da sociedade brasileira.

3.7.1. O surgimento da Extensão Rural no Amazonas.

As mudanças histórico-social, político-econômico, cultural e ambiental do Amazonas se insere no quadro mais amplo do chamado “desenvolvimento regional”, em resumo,

⁵ Expressão usada por Freire (1983)

conforme Feitoza (2003), a partir das atividades decorridas na região como: a coleta de drogas do Sertão, nos séculos XVI, XVII e XVIII; do período gumífero, representado pelo esplendor e declínio da borracha, no final do século XIX e início do século XX; das políticas voltadas para a interiorização do desenvolvimento, mediante ao surgimento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, e, posteriormente, em 1966 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e mais recentemente por meio do Decreto nº 288 de 27 de Fevereiro de 1967, que institui a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), sendo essa última, uma política que se caracteriza pela concessão de incentivo fiscal e infraestrutura oferecida às indústrias para instalação em Manaus, Amazonas.

De acordo com Feitoza (2003), a região amazônica foi fortemente marcada pela intensificação das ações do Governo Federal, com a criação das referidas superintendências, reforçada também com a construção de estradas Belém-Brasília, Perimetral Norte e Transamazônica, além da constituição do Programa de Integração Nacional (PIN).

Percebe-se que todas essas políticas “desenvolvimentistas”, foram retratadas no discurso militar como imperativos necessários para o desenvolvimento da região, uma vez que os militares entendiam como fundamental a “integração” da região ao resto do país, pensamento retratado no período da ditadura no país, por meio da máxima “*integrar para não entregar*”.⁶

O modelo engendrado nessa conjuntura foi o extrativista explorador, norteado nas atividades primárias: mineral, agrícola e extrativista, que exerceu peso expressivo na economia estadual durante o período colonial até o advento e coadunação das políticas de “desenvolvimento” atuais baseada em incentivos fiscais, nas quais se inclui a criação da Zona Franca de Manaus. Ou seja, com esse cenário as políticas governamentais dinamizaram a economia regional do Norte, nunca se dissociou do setor primário.

3.7.2. Panorama dos serviços de ATER no Amazonas

No Amazonas, foi criado no ano de 1966 a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), objetivando a promoção de serviços de extensão no Estado. A posteriori, nos anos

⁶ Grifo nosso, ditadura militar no Brasil entre os anos de 1964-1985.

de 1970 às ACAR foram transformadas na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amazonas (EMATER), criada especificamente em 23 de Julho de 1976, depois houve a substituição pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas em 25 de Maio de 1995.

Em seguida, o governo do Estado, criou o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas (IDAM), por meio da Lei Estadual n. 2.384, de 18 de Março de 1996, que conforme o Decreto n. 20.953, de 31 de Março 2000, refere-se a uma autarquia com personalidade jurídica de Direito Público, autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada à Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR)⁷.

O IDAM tem como objetivo, supervisionar, coordenar e executar as atividades de ATER, como estratégias do governo Estadual para os setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, além de participar na formulação e execução das políticas voltadas para esses setores. Observa-se que a ação extensionista do IDAM é efetuada em um contexto amplo e diversificado, onde o meio físico, geográfico, étnico, econômico e sociocultural são complexos. Este instituto que exerce grande influência, por vezes, condiciona as atividades humanas voltadas para a obtenção de meios de vivência, dentre as quais o extrativismo, a agricultura de subsistência e a agricultura destinam-se ao mercado.

Ressalta-se que os IDAM's/AM, contam em geral, segundo Feitoza (2003) com o quadro funcional de 516 funcionários, para atender os 62 municípios do Amazonas. Para tanto, conforme Fraxe (2008) em 2004 o IDAM contava apenas com 470 servidores em exercício efetivo entre pessoal técnico e administrativo, este exercício variou ao longo do ano devido aos afastamentos e contratações temporárias ocorridas em função das demandas de ATER.

O IDAM Manacapuru, sede onde foi realizada a pesquisa empírica, atualmente dispõe de poucos recursos humanos contando com apenas 22 técnicos, efetivos e contratados, e uma infraestrutura precária. Possui seis salas, dois banheiros, copa e o alojamento. Dispõe para oferecer serviços de ATER na região, uma lancha e dois carros.

⁷Consultar livro Agroecologia, Extensão Rural e sustentabilidade na Amazônia (org.) FRAXE e MEDEIROS ano 2008.

Os IDAM/AM foram construídos sob influências de uma época em que o Brasil começou a experienciar o chamado “neoliberalismo econômico”⁸, iniciado no governo Collor, e seguiu aos governos posteriores, no que culminou diretamente nas políticas públicas de direcionamento *estatistas*, no seguimento rural exemplificada principalmente, com a extinção da EMBRATER, SIBRATER e abandono dos empenhos antes realizados para garantir a ATER.

O Brasil adotou iniciativas de não responsabilização estatal com a minimização do Estado, por meio de políticas de focalização, privatização e descentralização, beneficiando ou não o pequeno produtor rural e demais classes populares do país. Atualmente, o Brasil é norteado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2010) a qual trata do direcionamento para os serviços de ATER nas políticas regionais, inclusive a do projeto Pró-Rural.

⁸“O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça. A intervenção da autoridade pública sobre as iniciativas privadas é vista, primordialmente, como intrusão indevida, no máximo tolerada” (MORAES, 2002, p.15).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como estratégia de aprofundamento no campo da pesquisa, foi necessário um mergulho de seis meses *in locu* no município de Manacapuru com o intuito de minimizar o distanciamento entre as comunidades e a pesquisadora, bem como, garantir uma imersão no cotidiano da instituição governamental IDAM e participação nas atividades juntamente com os técnicos bolsistas de diferentes linhas finalísticas nas comunidades.

A proposta de pesquisa foi apresentada a algumas lideranças no 9º encontro de trabalhadores e trabalhadoras que ocorreu na sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Manacapuru (figura 01). Nesta etapa se deu os primeiros contatos com produtores informantes do estudo.

Após apresentação do projeto, foram realizadas visitas as áreas produtivas para entrevista dos produtores. Dentre as áreas visitadas, estão a localidade Costa do Marrecão, comunidades de São Francisco e Divino Espírito Santo (linha finalística de culturas alimentares), Lago Paraná do Periquito, comunidade São Lazaro e sede municipal Manacapuru (linha finalística malva e juta), entrevistas de associados ocorreu na sede da COMAPEM (linha finalística Organização Social e Mercados), Comunidade Monte Sinai as entrevistas foram realizadas com os produtores do ramal 17 da AM 070.

Figura 1. Reunião de produtores (as) e apresentação do Projeto.



Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Inicialmente partimos de pesquisa bibliográfica e documental, além da parte empírica com uma abordagem qualitativa, descritiva-exploratória e multicêntrica. Seu método origina-se no Estudo de Caso. Desse modo, foram consultados os relatórios parciais de cada linha finalística proposta para estudo adquirido junto aos coordenadores dos mesmos. Bem como, literaturas relativas ao assunto estudado, livros, artigos, documentos publicados na internet como: o site da SEPROR, do Governo do Amazonas, revistas, entre outros. Esses manuscritos possibilitaram fundamentar a pesquisa em foco, contribuindo com a intersubjetividade entre os atores sociais e a pesquisadora.

Nesse contexto, em conformidade com Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica teve a finalidade de manter o pesquisador em contato direto com o material escrito sobre o tema pesquisado, auxiliando-o na análise e triangulação dos dados da pesquisas ou na manipulação de suas informações. Além disso, pode ser considerada como primeiro passo para qualquer pesquisa científica.

Quanto à dimensão qualitativa Neves (1996), afirma que a pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas como (entrevista não estruturada, entrevista semiestruturada, observação, participante, observação estruturada, grupo focal) que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Ademais, tem-se a abordagem descritivo-exploratória, que de acordo com Godoy (1995) envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando-se a compreensão dos fenômenos, segundo a percepção dos participantes da situação em estudo.

As contribuições da abordagem multicêntrica, também foco deste estudo, segundo Secchi (2010), considerou as organizações privadas, não governamentais, organismos multilaterais, redes de Políticas Públicas, juntamente com atores estatais, todos protagonistas no estabelecimento das Políticas Públicas.

O desenho amostral utilizado foi o Estudo de Caso, que conforme Goldemberg (2007) reúne maior número de informações detalhadas por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

Nesse sentido, a pesquisa se concentrou nas Ciências Ambientais, que tem como base a interdisciplinaridade. A partir do diálogo com os campos das Ciências Sociais aplicadas e Ciência Política por evidenciar o contexto sociopolítico do Pró-Rural envolvendo a Sociologia Rural, Ecologia, Pesca, Agronomia entre outras áreas aplicadas do conhecimento.

Essas contribuições oportunizam o entendimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, sobretudo no Estado do Amazonas, assim como as dimensões do Pró-Rural, a fulgor dos próprios atores sociais envolvidos por tal política.

Visando atender as etapas burocráticas da pesquisa, submeteu-se o projeto a apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, respeitando os princípios éticos vigentes no País. Portanto, segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 196/1996 (Anexo I), que estabelece as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Foi aplicado a todos agentes sociais envolvidos na pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde foram detalhados a justificativa, os objetivos, os procedimentos e demais informações pertinentes à mesma, bem como o Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa (Anexo IV, V e VI).

4.1. O universo da pesquisa

O universo da pesquisa compreende o total de Bolsistas, funcionários do IDAM e produtores rurais participantes atuantes nas linhas finalísticas de Malva e Juta, Aquicultura, Culturas Alimentares e Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado, desenvolvidas em comunidades pertencentes ao município de Manacapuru, Amazonas no período entre 2013-2014 (tabela1).

Tabela 1. Grupo de informantes.

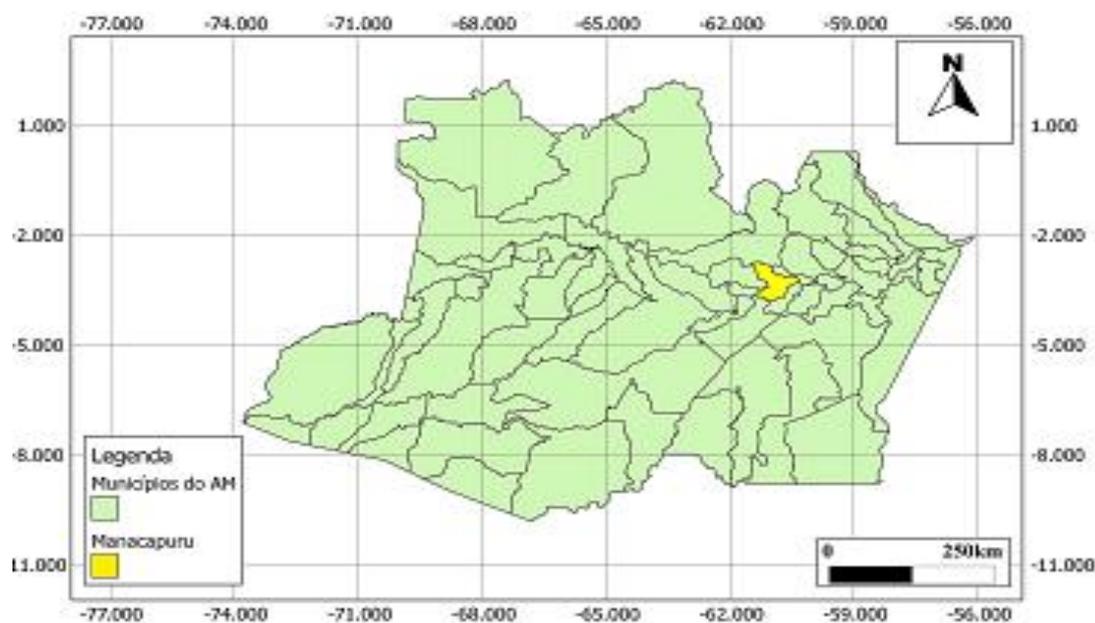
Grupo	Entrevistados	Número de entrevistados por grupo	Total
A	Funcionários do IDAM/SEPROR	3	
B	Bolsistas	5	18
C	Produtores Rurais	10	

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

4.2. Informações da Área de Estudo

A cidade de Manacapuru, localiza-se ao sul de Manaus capital do Amazonas, cerca de 84 quilômetros da referida cidade. Ocupa uma área de 7329, 234 km² e sua população, estimada pelo censo do IBGE de 2010 é de 86.985 habitantes, sendo assim depois de Manaus, Itacoatiara e Parintins o quarto município mais populoso do Amazonas.

Figura 2. Localização da cidade de Manacapuru no estado do Amazonas.



Fonte: Banco de dados NUSEC, 2014.

A agricultura e a pesca são as principais fontes econômicas da cidade. O município é o maior produtor nacional de Malva, tendo destaque também por outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliça entre outros. O universo da pesquisa foi escolhido devido o município receber cinco das dez linhas estruturadas no Pró-Rural.

4.3. Técnicas e Instrumentos de pesquisa

As Técnicas e instrumentos de coletas de dados foram combinados e sistematizados no decorrer do trabalho tais como: a observação, entrevistas semiestruturadas. Para o registro dos dados foi utilizado diário de campo, máquina fotográfica, gravadores e os Relatórios das linhas de Aquicultura, Cultura Alimentares, Malva e Juta e Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado do Pró-Rural.

4.3.1. Observação

A observação para (YIN, 2005) é entendida como “a técnica de coleta em que o pesquisador observa alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes, que variam de atividades formais e informais”.

4.3.2. Entrevista

A entrevista apresenta uma amostragem confiável da população geral. O pesquisador pode esclarecer as suas perguntas, dúvidas e o que houver durante essa interação. Permitindo avaliar também a conduta do entrevistado possibilitando a captação imediata da informação. Além disso, segundo Quaresma (2005) permite “a captação de dados subjetivos (valores, atitudes e opiniões), trata-se de uma conversa face a face e de um instrumento relevante em pesquisa social”. No caso usou-se roteiro de entrevista e formulário (Anexo II) semiestruturado onde houve questões previamente organizadas seguindo o proposto por Yin.

4.3.3. Agentes da Pesquisa

Nessa ordem, a atinente investigação selecionou três grupos de interesse do Pró-Rural. O primeiro refere-se aos produtores rurais beneficiados diretamente nas linhas de Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado, Malva e Juta, Aquicultura e Culturas Alimentares, representados por lideranças de cooperativas e associações nas sedes municipais de Manacapuru ou de suas comunidades.

O segundo grupo foi composto pelos bolsistas Pró-Rural, que estão inseridos nas referidas linhas do projeto. E o terceiro grupo, composto pelos representantes da administração pública funcionários do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) de Manacapuru. Vale ressaltar que as identidades de todos os agentes foram mantida em sigilo, sendo os nomes utilizados no corpo do texto todos fictícios.

4.3.4. Critérios de amostragem

Os interlocutores foram selecionados a partir das linhas finalística executadas em comunidades do município de Manacapuru. Foram utilizados os seguintes critérios para

separar o universo amostral, apresentando um total de pessoas entrevistadas, discriminadas nos grupos a seguir:

a) 03 (Três) funcionários do IDAM de Manacapuru;

b) 05 (oito) bolsistas, discriminados em 01 (um) bolsista de: (Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado, 01 (um) Malva e Juta, 01 (um) Culturas Alimentares e 02 (dois) de Aquicultura;

c) 10 (Dez) produtores rurais envolvidos nas associações, cooperativas ou lideranças do município de Manacapuru. Neste caso, discriminados em 02 (dois) representantes atendidos pela linha Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado, 02 (dois) Malva e Juta e 03 (três) atendidos nas linhas de Culturas Alimentares e 03 (três) de Aquicultura.

A escolha dos sujeitos de cada linha finalística se deu pelo total de bolsista atuando em cada uma das propostas. Este critério também foi aplicado na escolha dos funcionários do IDAM. Já os produtores foram escolhidos por serem lideranças e já estarem participando de organizações como cooperativas ou associações ligados as linhas finalísticas.

Não houve restrição quanto ao grau de escolaridade ou local de origem, para a aplicação das entrevistas semiestruturadas e/ou formulários para os três grupos. Nos grupos A, B, C não participaram da pesquisa atores sociais menores de 18 anos. A faixa etária foi determinada em grupos de 18 a 25 anos; 26 a 35 anos; 36 a 45; 46 a 55 e 56 a 65.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Estudo de caso do pró-rural no estado do Amazonas

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em sua versão atualizada e instituída pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (Lei de ATER) estabeleceu as bases para a execução do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Essa tem como premissa acompanhar as Unidades de Produção Familiar a partir dos Planos de Desenvolvimento Comunitário e dos Planos Produtivos, Econômico e Ambiental das Unidades de Produção Familiar.

O objetivo é a promoção de uma rota crescente de sustentabilidade dos agroecossistemas, combinado com a otimização no uso dos recursos naturais (solo, água e floresta) e o uso de insumos de base ecológica que gerem qualidade, produtividade e estabilidade da produção com crescimento econômico e conservação ambiental.

Nesse sentido, programas governamentais foram norteados pela PNATER de 2010. Sendo esta a gênese do Programa Amazonas Rural, diretamente influenciado pela PNATER, apresentada publicamente em Julho de 2012 no Estado do Amazonas, onde, no site da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) em 2012, o define como um Programa que consiste em medidas para aumentar a produção, a fim de tornar o Amazonas auto suficiente em alimentos e produtos agroflorestais, dinamizar a economia dos municípios, gerando riqueza e oportunidades de emprego a partir da criação de mais de 200 mil ocupações, além de estimular o desenvolvimento sustentável, através da consolidação de culturas tradicionais.

O Pró-Rural foi criado pela SEPROR em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e a extinta Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Apresentando suporte do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), que é parceiro no apoio aos técnicos bolsistas.

Segundo o governo do estado Amazonense, o Amazonas Rural tem investimentos previstos de “R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 100 milhões são estaduais, R\$ 200 milhões de parceiros públicos, como Ministério das Cidades e Fundo da Amazônia, e cerca de R\$ 700 milhões, da iniciativa privada. Entre outros atos referentes à implantação do Amazonas

Rural⁹”, houve o firmamento do Edital de número 006 de 2013 (Anexo III), referente ao Pró-Rural, estabelecido em parceria com a FAPEAM. O documento ensarta o Pró-Rural como:

O programa estratégico de Transferência de Tecnologias para o Setor Rural-PRO-RURAL em parceria com a SECTI e a SEPROR de voltada para a difusão de novas técnicas de produção sustentável resultantes de pesquisas científicas e tecnológicas e que ajudarão a alavancar a produção rural, o crescimento econômico, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios do interior do Estado do Amazonas [...]. O PRO-RURAL configura-se como um programa de bolsas e auxílio financeiro que contribuirá para a disseminação e incorporação de novas tecnologias de produção sustentável junto às populações do Estado do Amazonas por meio de transferência de tecnologias para o setor rural. (Edital Fapeam nº 006 de 2013, p 1.).

O respectivo Projeto contém como orientação a Assistência Técnica e Extensão Rural. E o mesmo Pró-Rural, nasce como estratégia prenotada no Programa Amazonas Rural sendo um eixo fundamental para implementação do programa. Assim, o Pró-Rural tem como ações desenvolver nove linhas finalísticas e uma linha transversal, sendo que todas se destacam por estabelecerem-se por meio de transferência de tecnologias no projeto original segue abaixo:

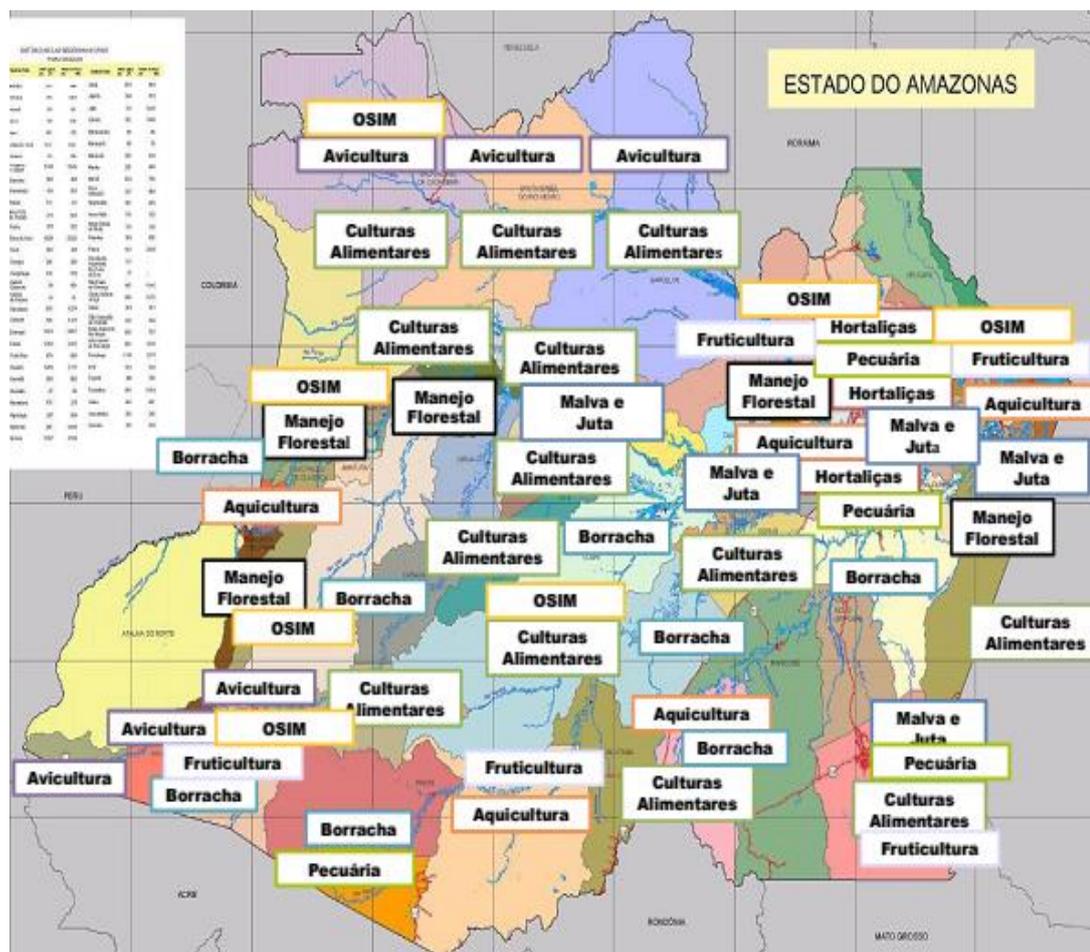
- 1-Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta;
- 2- Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha;
- 3- Transferência de Tecnologia na Pecuária Sustentável;
- 4-Transferência de Tecnologia na Aquicultura;
- 5-Transferência de Tecnologia no Manejo de Produtos Madeireiros e Não Madeireiros;
- 6- Transferência de Tecnologia na Fruticultura
- 7-Transferência de Tecnologia na Avicultura;
- 8-Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares;
- 9- Transferência de Tecnologia em Horticultura;

Linha Transversal 10 - Transferência de Tecnologia para Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado.

As subdivisões de atuação são visualizadas no Estado do Amazonas conforme figura que distribuí as linhas por eixos de atuação nas macrorregiões:

⁹Conforme o site governamental: <https://www.amazonas.am.gov.br/2012/12>.

Figura 3. Linhas distribuídas por eixo de atuações nas macrorregiões.



Fonte: Banco de dados NUSEC, adaptada a partir do Edital 006/2013.

Conforme o Edital Fapeam (006/2013) o Pró-Rural é composto pelas seguintes linhas finalísticas executadas nos respectivos municípios (tabela 2).

Tabela 2. Linhas finalísticas que compõem o Pró-Rural e seus respectivos municípios de abrangência no primeiro ano conforme edital.

No.	Linha finalística	Municípios abrangidos
1	Malva e juta	Manacapuru, Iranduba, Manaus, Itacoatiara, Parintins.
2	Borracha	Juruá, Tapauá, Eirunepé, Boca do Acre, Manicoré, Itacoatiara.
3	Pecuária sustentável	Autazes, Apuí, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Presidente Figueiredo e Boca do Acre.
4	Aquicultura	Manacapuru, Presidente Figueiredo e Parintins
5	Manejo florestal	Fonte Boa, Benjamin Constant, Manaus, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Parintins.
6	Fruticultura	Itacoatiara, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo, Codajás, Novo Aripuanã, Lábrea, Coari, Tabatinga, Apuí, Parintins,

No.	Linha finalística	Municípios abrangidos
		Urucurituba e Envira.
7	Avicultura	São Gabriel da Cachoeira, Ipixuna e Eirunepé.
8	Culturas alimentares	Tapauá, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Ipixuna, Manacapuru.
9	Hortaliças	Irاندuba, Careiro da Várzea, Manacapuru.
10	Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado (OSIM)	Manaus, Eirunepé, Boca do Acre, Manicoré, Benjamin Constant, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Ipixuna, Carauari, Tapauá, Fonte Boa, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Irاندuba e Manacapuru.

Fonte: Pesquisa documental, Edital FAPEAM-006 de 2013.

De acordo a política, destacam-se a sua projeção por meio de transferências de tecnologias, voltadas para os mais diversos setores do setor primário. Porém, a base de um política que se estabelece por meio de transferências de tecnologias não teria sua efetividade questionável?

Após a análise do documento, verifica-se que sua concepção está pautada em uma lógica de transferência de conhecimento e tecnologia, o que implica diretamente no sucesso e/ou insucesso das ações das suas linhas. Estabelece ainda em sua gênese uma relação de poder, no qual o sujeito o extensionista, neste caso o bolsista técnico, munido de suas técnicas oriundas de sua formação, leva o conhecimento e técnicas aos produtores de diversas regiões do estado, considerados objetos por (FREIRE, 1983). Entretanto, ressalta-se que a condução das linhas não necessariamente estão dentro da perspectiva tecnicista da Política, pois compreende-se que o contexto e a metodologia de trabalho de cada grupo/instituição para obtenção de seus resultados fogem as estruturas da política, a partir de um entendimento dialético.

Neste sentido Freire (1982, p. 61), enfatiza que “A assistência técnica só é válida na medida em que o seu programa nascendo da pesquisa é o “tema gerador” do povo vá mais além do puro treinamento técnico”. Uma construção unilateral que é replicada como apenas um treinamento compromete o processo participativo e participante da constituição da política, ou seja, remete-se a lembrança de uma Política Pública com direcionamento *estatista*.

Além dessa característica evidenciada no documento, é vital a concepção trazida por (FRAXE, 2000, p.16-17), “É indispensável a todos aqueles que desenvolvem atividades junto

ao homem do campo, conhecer teoricamente aspectos culturais da realidade onde se desenvolverá o trabalho, tais como: aspectos da transculturalidade do homem amazônico”.

Frente ao exposto, a interpretação assumida toma como referência a questão central extraída no documento basilar do Pró-Rural, que é mencionado não com viés reducionista, simplificador e mesmo negador da capacidade das diferentes sociedades criarem e desenvolverem suas particularidades e potencialidades dentro da ótica que lhes é própria. Embora, o edital tivesse aspecto da extensão difusionista inovadora, viu-se que as linhas Malva e OSIM utilizavam bases teóricas-formativas e operacionais da educação libertadora.

Inicialmente, o Edital aponta para transferência de tecnologias e não de uma possível construção de tecnologias sociais a partir dos conhecimentos e saberes dos atores sociais envolvidos no processo.

Logo, pode-se verificar as dificuldades ou limitações que se impõem à extensão rural do Estado do Amazonas, uma vez que o modelo que a identifica foi concebido em outras condições: ambientais, socioeconômicas, culturais, políticas e tecnológicas, portanto, orientadas para outros meios que por vezes não reflete a realidade das populações tradicionais sejam produtores rurais como é o caso explicitado.

Os termos apresentados por NODA et al. (1995, p. 154.) possibilitam uma melhor aproximação em torno dessa importante questão: “A referência ao termo “tradicional” é feita no sentido de considerar-se a prática agrícola atual das populações da Amazônia como sendo uma reconstituição subjetiva de uma realidade ou condição ancestral.

A autora acima, ressalta que as práticas de produção desses povos além da subjetividade, possuem uma carga de interação com ambiente, nos quais são desenvolvidas técnicas e usos de recursos ambientais com elevados patamares de sustentabilidade. Ou seja, conhecer as áreas de atuação de qualquer projeto para a região amazônica é imprescindível, considerando as constantes transformações nesta região, na qual a complexidade se intensifica.

Nesse contexto, a superação dos gargalos para alavancar as cadeias produtivas regional, bem como mitigação das desigualdades sociais e econômicas. Sendo estes os prelúdios para o desenvolvimento da sociedade brasileira e amazonense, é claro que todo e qualquer empreendimento seja no setor primário ou fora dele tem na tecnologia um aspecto importante de seu sucesso ou insucesso.

A disseminação de tecnologias por projetos de desenvolvimento, sinônimo de modernização, replica conhecimento e técnicas homogêneas em áreas distintas. O que pode acarretar a quebra da estrutura organizacional dos povos onde as mesmas são introduzidas. Já que se busca por meio dessas técnicas a modernização, esquecendo-se da complexidade dos diferentes grupos societários. Sendo assim, Freire (1983) salienta que deve-se evitar o tradicionalismo do status quo em cair no messianismo tecnológico, afirmando que todo desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento.

Porém, aponta-se aqui que o Pró-Rural use das tecnologias sociais, todavia, pautadas em uma outra concepção, onde as mesmas busquem servir dentro da combinação entre o saber técnico-científico com o saber tradicional. O qual mostra-se relevante junto com o que fazer, o como fazer e o aprender fazendo, além de considerar outros produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis na interação com as comunidades e que assegurem efetivas soluções de transformação social dentro do que as mesmas realmente esperam e reconheçam como suas.

5.1.1. Processos para implementação e tecnologias adotadas na linha de Malva e Juta em Manacapuru.

Dentre as linhas investigadas tem-se Malva (*Urena lobata* L.) e Juta (*Corchorus capsularis* L.), Aquicultura, Culturas Alimentares e a OSIM implementadas no município de Manacapuru. Logo, como fonte documental usa-se sobretudo, os Relatórios FAPEAM das linhas pesquisadas no prelo, possibilitando a percepção sobre a implementação delas durante o primeiro ano de 2013-2014.

Explicitando ainda, as mudanças no direcionamento operativo do projeto na implementação de suas linhas, mudanças essas perpassadas, por exemplo na nomenclatura, área de atuação, dificuldades e atividades realizadas entre outros.

Quando trata-se da linha Malva (*Urena lobata* L.) e Juta (*Corchorus capsularis* L.), é fundamental explicitar que a cultura da Juta esta em declínio no Amazonas (Araújo, 2012), portanto essa linha efetiva a partir do trabalho com a fibra de Malva, conforme ensarta o Relatório FAPEAM no prelo das atividades realizadas de 2013-2014:

Objetivo geral da linha: Dinamizar a cadeia produtiva de malva e juta por meio da difusão e inovações tecnológicas, adequadas à realidade regional para geração de trabalho e

renda nos municípios de Manacapuru, Caapiranga, Beruri, Parintins, Anamá, Anori e Manaquiri no Estado do Amazonas.

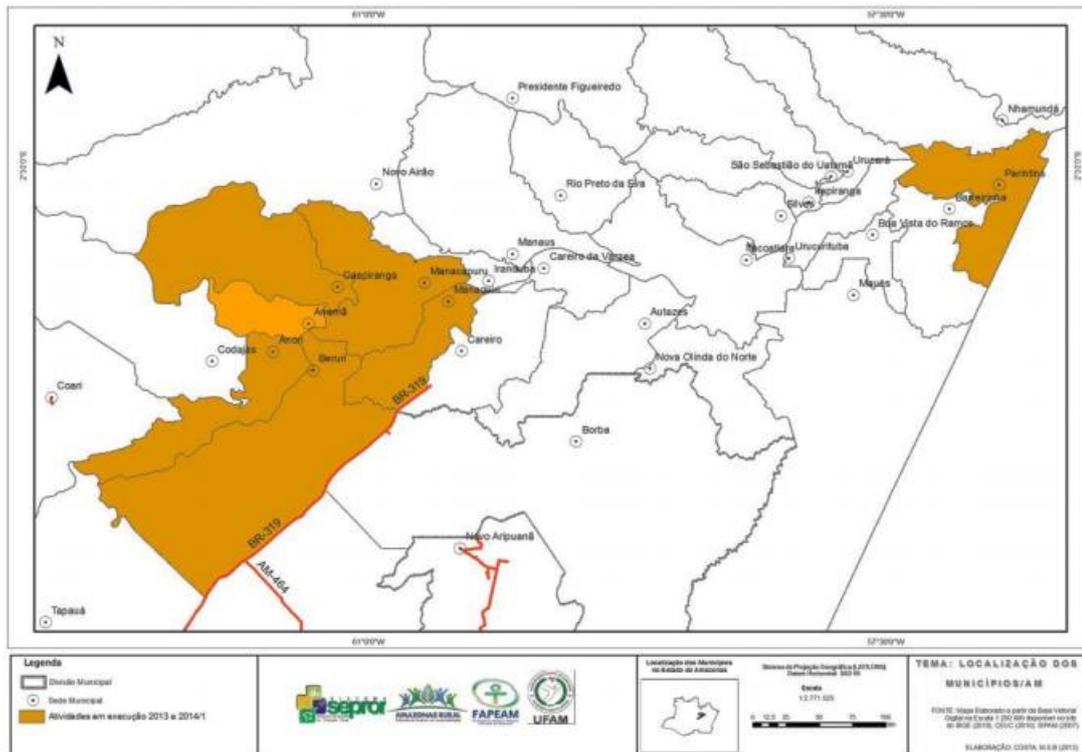
E os específicos são: 1) Proporcionar uma rede de formação de profissionais na área rural para desenvolver e acompanhar atividades de pesquisa, extensão rural e transferência de tecnologia na produção de malva e juta; 2) Disponibilizar aos produtores rurais, conhecimento e acesso as tecnologias sociais voltadas para a produção sustentável de sementes e fibras de malva e juta, a fim de melhorar as condições de trabalho destes produtores em nove municípios do Estado do Amazonas; 3) Dinamizar a cadeia produtiva da malva e juta e apoiar empreendimentos solidários, a fim de aumentar a produção de fibras, nos 9 municípios de atuação do projeto; 4) Disseminar o conhecimento técnico e científico associado à produção rural da cadeia produtiva malva e juta e da produção rural sustentável, estimulando uma cultura de transferência de conhecimentos, visando sua aplicabilidade e apropriação social.

A partir dos objetivos observa-se que a linha busca principalmente compartilhar os conhecimentos técnicos e científicos com os produtores rurais. Além de investimento no viés formativo dos bolsistas, (pesquisadores-extensionista), com foco na economia solidária coadunando com dinamização da cadeia produtiva das fibras nas localidades de atuação. Pois a produção da fibras em questão é uma parte integrante para o sustento de famílias no Amazonas.

Mesmo tendo passado por períodos de altos e baixos, a atividade de produção de fibras têxtil de juta e malva ainda se constitui como uma das principais atividades agrícolas da região do Médio Amazonas, garantindo o sustento de aproximadamente 15 mil famílias. A persistência desses agricultores em produzir fibras vem sendo apoiada pelos incentivos do governo, como parte integrante de uma política setorial que tem buscado assegurar a sobrevivência dessa atividade, por intermédio de ações de políticas públicas de fomento à produção, tais como: a distribuição de sementes, a garantia de um preço mínimo, além de subsídios financeiros. (ARAÚJO, 2012, p.09).

Ressalta-se sobre Manacapuru, esse sendo como um dos principais produtores de Malva no Amazonas. Portanto, foi a principal motivação da linha para escolha e inserção nessa localidade. Logo as áreas de atuação do Pró-Rural na linha Malva e Juta apresenta-se conforme (figura 4).

Figura 4. Área de atuação do projeto Residência Agrária linha temática Malva e Juta no Estado do Amazonas.



Fonte: Relatório FAPEAM Malva e Juta, 2014.

Sobre as principais informações dos processos para implementação da linha de Malva e Juta de acordo com o relatório (2014) discrimina-se em fases, cuja primeira ocorreu em três formações. Formação 1- nivelamento e capacitação que ocorreu após a chamada dos bolsistas pela SEPROR em um evento onde participaram todas as linhas temáticas. Formação 2- ocorreu com planejamento dos bolsistas e apresentação a equipe de trabalho. E a Formação 3- construída na fase de capacitação dos bolsistas.

O respectivo documento, mostra que as formações dos bolsistas da linha foram em cursos com temáticas: Políticas Públicas para Agricultura Familiar; Extensão Rural, Comunicação e Transferência de Tecnologia; Defesa Agropecuária; Legislação Ambiental; Manejo e Interpretação de Instrumentos de Navegação e Bússola; Primeiros Socorros (teoria e

prática); Empreendedorismo; Agroecologia; Elaboração de projetos; Mecânica de Motor de Pupa (teoria e prática); Piloto de voadeira (teoria e prática).

O projeto “Malva” tem uma atenção especial na formação básica dos agentes de transferência, pois, são os técnicos que estarão em contato mais direto com os produtores rurais atuando nas comunidades dos municípios polos. Portanto, há uma preocupação que estes agentes tenham habilidades para administrar diversas situações, sejam elas, técnicas, econômicas e até políticas. Pois, sabe-se que a cultura da malva ainda mantém o mesmo sistema de aviação e sistema de cultivo praticado desde as primeiras décadas do século passado. Neste contexto, um amplo programa de formação complementar vem sendo realizado pelo projeto desde 2013 e todas as capacitações previstas pelo projeto (3) já foram realizadas. Entretanto, o projeto entende que outras capacitações ainda podem ser realizadas, conforme as demandas dos técnicos (IDEM, 2014, p.24).

Verifica-se informações por meio do relatório no prelo de 2014, os cursos ministrados para os bolsistas mostram uma preocupação em oferecer uma formação e capacitação, pretendendo que os mesmos entendam o contexto socioambiental e político inseridos para se apropriarem e executarem os serviços de ATER no Amazonas. Observou-se que essas formações subsidiou os bolsistas para compreensão das divergências em torno da territorialidade, legalizações ambientais, políticas públicas setoriais voltadas para o produtor rural, entre outros.

A formação aos bolsistas retratou o Amazonas em sua concentração espacial e setorial, na dependência de políticas de incentivos fiscais federais e matérias-primas é um estado caracterizado pelo modelo de importação, sendo esse o desenvolvimento regional que predominou nas últimas décadas, inclusive no cultivo das semente de malva no Amazonas. As questões que envolvem a sustentabilidade da produção agrícola regional, assim como seu potencial foram trabalhadas nas formações. Conforme as (figuras 5).

Figura 5. Agentes de ATER em cursos de capacitação promovidos pelo projeto:





Nota: A) Técnicos da linha finalística de malva em capacitação sobre cadeia de malva; B) Produto de malva em mini feixe; C) e D) Curso prático de montagem e desmontagem da máquina descortecedora por técnicos Pró-Rural.
Fonte: Relatório Malva e Juta, 2014.

Conforme ensarta o Relatório no prelo (2014) os bolsistas após a formação participaram da constituição da parceria da linha Malva e Juta com o IDAM local de Manacapuru. Nas visitas técnicas feitas na a Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru (COMAPEM), Cooperativa dos Juticultores do Amazonas (COOPERJUTA) e o sindicato dos trabalhadores rurais do município de Manacapuru, buscando nessa parceria ações que contribuíssem para a organização do processo produtivo da malva e juta no respectivo município. Além de conhecer o processamento industrial de Malva (figura 6).

Figura 6. Técnicos do projeto conhecem o processamento industrial da malva na BRASJUTA em Manaus, Am.



Nota: A) Feixe de malva seco, pronto para beneficiamento; B) Malva processada e beneficiada em rolos de madeira pronta para comercialização.
Fonte: Relatório Malva e Juta, 2014.

Os bolsistas participaram das exposições na feira Agroecológica da UFAM AGROUFAM¹⁰. Onde, produtos feitos a partir das fibras de Malva e Juta, assim como cartilhas, livros, banners estavam disponíveis para comercialização e exposição, principalmente com o objetivo do público conhecer o processo produtivo das fibras (figura 7).

Figura 7. Barracas de comercialização de produtos de malva.



Nota: Barraca representando os produtores de malva na feira AGROUFAM com produtos de malva.

Fonte: Relatório Malva e Juta, 2014.

Outro fator de destaque no referido documento, é que a pesquisa de campo com o Diagnostico Rápido/Rural Participativo (DRP)¹¹ da linha prevista para ser realizada nos cinco primeiros meses do projeto, não ocorreu devido às dificuldades como: a cheia do rio, a incompatibilidade do plano de ação da linha com o plano dos IDAM's locais. E devido a não comunicação das instâncias mediadoras desse projeto houve atraso no inicial na execução das atividades prevista na linha no período de 2013, conforme visualiza-se abaixo:

A pesquisa de campo com DRP estava prevista para ser realizada nos cinco primeiros meses do projeto. Mas, não foi possível devido à ocorrência de alguns fatores: como dificuldade de logística (cheia do rio, incompatibilidade do plano de ação do projeto com o plano do IDAM's locais). Pois, até então não tínhamos a informação que os bolsistas do projeto teriam que executar atividades técnicas

¹⁰ AGROUFAM- é uma feira organizada dentro da UFAM junto com os produtores rurais e nasceu a partir do trabalho da linha transversal OSIM feita com as associações e cooperativas rurais de municípios do Amazonas.

¹¹ O DRP surgiu do Rapid Rural Appraisal (RRA) desenvolvido por Robert Chambers nos Estados Unidos (GOMES et. al, 2001) A metodologia prega, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica. O DRP tem sido utilizado, cada dia mais, por diversas entidades e organizações em processos de diagnóstico e planejamento rural.

coordenadas pelo IDAM, o que gerou em alguns municípios uma situação conflituosa pelo não entendimento do que foi imposto pela SEPROR aos coordenadores dos projetos e aos chefes do IDAM. (Relatório Malva e Juta, 2014, p. 38).

Quanto ao DRP explicitado no documento, observou-se que as comunidades trabalhadas diretamente em Manacapuru foi: Nossa Senhora das Graças, com 20 produtores atendidos, São Sebastião, com 15 produtores atendidos, São Pedro, com 10 produtores atendidos, e a comunidade Alpha e Beta, com 15 produtores atendidos pela respectiva linha.

Quanto às tecnologias apontadas no relatório de 2014 usadas na linha de Malva e Juta são: GPS (Global Positioning System); Tecnologia de semente de Malva e Juta com as leis, normas e regras para cadastramento de campo de produção de sementes, cadastramento do RT pela equipe da SFA-AM/MAPA e Tecnologias de desfibramento existentes método manual e mecânico, no caso do mecânico uso da tecnologia social máquina descortadora como visto na (figura 8).

Figuras 8. Etapas da colheita da malva em Manacapuru, Amazonas.

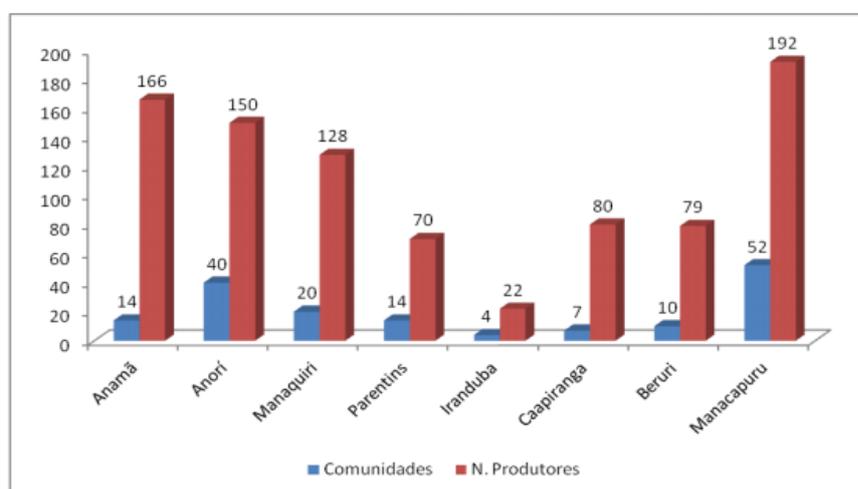


NOTA: A) Feixes de malva colhido e amarrados; B) preparo dos feixes de malva por produtores e técnicos para desfibragem; C) Desfibragem de malva por meio da tecnologia social máquina descortadora; D) produtos final após desfibragem meio da tecnologia social máquina descortadora.

Fonte: Relatório Malva e Juta, 2014.

Portanto, em 2013 os trabalhos estavam em sua fase germinal nos municípios de execução das linhas finalísticas estudadas. Percebeu-se que as ações em andamento são principalmente: 1) o DRP (diagnóstico rápido participativo) nos municípios polo do projeto; 2) três pesquisas de mestrado foram realizadas em comunidades rurais do município de Manacapuru; e 3) a parceria estabelecida entre o projeto, o IDAM de Manacapuru e COOMAPEM. Para início de acompanhamento da produção de fibra onde vem sendo levantadas as principais comunidades e produtores que receberam semente em 2013 para safra de 2014 (figura 9).

Figura 9. Frequência de produtores por comunidades que receberam semente de malva em 2013 para produção da safra (2013/2014) nos municípios da área de abrangências do projeto.



Fonte: Relatório Malva e Juta, 2014.

A partir da pesquisa documental e empírica constatou-se sobretudo por meio do acompanhamento dos bolsistas da linha Malva e Juta em Manacapuru que os principais processos de implementação da linha e as tecnologias usadas no primeiro ano de execução no Pró-Rural ainda é recente portanto as metas que foram atendidas são: formação e capacitação dos bolsista antes de ir a campo, aplicação do DRP, realização de parcerias com instancias governamentais e não governamentais como as associações e cooperativas de malveiros locais e identificação e seleção de áreas com aptidão para produção de semente (UEP's) de Malva em Manacapuru.

5.1.2. Processo para implementação e tecnologias adotadas na linha de Aquicultura em Manacapuru.

No caso da Aquicultura, durante a pesquisa verificou-se que houve uma mudança na nomenclatura, pois segundo informações dos bolsistas e da coordenação da linha o Amazonas tem como foco principal o trabalho com a piscicultura, pois essa última retrata a realidade local.

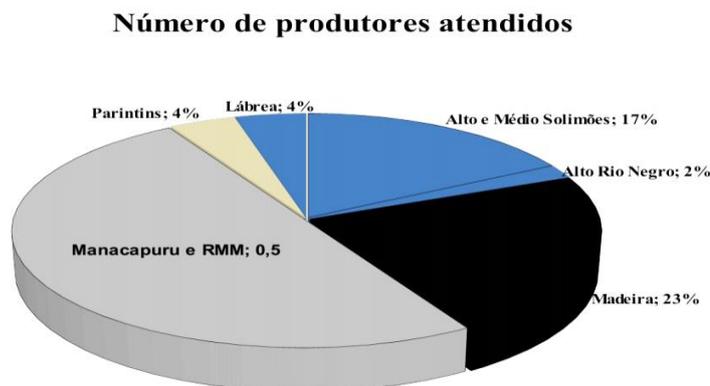
Quando trata-se de aquicultura essa é a ciência que estuda técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como o polvo e a lula), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos. No caso específico da linha o que vem sendo trabalhado no Pró-Rural é a piscicultura que refere-se ao cultivo de peixes principalmente em água doce.

Isto posto, usou-se como principal fonte de informações para conhecer o processo de implementação dessa linha, o próprio relatório no prelo de 2014 que foi enviado a FAPEAM e SEPROR sobre as atividades de 2013 e 2014, bem como artigos científicos de divulgação das atividades realizadas na linha de piscicultura. E tem como objetivo geral a promoção da piscicultura por meio de apoio técnico e creditício, visando incremento da produtividade, geração de ocupações econômicas, atendimento da demanda interna de consumo e da preservação ambiental.

A linha também foi constituída inicialmente por meio de formação e capacitação oferecidas aos bolsistas como temáticas: o setor aquícola do Amazonas. Com enfoque em boas práticas de manejo da aquicultura (BMP), utilizando literatura conceituada das revistas Pesquisa Agropecuária Brasileira (PAB/Embrapa), Boletim do Instituto de Pesca, Panorama da AQUICULTURA, Revista Brasileira de Zootecnia, Acta Amazônica, entre outros.

Em seguida, o projeto foi apresentado aos bolsistas em sua totalidade, detalhando os objetivos propostos, as metas pactuadas, a metodologia a ser desenvolvida em campo, os processos de gestão a serem empregados, os prazos e obrigações de cada integrante do projeto. Conforme acompanhamento da linha no município de Manacapuru observou-se que havia uma demanda espontânea de procura para solicitar Assistência Técnica e Extensão Rural. Ressalta-se que a linha é desenvolvida por polos (figura 10).

Figura 10. Distribuição percentual dos produtores atendimentos dos agentes de tecnologia do Pró-Rural nos seis Polos de desenvolvimento da Aquicultura do Amazonas.



Fonte: Relatório Geral Aquicultura, 2014.

No que confere as atividades em Manacapuru da linha de Aquicultura. A meta dessa era de atender 400 produtores, porém a meta foi ajustada ainda em 2013 para atender em 11 meses 342 atores sociais. Logo, segundo dados do Relatório de 2014 no prelo, ao todo nesse ano foram atendidos 240 atores sociais que exerciam ou não atividades voltadas para piscicultura.

Em campo, observou-se no banco de dados os questionários usados pelos bolsistas e nesse viu-se que 36 questionários eram de produtores do próprio município. Sendo que, dos 36 questionários, 26 produtores já exerciam atividades como piscicultores e os outros 10 possuíam interesse na atividade.

O relatório de 2015 da linha de Aquicultura expõe que após um ano de projeto, todos os bolsistas dessa linha relataram como principais dificuldades: falta de infraestrutura (34,8% dos bolsistas), falta de veículo para as atividades de campo (34,8%), problemas com acesso à internet (33,3%), falta de GPS (37,5%), software TrackMaker (33,3%) e problemas de relacionamento com a gerência e outros servidores do IDAM (33,3%).

Destaca-se quanto ao relatório no prelo de Aquicultura (2014) sugestões para a resolução de alguns problemas enfrentados na inserção do projeto, conforme retratada abaixo:

A resolução para estes problemas passa por uma reestruturação do IDAM e do sistema de ATER do AM. Falta de infraestrutura, GPS, veículo e acesso à internet só podem ser resolvidos pelo parceiro. No caso de fornecimento de material de consumo, tais como software TracMaker já foi adquirido pela coordenação e será entregue a cada um dos bolsistas. Outra opção seria permitir que pequenos recursos, por exemplo, valores não superiores à R\$ 20 mil por ano ou R\$ 500 por bolsista/ano

fossem utilizados na rubrica de serviços ou insumos para pequenas manutenções de veículos (troca de pneu, bateria, etc.). (Relatório Aquicultura, 2015, p. 14.)

O edital ao qual foi submetido projeto Pró-Rural não previu a compra de recursos permanentes ou manutenção dos mesmos. O mesmo contou com a infraestrutura das instituições de ATER como o IDAM nas sedes municipais de execução do projeto. Estas lacunas foram observadas a partir das visita de campo junto aos técnicos bolsistas (figura 11).

Figura 11. Bolsista em ATER na linha de Aquicultura para produtor rural.



Nota: A) acesso ao tanque de piscicultura em propriedade rural; B) tanque de piscicultura em propriedade particular; C) Técnicos da linha finalística em Aquicultura, buscando informações sobre a propriedade; D) Bolsista tirando coordenadas geográficas da propriedade na linha de Aquicultura para produtor rural.

Fonte: Pesquisa de Campo na linha de Aquicultura, 2014.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação da linha finalística aquicultura do projeto Residência Agrária, foram observadas transporte terrestre e aquático como carros e lancha, bem como equipamentos como GPS. Os mesmos não atendem à demanda de 22 técnicos e bolsistas. Mesmo assim, foi realizado o acompanhamento dos bolsistas da linha finalística aquicultura. Em visita técnica, realizou-se o levantamento das propriedades e suas potencialidades, diagnosticando produtores potenciais participantes do projeto.

Após visita as propriedades os técnicos utilizam-se de tecnologias como programas computacionais como o TrackMaker utilizado para a criação de banco de dados contendo às coordenadas geográficas de cada localidade. O Excel possibilita sistematização de dados socioeconômicos e produtivos a partir da implantação do projeto. Desse modo, no primeiro ano de execução da linha observou-se que as principais metas atingidas no município de Manacapuru são referentes ao levantamento de produtores potenciais rurais interessados nos serviços ofertados pela linha finalística de Aquicultura.

5.1.3. Processo de implementação e tecnologias da linha de Culturas Alimentares no município de Manacapuru.

A linha Culturas Alimentares tem como foco trabalhar a socialização e a transferência de tecnologias para produção de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays*) e feijão-caupi (*Vigna unguiculata* L.), importantes para garantir a segurança alimentar no Amazonas.

As culturas alimentares como milho, feijão-caupi e mandioca são cultivados no estado nos ecossistemas de terra firme e em áreas de várzea. Ambos os ecossistemas apresentam uma agricultura de pouca eficiência, devido ao uso de baixa tecnologia pelos produtores. O Amazonas caracteriza-se como grande importador desses produtos alimentares, o que implica em evasão de divisas na sua economia e dificuldades em garantir a soberania e a segurança alimentar da população do estado. Além disso, nas últimas décadas, a população amazonense vem apresentando considerável expansão demográfica, o que ocasiona aumento no consumo e, conseqüentemente na importação dos produtos mencionados. (Relatório Culturas Alimentares, 2014, p. 4).

A partir de tais informações, a referida linha tem como objetivos: Promover a adoção de inovações tecnológicas pelos agricultores do Estado do Amazonas conferindo melhorias aos sistemas produtivos de cultivos alimentares, com vistas ao aumento da produtividade, da renda familiar, da segurança alimentar e da melhoria qualidade de vida desses agricultores.

As principais atividades realizadas pela referida linha segundo o Relatório de Culturas Alimentares no prelo das atividades realizadas durante o ano de 2013 a 2014. 1) implementação dos bolsistas; 2) Capacitação teórica e prática (figura 12) dos bolsistas sobre as culturas da mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*) e feijão-caupi (*Vigna unguiculata*), abordando tópicos teóricos para as três culturas como: 1. Panorama econômico da cultura no Estado; 2. Cultivares e qualidade de sementes; 3. Preparo do Solo; 4. Época de Plantio; 5. Calagem e Adubação; 6. Tratos culturais e Manejo de plantas daninhas; 7. Doenças

e medias de controle; 8. Pragas e medidas de controle; 9. Colheita e 10. Secagem e Armazenamento.

Figura 12. Formação teórica dos Bolsistas de Cultura Alimentares.



Fonte: Relatório Cultura Alimentares, 2014.

Na formação da parte prática de conteúdo os cursos segundo Relatório Cultura Alimentares no prelo (2014) foram as seguintes: Escolha de área; amostragem de solo e interpretação de análise; preparo de área e correção do solo; teste de germinação de sementes; demarcação e semeadura e espaçamento (figura 13); práticas de adubação de plantio e de coberturas; controle de plantas daninhas, doenças e pragas; conhecimento dos estádios fenológicos da planta; época de colheita e armazenamento de sementes.

Figura 13. Formação prática dos técnicos da linha finalística cultura alimentares.



Nota: A) Demarcação de piquetes para preparo leiras; B) espaçamento no cultivo de milho.
Fonte: Relatório Cultura Alimentares, 2014.

A capacitação teórica, técnica e prática voltada aos bolsistas do projeto sediada em Manaus ocorrida no mês de Setembro de 2013. E seu conteúdo programático foi sobre o cultivo e manejo das culturas da mandioca, milho e feijão-caupi.

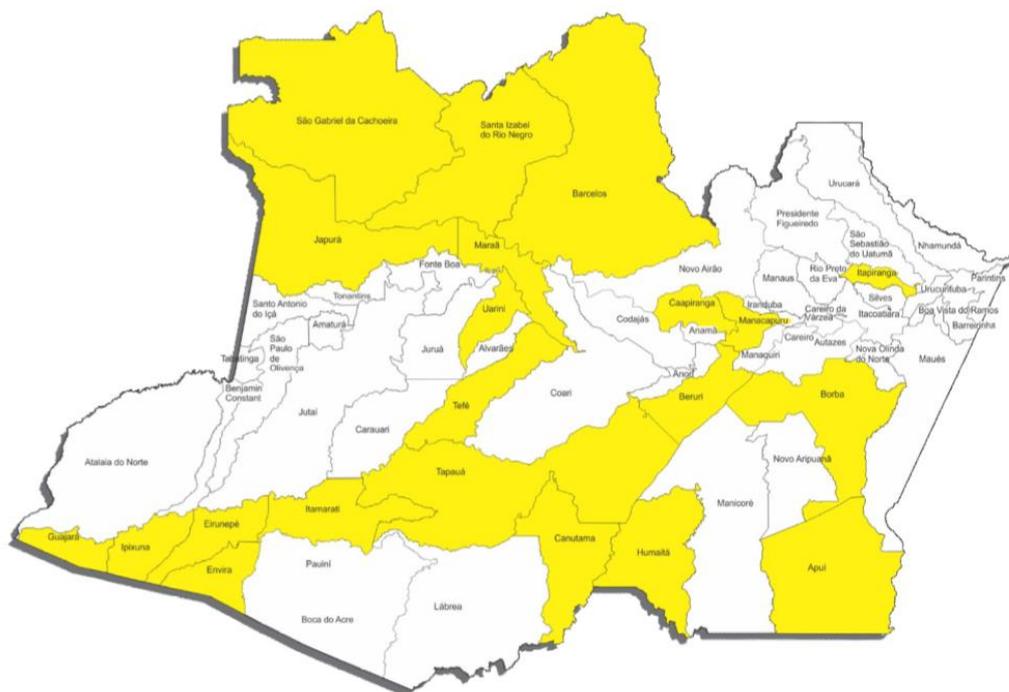
Por conseguinte ocorreu a fase na qual os bolsistas instalaram-se nos municípios que iriam trabalhar, e realizaram levantamento socioeconômico em comunidades “assistidas” pelo órgão oficial (IDAM). Nesse processo aplicaram 30 (trinta) questionários com os “agricultores” de cada município segundo fontes do Relatório Culturas Alimentares no prelo (2014) e as principais estratégias usadas na linha foi por meio de reuniões nas comunidades, seleção participativa dos produtores multiplicadores e condução das Unidades de Construção do Conhecimento Coletivo (UCCC’s’).

Até Março de 2015 foram atendidos 2822 agricultores nos 21 municípios, distribuídos em 190 comunidades rurais. Os bolsistas instalaram 82 Unidades de Construção do Conhecimento Coletivo (UCCC) de mandioca, milho e feijão-caupi, em várzea e terra firme, para demonstração de métodos e transferência de tecnologia aos agricultores. (Relatório da linha Cultura Alimentares, 2014, p.10)

Destaca-se a informação contida no Relatório de Culturas Alimentares (2014) que o número de produtores rurais atendidos pela linha em Manacapuru foi de 137 (cento e trinta e sete), em 04 (quatro) comunidades, construído assim 4 (quatro) UCCCs. Percebeu-se sobre essas unidades demonstrativas que os produtores “assistidos” servirão como multiplicadores para os outros interessados no sistema de produção trabalhados pela linha.

Assim como as outras linhas, Culturas Alimentares também trabalha por macrorregiões. Isto posto, salienta-se as áreas de abrangência de Culturas Alimentares são 21 (vinte e um) municípios do Estado do Amazonas, sendo esses: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Japurá, Marã, Tefé, Uarini, Manacapuru, Beruri, Caapiranga, Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Envira, Canutama, Tapauá, Humaitá, Apuí, Borba, Itamarati e Itapiranga conforme (figura 14).

Figura 14. Áreas de abrangência da linha em Culturas Alimentares



Fonte: Relatório Culturas Alimentares, 2014.

Dentre as comunidades situadas na zona rural do município de Manacapuru, nas quais foram implementadas às UCCC's, estão às comunidades de São Francisco e Divino Espírito Santo (figura 15).

Figura 15. Visita a comunidade de São Francisca no município de Manacapuru, Am.



Nota: A) Explicação dos objetivos do projeto ao agricultor; B) Resultado do cultivo de milho na comunidade de São Francisco no município de Manacapuru, Am.
Fonte: Pesquisa de campo e Relatório Culturas Alimentares, 2013-2014.

Assim como os demais projetos do Pró-Rural a implementação da linha finalística de Culturas Alimentares em 2013, também passou por ajustes devido às dificuldades no primeiro ano, conforme as citadas no relatório parcial.

A precária rede de internet do interior do Estado, dificulta o tramite de documentação obrigatória entre bolsistas e coordenação. Não houve interlocução entre SEPROR (Idealizadora do programa) e IDAM, parceiro direto, para orientar os gerentes dos Escritórios Locais do IDAM, nos municípios sobre os objetivos e as funções dos bolsistas. Por isso, ocorreram problemas de relacionamento dos gerentes com os bolsistas, atrasando, em alguns casos as atividades planejadas. Não houve apoio gerencial, como ficou acordado com a SEPROR, para auxiliar a coordenação na gestão administrativa e financeira do projeto, sobrecarregando os coordenadores que deixaram de executar outras atividades sob suas responsabilidades nas instituições onde atuam (...) para os municípios fora do entorno da capital Manaus, a logística de transporte é muito precária, dificultando o envio de materiais necessários para execução das atividades de campo. O fluxo dos rios (cheia e vazante) dificultou a instalação e condução de UCCC's em alguns municípios, especialmente em áreas de várzea da calha do Juruá. (Relatório técnico de culturas alimentares, p.16)

Como observa-se no relato acima um dos principais entraves no primeiro ano de implementação do projeto também refere-se a (*in*) comunicação das instâncias governamentais. Nesse sentido, as principais sugestões citadas no documento tratam de uma Fundação para gerenciar a parte financeira e administrativa do projeto, para que a coordenação trabalhe exclusivamente com parte técnica:

Necessidade de ter uma Fundação para gerenciar a parte financeira e administrativa do projeto, pois a coordenação deve se dedicar exclusivamente a parte técnica. DE ACORDO COM OFICIO Nº 062.20908.2014 DE TEC/FAPEAM de 25/11/2014, Referente ao parecer técnico dos consultores ADHOC, encaminhado pela Diretoria Técnica Científica da FAPEAM, avaliado durante o Seminário de Avaliação Parcial do Programa Pró-Rural em 10/10/2014, foi sugerido que “considerando as dificuldades regionais sugerimos a readequação das metas no sentido de privilegiar qualidade em detrimento de quantidade, ou seja cada técnico efetivamente deveria trabalhar com os mesmos 100 agricultores durante todo o período de vigência do projeto, para a consolidação da adoção das tecnologias.” (Relatório Culturas Alimentares, 2014, p.16).

Isto posto, conforme a citação acima houve dificuldades em questões administrativas e também em atingir as metas iniciais que era de 100 (cem) “agricultores” no município por ano. Logo, as metas foram readequadas para trabalhar com os mesmos durante os três anos do projeto principalmente, para garantir a qualidade do serviço de ATER oferecido proposto no projeto inicial.

E por fim, durante a pesquisa de campo sobre o acompanhamento das linhas investigadas percebeu-se que os técnicos (bolsistas) de Cultura Alimentares por ser natural de Manacapuru, obtinham conhecimento prévio e articulação política nas comunidades trabalhadas, o que facilitou os serviços de ATER nas comunidades em Manacapuru no primeiro ano de implementação de Culturas Alimentares.

5.1.4. Processo de implementação e tecnologias da linha OSIM no Município de Manacapuru

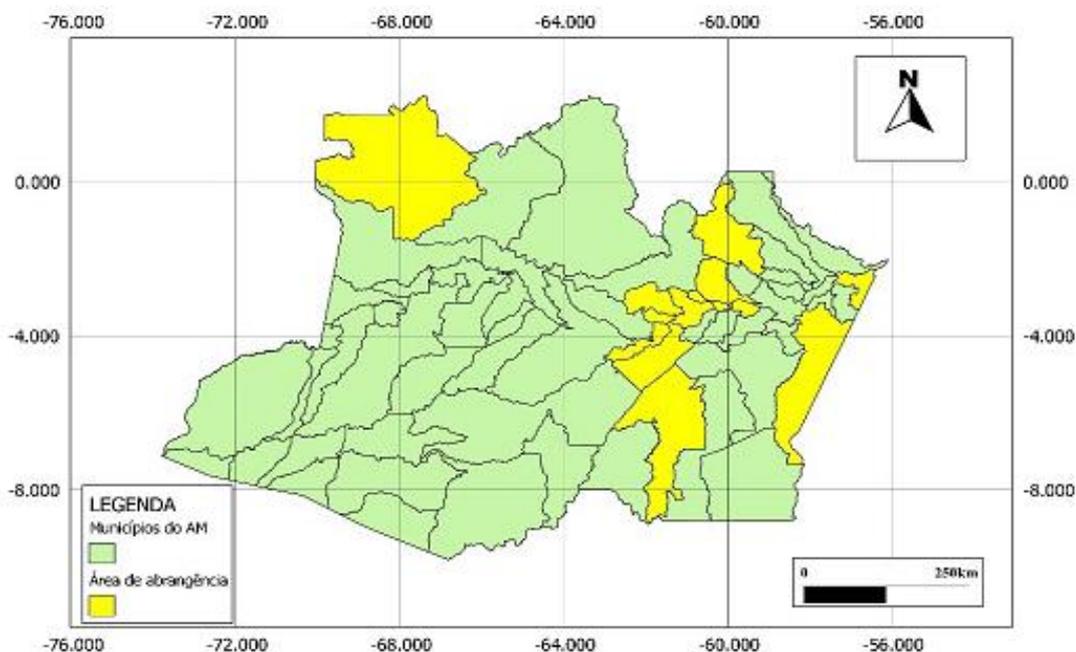
Investigou-se também a linha OSIM implementada no município de Manacapuru. Como fonte documental usou-se os Relatórios OSIM no prelo referente aos anos de 2013 e 2014 que trata da implementação do mesmo. Além disso, realizamos o acompanhamento de campo das atividades executadas pelos bolsistas no Município.

Percebeu-se que a linha transversal OSIM tem uma função diferenciada no Pró-Rural, suas ações devem colaborar com as demais linhas do projeto, além de viabilizar uma formação dialógica aos produtores rurais, contribuindo com o fortalecimento e organização de associações e cooperativas, entre outros grupos de gênero organizados, conforme citação abaixo:

Para a realização e execução das atividades foram definidas ações que buscavam o fortalecimento e organização dos agricultores rurais, visando possibilitar a formação de multiplicadores e troca de conhecimento e saberes. Desta forma o projeto vem buscando trabalhar com a participação comunitária nas discussões, visando uma construção dialógica com debate de ideias entre os participantes, por meio da ecologia de saberes. Além disso, a troca de conhecimentos em um espaço de interação social comunicativa tem por objetivo aumentar a participação por parte dos produtores rurais do estado a partir de reuniões estabelecidas periodicamente, para a identificação dos problemas relacionados à cadeia produtiva dos grupos estudados (Relatório OSIM, 2014, p.38).

Desse modo, o documento ensarta que as atividades executadas nos períodos de 2013, 2014, e abrangeu 14 municípios do estado do Amazonas: Autazes, Caapiranga, Manacapuru, Careiro da Várzea, Manaus, Presidente Figueiredo, Beruri, Anori, Anamã, Iranduba, São Gabriel da Cachoeira, Manicoré, Maués e Parintins. Segundo o relatório esses municípios foram escolhidos como polos para o desenvolvimento e desdobramentos das atividades planejadas.

Figura 16. Áreas de abrangência da linha OSIM.



Fonte: Relatório OSIM, 2014.

A linha OSIM tem como objetivo geral incentivar o desenvolvimento econômico no interior dos municípios do Amazonas, por meio do fortalecimento da organização social e de mercados potenciais, visando à melhoria da qualidade de vida da população do setor rural.

O planejamento do projeto abrangeu as comunidades dos municípios envolvidos e partiu do diagnóstico prévio, que foi executado pelos bolsistas residentes do Programa Pró-Rural. A partir desse diagnóstico, foram traçadas as atividades específicas e necessárias para atingir as metas propostas (Relatório OSIM, 2014, p.22).

Nesse sentido, os bolsistas OSIM, também participaram de formações e capacitações temáticas e no seu primeiro ano de trabalho contou especialistas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que atuaram nas linhas temáticas voltadas ao planejamento e execução do projeto. Foram feitos georreferenciamento, pesquisa-ação e visitas técnicas com levantamento de dados (figura 17).

Figura 17. Capacitação e formação dos bolsistas da linha OSIM.



Fonte: A) Capacitação de bolsistas selecionado pelo Pró-Rural; B) Diagnóstico de produtores de hortaliças na localidade de Costa da Terra Nova, Careiro da Várzea, Amazonas.

Fonte: Relatório parcial OSIM, 2014.

Todos esses instrumentos, foram voltados para estratégia multimétodos, que serviram de subsídio para o desenvolvimento das atividades na linha, principalmente em seu horizonte metodológico conforme citação:

O horizonte metodológico das atividades realizadas nas feiras teve eixo principal a aplicação de formulários que subsidiaram a elaboração deste relatório, além de outras metodologias e procedimentos metodológicos objetivando aprimorar o trabalho dos técnicos OSIM e alcançar um dos objetivos principais deste projeto, que é incentivar o desenvolvimento econômico no rural e urbano dos municípios do Amazonas, por meio do fortalecimento da organização social e de mercados potenciais, visando à melhoria da qualidade de vida da população do setor rural (WITKOSKI, apud Relatório OSIM 2014, p. 39).

A partir do processo metodológico foi constituído o alicerce para o desenvolvimento da Feira AGROUFAM (figura 18), uma forma de intercâmbio de produtos, conhecimentos e saberes que surgiu nesse primeiro momento de diagnóstico dos bolsistas com os produtores rurais dos municípios abrangidos.

Figura 18. Fira AGROUFAM, 6ª Edição realizada pelos produtores rurais e a linha OSIM.



Fonte: Banco de dados NUSEC, 2014.

Para fortalecimento das organizações sociais em Manacapuru, os bolsistas da OSIM aplicaram diagnóstico prévio na Feira do Produtor municipal, sendo essa feira realizada duas vezes por semana (segunda e terça feira) no referido município

Segundo o Relatório OSIM no prelo (2014) a linha abrangeu as comunidades dos municípios envolvido realizando diagnóstico socioeconômico. A partir desse diagnóstico, foram traçadas as atividades específicas e necessárias para atingir as metas propostas. Em Manacapuru, no primeiro ano da linha foram trabalhadas duas organizações específicas a Associação de Moradores Nossa Senhora das Graças e a Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru (COMAPEM).

As principais ações nas organizações supracitadas foi oficinas sobre corte e costura em bolsas básicas, com a finalidade de contribuir na inclusão socioeconômica das qualificação profissional do gênero feminino, a cidadania e a melhoria da qualidade de vida por meio da geração de renda (figura 19).

Figura 19. Atividades do OSIM realizadas na comunidade de Nossa Senhora das Graças em Manacapuru, AM.



Nota: A) Centro Social reformado após enchente ano de 2014; B) Escola municipal da comunidade Nossa Senhora das Graça; C) Oficina de corte costura para mulheres; D) Produtos de Confeccionados utilizando tecido de malva.

Fonte: Pesquisa documental, Relatório OSIM 2014.

As técnicas utilizadas pela linha foram observação em campo, entrevista por meio de formulário, registro fotográfico. Coordenadas geográficas por meio de GPS (Global Positioning System), posteriormente sistematizado no programa QGIZ. Os produtos apresentados por esta linha finalística vão desde confecção de cartilhas, folders, apostilas entre outros utilizadas na formação dos bolsistas e dos produtores rurais.

Das principais dificuldades percebidas na implementação da linha segundo o Relatório OSIM no prelo (2014, p.155), retratam sobre:

Integrar uma rede junto as demais linhas finalísticas do Pró-Rural, parcerias institucionais nos locais de desenvolvimento do projeto, formação de multiplicadores das práticas agroecológicas e associativismo, aguardo da segunda parcela do projeto para concretização da meta entre outros. (Relatório parcial OSIM, 2014).

Percebeu-se que o processo de implementação da linha finalística OSIM, ocorreu de modo diferenciado, pois como é uma linha transversal, além de suas formações e capacitações junto as organizações sociais como associações ou cooperativas. A linha tem como função também dar suporte para outras as linhas do projeto Pró-Rural.

Todavia, houve dificuldades de comunicação entre as instituições como SEPROR, IDAM e coordenações das outras linhas do Pró-Rural durante o seu primeiro ano. Neste sentido, a coordenação da linha finalística OSIM, sugeriu para os anos seguintes, encontros como Workshop para socialização dos resultados, bem como planejamento das atividades em conjunto.

5.2. Extensão ou comunicação no PRÓ-RURAL?

Para entender a política em pauta, tornou-se necessário explicitar de antemão o que entende-se por Comunicação e Extensão, pois são duas palavras utilizadas intensamente por pesquisadores na área ambiental, principalmente, por aqueles que são “extensionistas” ou profissionais voltados para extensão, como é o caso dos bolsistas agentes atuantes no Pró-Rural.

Isto posto, resgata-se a priori uma crítica ao equívoco “gnosiológico” partindo da análise semântica do termo extensão, que é explicitada diametralmente nos escritos onde esse Freire (1983) faz uma análise crítica da palavra extensão, sendo para ele, uma palavra com um sentido contextual.

O escritório tem três metros de extensão” “a cor tem como essência a extensão do corpo” “A extensão do termo extensão”. A palavra estrutura que por sua etimologia ligou-se inicialmente ao arquitetônico, sofreu uma extensão comunicativa, e passou a ser utilizada na economia, linguística, psicologia sociologia (...) “Pedro é agrônomo e trabalha em extensão (...) indica a ação de estender algo. Nesta acepção àquele quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) a ou até alguém (objeto indireto da ação verbal) aquele que recebe o conteúdo da ação verbal” (FREIRE, 1983, p.11).

Desse modo, as possíveis compressões linguísticas sobre *extensão* são:

BOX 1	
Extensão	Transmissão
Extensão	Sujeito ativo (o que estende)
Extensão	Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
Extensão	Recipiente (do conteúdo)
Extensão	Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra- muros)
Extensão	Messianismo (por parte de quem estende)
Extensão	Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
Extensão	Inferioridade (dos que recebem)
Extensão	Mecanicismo (na ação de quem estende)
Extensão	Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem).
Fonte: Livro extensão ou comunicação. Pesquisa bibliográfica, 2014. Paulo Freire, 1983	

Com o quadro acima, percebe-se que o processo de extensão geralmente é usado como algo que apenas mostra a presença dos conteúdos estendidos, não serve para aqueles que o captam, pois eles apenas os veem, não praticam, portanto não podem utilizar, e por muitas vezes o próprio conteúdo apresentado não condiz com a vivência dos atores sociais que os “extensionistas” assistem.

A ação de estender, na extensão se levarmos a concepção etmológica da palavra, é uma ação que não envolve o diálogo como forma de repassar o conhecimento, o profissional “extensionista” simplesmente impõe o que deve ser feito, não havendo comunicação expressiva, como a troca de saberes.

Nesse sentido, pode ocorrer uma invasão cultural, pois a técnica não atinge seu fim educacional, a apreensão do praticado se torna difícil, sendo então o produtor rural obrigado a aceitar como um “objeto”, a invasão do seu espaço e modo de vida. A utilização de uma

propaganda, que dependendo de como ocorra em uma comunidade pode ser determinada e determinante invasiva além disso, ser usada como arma para impor o fazer dos invadidos a aceitarem sua forma de pensar.

Manipulação e conquista são expressões da invasão cultural e não caminhos de libertação, pois segundo a perspectiva Freiriana, são caminhos de domesticação. Desse modo, a extensão não deve ser uma invasão cultural no meio agrário, mas sim uma educação e aprendizagem por parte do educador/educando.

O pesquisador, Agrônomo, Biólogo, Assistente Social, Cientista Social, Professor, qualquer um profissional que trabalhe com extensão deve trocar conhecimento e saberes com o homem do campo e não se colocar na posição daquele que exclusivamente detém o conhecimento e saber. Por isso, a extensão como diálogo é o oposto da invasão cultural, no sentido, que as culturas em si é algo mutável, estabelecidas nas transformações constantes das sociedades. Portanto, a extensão não pode ser estabelecida sem a real comunicação.

Logo, a ideia de comunicação vem como uma aliada, conforme Bordenave (1985), os agricultores se comunicam a partir de códigos e signos próprios como cultura, linguagem própria, entre outros códigos, para Benjamin (1983) a comunicação é classificada como algo que um indivíduo concebe, codifica e emite. Portanto a comunicação é por natureza, um fenômeno dinâmico.

Nessa ordem, verifica-se a necessidade do saber, essencial, para que exista o diálogo, pois os princípios não podem ser contestados e por meio deles podemos explicar e perceber o mundo. Baseada na comunicação dialógica as novas funções da comunicação são para facilitar o diagnóstico da realidade, promover a participação da comunidade na reflexão e na ação sobre os seus problemas, facilitando o diálogo entre comunitários junto aos órgãos de assistência técnica. Além de manter os habitantes rurais e urbanos informados sobre o setor rural e finalmente contribuir com êxito na formação e educação de crianças e adultos nas comunidades atendidas. (BORDENAVE, 1985).

As relações que compõe o conhecimento são a “gnosiológica” (validade e limites do conhecimento), a lógica, a história e a dialógica. Não existe pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado, sendo então a relação dialógica indispensável para a construção do conhecimento das políticas rurais, sem que haja uma invasão ou uma manipulação. Por isto, deve-se entender e envolver a realidade do produtor rural com os

signos linguísticos para que exista uma verdadeira comunicação ao invés de uma extensão no sentido limitado da palavra.

No plano educacional há de se perguntar se a pedagogia que baliza as ações da extensão rural da política ambiental do Amazonas Rural e do seu projeto Pró-Rural que trabalha fundamentalmente com a transferência de tecnologias não seria uma extensão de cunho “tradicional”? Sendo esta uma extensão “tradicional”, haveria uma real comunicação entre os atores envolvidos?

A partir desse debate foram entrevistados dezoito atores sociais que participam do projeto Pró-Rural, mais especificamente nas linhas finalísticas propostas pelo estudo.

Está organizada o número de informantes, dividida em bolsistas, produtores que recebem assistência técnica e extensão rural, bem com os representantes técnicos servidores da SEPROR por meio dos IDAM, instituto responsável diretamente pela execução da assistência técnica e extensão rural no Amazonas. Vale ressaltar que cada linha é atrelada a uma instituição diferente Malva e OSIM foram coordenadas por professores da UFAM; Culturas Alimentares por professores da EMBRAPA e Aquicultura professores do IFAM.

Isto posto, o IDAM foi a instituição onde os bolsistas FAPEAM ficavam alocados quando forneciam serviços de ATER municipais do PRÓ-RURAL.

A partir do levantamento de informações por meio de formulário foi possível obter dados que caracterizem os informantes, bem como obter outras informações como faixa etária, dados econômicos entre outros descritos na (tabela 3).

Tabela 3. Representação quantitativa do perfil dos grupo A, B, C.

REPRESENTAÇÃO DO PERFIL DOS GRUPOS				
Características	A) Funcionário IDAM	B) Bolsistas	C) Produtores Rurais	Quantitativo
Local de Origem				
Nascidos em Manacapuru-AM	-	01	08	
Nascidos em outro município do Amazonas	01	04	02	
Nascidos em outro estado	02			
Total	03	05	10	18
Faixa etária				
Entre 18 a 25 anos	-	-	-	

REPRESENTAÇÃO DO PERFIL DOS GRUPOS

Características	A) Funcionário IDAM	B) Bolsistas	C) Produtores Rurais	Quantitativo
Local de Origem				
Entre 26 a 35 anos	-	05	06	
Entre 36 a 45 anos	01	-	02	
Entre 46 a 55 anos	01	-	-	
Entre 56 a 65 anos	01	-	02	
Total	03	05	10	18
Sexo				
Masculino	03	02	07	
Feminino	-	03	03	
Total	03	05	10	18
Estado civil				
Casados/União Estável	01	02	08	
Solteiros	01	02	01	
Divorciado	01	01	-	
Viúvo	-	-	01	
Total	03	05	10	18
Escolaridade/nível de instrução				
Ensino fundamental incompleto/completo			06	
Ensino médio incompleto/completo	01		04	
Ensino médio técnico/tecnólogo	01	03	-	
Ensino Superior incompleto/completo	01	01	-	
Pós-graduação incompleta/completa	-	01	-	
Total	03	05	10	18
Renda				
De meio a um salário mínimo	-	-	04	
De um a dois salários mínimos	-	02	06	

REPRESENTAÇÃO DO PERFIL DOS GRUPOS				
Características	A) Funcionário IDAM	B) Bolsistas	C) Produtores Rurais	Quantitativo
Local de Origem				
De dois a três salários mínimos	01	03	-	
De três a mais salários mínimos	02	-	-	
Total	03	05	10	18

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

A partir da tabela acima se observa sobre local de origem dos atores sociais da pesquisa, que os grupos A, B, C apresentam-se majoritariamente nascidos no Amazonas, esse dado é fundamental, pois têm relação direta a experiências sobre o relato dos *modos vivendi* local e regional, além da interação sistêmica no processo produtivo de bens e materiais, além dos simbólicos na percepção urbana ou rural conforme as peculiaridades locais e regionais.

Segundo Turene (2006), os indivíduos percebem, reagem e respondem de maneira diferente frente às ações sobre o meio. Logo, as respostas ou manifestações resultam das percepções, dos processos cognitivos, julgamento e expectativas de cada indivíduo, no contexto de suas relações com o ambiente e sociedade.

Nesse sentido, a percepção é uma compreensão holística da relação do ser humano com o ambiente, onde o ambiente que envolve o humano seja físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário influencia a conduta. Desse modo, inclusive na construção de uma política pública ou no desvelar de um estudo como é o presente caso.

Isto posto, observa-se que houve uma representação de ambos os sexos, além da presença de faixas etárias diferenciadas, para subsidiar o atinente estudo. Seguindo esse contexto, segundo Eagly (1995), a experiência de ambos os sexos, proporciona, a percepção de diferentes comportamentos sociais e representações. Além disso, tem-se a variedade da faixa etária dentro dos três grupos de análise, possibilitando uma mostra mais próxima da realidade nas interlocuções obtidas na percepção dos atores sociais.

Evidenciou-se também na tabela a escolaridade, estado civil e renda em que há nos três grupos a possibilidade das interações a partir das distintas percepções em relação a educação formal, classe econômica, estado civil que não é não será a base para o estudo, mas

sim para conhecer e reconhecer a diversidades de opiniões, características dos três grupos trabalhados, explicitando o perfil e as características dos grupos A, B, e C e apresentar o diálogo dos saberes advindas com os mesmos na pesquisa.

5.3. Percepção: diálogo dos saberes no PRÓ-RURAL

Para que se possa apresentar o diálogo dos saberes no Pró-Rural, é necessário mencionar o saber tradicional, que pode ser entendido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração, que somente pode ser interpretado dentro do contexto cultural em que é gerado (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

Dessa forma, compreende-se a partir dessa perspectiva não haver uma classificação dualista, uma linha divisória austera entre o “natural” e o “social”, mas sim uma continuidade entre ambos. Assim, o saber tradicional, origina-se da forma como os atores sociais interpretam o mundo social onde está inserido, o conhecimento tecido no cotidiano, de uso prático e que, no andamento do tempo, em contextos diferenciado tem sido reinventado e recriado. Ele também vai além do saber/conhecimento técnico-científico, pois o saber tradicional não é passado e nem é aprendido de maneira sistemática e formal. Ele se dá de maneira livre e espontânea, e depende de vários fatores socioculturais (BARBOSA, 2004).

Desse modo, faz-se importante a impressão dos atores sociais dos três grupos envolvidos, diretamente na constituição do Pró-Rural. Um elemento fundamental é a valorização dos saberes e conhecimentos sejam eles técnico-científicos ou tradicionais. E, dialogando com esses três grupos observam-se: Grupo A): dos servidores do IDAM-Manacapuru, B) dos bolsistas e o C) dos produtores rurais permiti a diversidades no diálogo direto e franco sobre as perspectiva, impressões e contribuições de cada um deles no processo que lhes confere o andamento do Pró-Rural.

Ressalta-se que o roteiro de entrevista foi elaborado a partir de dois eixos centrais para os grupos entrevistados, quais sejam: 1º) questões sobre o que é o projeto Pró-Rural e as dimensões dos saberes a cerca desse, além dos aspectos negativos e positivos do mesmo e 2º) A contribuição do Pró-Rural para com o setor agrícola no Amazonas.

5.3.1. Percepção dos funcionários IDAM no PRÓ-RURAL

A racionalidade que considera o saber tradicional e o saber/conhecimento, técnico-científico dos partícipes da pesquisa foram utilizados como base para análise do projeto Pró-Rural. Assim sendo, os funcionários do IDAM foi o primeiro grupo selecionado. Questionou-se a esse grupo sobre o processo de apresentação do projeto e a entrada dos bolsista na instituição. No caso, *houve alguma comunicação interna ou externa para explicar o que seria a Residência Agrária/Pró-Rural?* Foi, respondido o seguinte:

Chegou um documento que, o secretário(...) tinha criado o projeto e nós fomos até participar de reunião em Manaus quando foi o lançamento. Eles vieram para somar com o IDAM, para melhorar o desenvolvimento de assistência técnica e extensão rural do interior do estado foi o que disseram. Só que não era nada disso, nós batemos palma, mas não era nada disso (...) Eles tem, metas próprias, e não sei quais, eles mandam neles mesmos. (Sr. Inácio, 49 anos de idade).

Na realidade quando eles chegaram aqui foi feito uma reunião com o chefe, ele apresentou o pessoal que chegou não é, e disseram que viriam pra colaborar e na realidade não era o que nós pensávamos e não é, achamos que eles vinham para cá dando suporte no trabalho de assistência técnica, mas foi diferente, depois eles falaram que os trabalhos deles era fazer esses cadastros (...) então eles só estava para fazer um crédito diferente. (Sr. Ivan, 62 anos de Idade).

No que concerne atenção para o projeto Pró-Rural na articulação dos diálogos acima explicitado, observa-se a necessidade de melhoria nas relações comunicativas e de integração entre as instâncias governamentais e coordenadores dos projetos, sobre a chegada dos bolsistas aos Institutos (IDAM) nos municípios abrangidos pelas linhas finalística, sugere-se sobretudo, a comunicação pontual entre as instâncias do sistema SEPROR a qual o IDAM faz parte.

É presente nos discursos ainda, o entendimento na apresentação do projeto, que *a priori* consideravam os bolsistas como uma força de trabalho subordinada diretamente ao IDAM, tendo em vista os mesmos direcionados para o trabalho de assistência técnica e extensão rural para exercício em Manacapuru. Porém, o processo de implementação foi distinto do esperado, coadunando com conflitos acerca dos objetivos dos Institutos e do PRÓ-RURAL o que ocasionou tensões iniciais.

Nesse sentido, a divergência perante o projeto pode ser embutido de vários outros fatores, mas a variável comunicação é a mais evidenciada no contexto abordado. No entanto,

em conformidade a um projeto que assume o papel de uma Política Pública, guia o nosso “olhar” para o *locus* onde os embates de interesses, preferências e ideias se desenvolvem.

A partir desse entendimento, Souza (2006) lembra que apesar de optar por abordagens diferentes, as políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma percepção de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. Ou seja, a construção do projeto Pró-Rural, independente de ser concebido em um padrão minimalista, a variável comunicação foi reprimida entre as instâncias, inclusive ocasionando desarranjos e entendimentos divergentes na implementação do projeto. Sendo assim, quando questionados sobre os bolsistas e o processo da chegada, estes exteriorizaram que:

Alguns são esforçados e somam com a gente, ajudam até nos outros trabalhos nas tarefas nossas, mais isso também levou um tempo para acontecer. No início, era para eles estar aqui numa data e não se apresentaram, aí eles foram chegando, chegou primeiro a turma da pesca (piscicultura) depois foi chegando os outros. Mas, chegando e desequilibrando aqui a área, inchou as salas, a minha sala aí que considero minha sala tacaram mesa para tudo quanto é lado, tiram os armários que eram muito úteis e colocaram mesa. Vários, vieram aqui para se apresentar depois, até hoje nunca mais os vi, não sei se eles recebem por Manacapuru. Outros foram ficando aí, mais no início eles não ajudavam em nada. (Sr. Inácio, 49 anos de idade).

Sobre a infraestrutura:

O espaço físico aqui é insuficiente, foram enviados 9 para cá, então ficou praticamente inviável a estrutura, porque mandaram esse pessoal para cá e até hoje não tem mais mesa para suportar, atender esse pessoal entendeu, então ficou superlotado tem sala aí que tem 3 meninas sentadas numa sala só, tem um alojamento aí, mas o alojamento o chefe queria criar mais um, porque o que tem é cedido para o pessoal da ADAF. (Ícaro, 44 anos de idade).

Dentre as falas dos servidores do IDAM evidenciou-se algo muito presente no diálogo com os atores sociais, concernente à questão de infraestrutura da própria instituição no caso IDAM, apontaram, sobretudo, o escasso espaço físico para receber certo número de pessoas, nesse caso 9 (nove) bolsistas, independente da falta de recursos humanos para o trabalho com Assistência Técnica e Extensão Rural em Manacapuru.

Sobre a coordenação das linhas:

Eu vim saber depois que cada um tinha um coordenador, e são sujeito a eles, eles são ligados a eles e só dão informações para eles mesmos, tanto é, que nós não temos um controle sobre eles, até hoje. Nós não temos nada a ver com eles. Nós já

temos nosso trabalho, eles falam que estão à disposição, que eles tem metas própria, tem que alcançar metas. (Sr. Inácio, 49 anos de idade).

O Sr. Inácio ressaltou ainda que o contato com os coordenadores é realizado, porém não compreendem porque os residentes têm metas diferentes das deles, já que vieram para colaborar com o trabalho de extensão rural no município. Quando reportou-se a visão sobre o Pró-Rural e as contribuições de Assistência Técnica e extensão rural no setor agrícola, todos os atores sociais envolvidos e representantes do IDAM exteriorizaram pensamentos parecidos como o da fala abaixo:

Esse projeto é com certeza, cunho político, foi criado para isso. Tanto é que nas últimas reuniões eles tinham empáfia de falar para nós mesmo que são 180 cabos eleitorais do Secretário. Uma vez eu até falei para um deles que vocês não entraram nisso, nesse programa para isso não, tem que se valorizar mais irmão (...) tu tem que deixar teu nome na assistência técnica, na parceria, para alguém te dizer pelos menos assim, fulano é esforçado, fulano ali tem capacidade. Por exemplo, o pessoal do Pró-Rural se eles vão para um lugar que eu nem sei, aí voltam com as coisas prontas para um de nós assinar, não é correto, inclusive para eles não é, profissionalmente é tipo estagiário, eu vejo tipo um estagiário (...) Nada, continua na mesma, na verdade Assistência técnica, eles não podem oferecer de fato, porque projetos eles não podem assinar e assim, acho que continua na mesma o setor agrícola. (Sr. Inácio, 49 anos de idade).

Para tanto, a leitura feita a partir dos diálogos dos atores sociais envolvidos nas entrevistas do grupo A, não demonstrou aspectos positivos no direcionamento político do projeto. Supõem-se, que isto é devido principalmente, a ausência na constituição e desenvolvimento do mesmo. Logo, há uma variedade de intenções e disputas que influenciam significativamente o processo político do projeto e a sua efetivação dos quais precisam ser identificados e considerados no mundo dos contextos.

Conforme afirma Mainardes (2006), a produção de políticas públicas sofre inferência de contextos, entre eles o autor explicita por primeiro o contexto da influência que é o momento onde as políticas públicas são gestadas e os discursos políticos são construídos, é nesse momento que grupos de interesses diversos procuram influenciar na definição das propostas políticas. O segundo contexto é o da produção, que se refere quando os textos políticos, legais e oficiais são elaborados, levando-se em consideração as discussões, disputas e acordos ocorridos entre os grupos envolvidos. E o terceiro é o contexto da prática, momento em que a proposta da política está sujeita a interpretação dos diferentes atores envolvidos no processo, podendo sofrer modificações e ser recriada, tendo em vista a sua aplicabilidade.

Desse modo, o panorama apresentado a partir de contextos influenciadores em uma política ou nesse caso de um projeto “piloto” de uma determinada política, claramente não representou o grupo A, dentro dos três contextos evidenciados e supõe-se que devido a isso houve tal rejeição perante os discursos.

5.3.2. Percepção dos bolsistas no PRÓ-RURAL

O segundo grupo em questão é representado pelos bolsistas nas linhas de Malva e Juta, Aquicultura, Cultura Alimentares e Organização Social. Sendo estes responsáveis pelas suas linhas no município de Manacapuru. Logo, não se separou a representação dos diálogos por linhas específicas, pois a contribuição tem um direcionamento reflexivo do grupo, independente da linha que exerce seu trabalho. Quanto aos bolsistas, no que concerne aos eixos em questões, quando questionados sobre: o que seria o Pró-Rural? Afirmaram:

Foi um projeto, eles falam que é um projeto piloto, que eles queriam, eu achei que era política, mas depois eu fui entendendo que não era assim o projeto, vi que eles queriam alcançar uma quantidade maior de produtores na assistência técnica e extensão, porque o IDAM não tem funcionário suficiente para atender todos os produtores, e o Pró-Rural veio nessa função; um técnico para trabalhar duas ou três culturas no máximo e para atender aqueles produtores. (Sr. Ricardo, 31 anos de idade).

A priori todos entrevistados desse grupo ressaltaram que o Pró-Rural busca oferecer assistência técnica e extensão rural para os produtores rurais de Manacapuru. Desse modo, no diálogo foi presente inclusive os pontos positivos e negativos do projeto em pauta, conforme se vê nas falas abaixo:

Os pontos positivos foi que chegou muitas pessoas assim, e eu vejo que quando vocês chegam na casa dos outros nem todos te recebem de braços abertos, porque você está ali com uma nova mentalidade, mas isso é bom, muitas pessoas não entende o projeto, não teve uma comunicação entre a SEPROR e o IDAM; e acho que foi isso que atrapalhou o começo do projeto. Mas, com um tempo isso foi se ajustando e aqui em Manacapuru se não fosse o IDAM nada tinha acontecido (...) a principal diferença é que trabalhamos por linhas de atuação, e não tenho que atender a tudo que é produção sem conhecer a realidade. (...) Os pontos negativos é isso a falta de comunicação interna entre a SEPROR e o IDAM, porque vou dizer que nós fomos jogados aqui no IDAM sem estrutura de trabalho, sem logística. Por exemplo aqui, tem uma equipe de 22 técnicos e se um deles marca um plano temos somente dois carros, e uma lancha. Tem motorista, mais muitas vezes o motorista está fazendo uma atividade ou outra; então você mesmo tem que dirigir e muitos aqui do pró-Rural não tem habilitação, aí ficam dependendo do colega para levar. (Sra. Rita, 28 anos de idade).

Conforme visto, nos depoimentos os pontos positivos e negativos especialmente do elemento positivo, direciona-se a execução do projeto quanto o atendimento por área e linha específica, sobre os elementos negativos mais apontados durante o campo e explicitados também acima têm-se: 1) a falta de comunicação entre as instâncias mediadoras do Pró-Rural; 2) a infraestrutura do projeto; 3) As más condições de trabalho; 4) A falta do vínculo empregatício/trabalhista. Sobre esse ponto relatam:

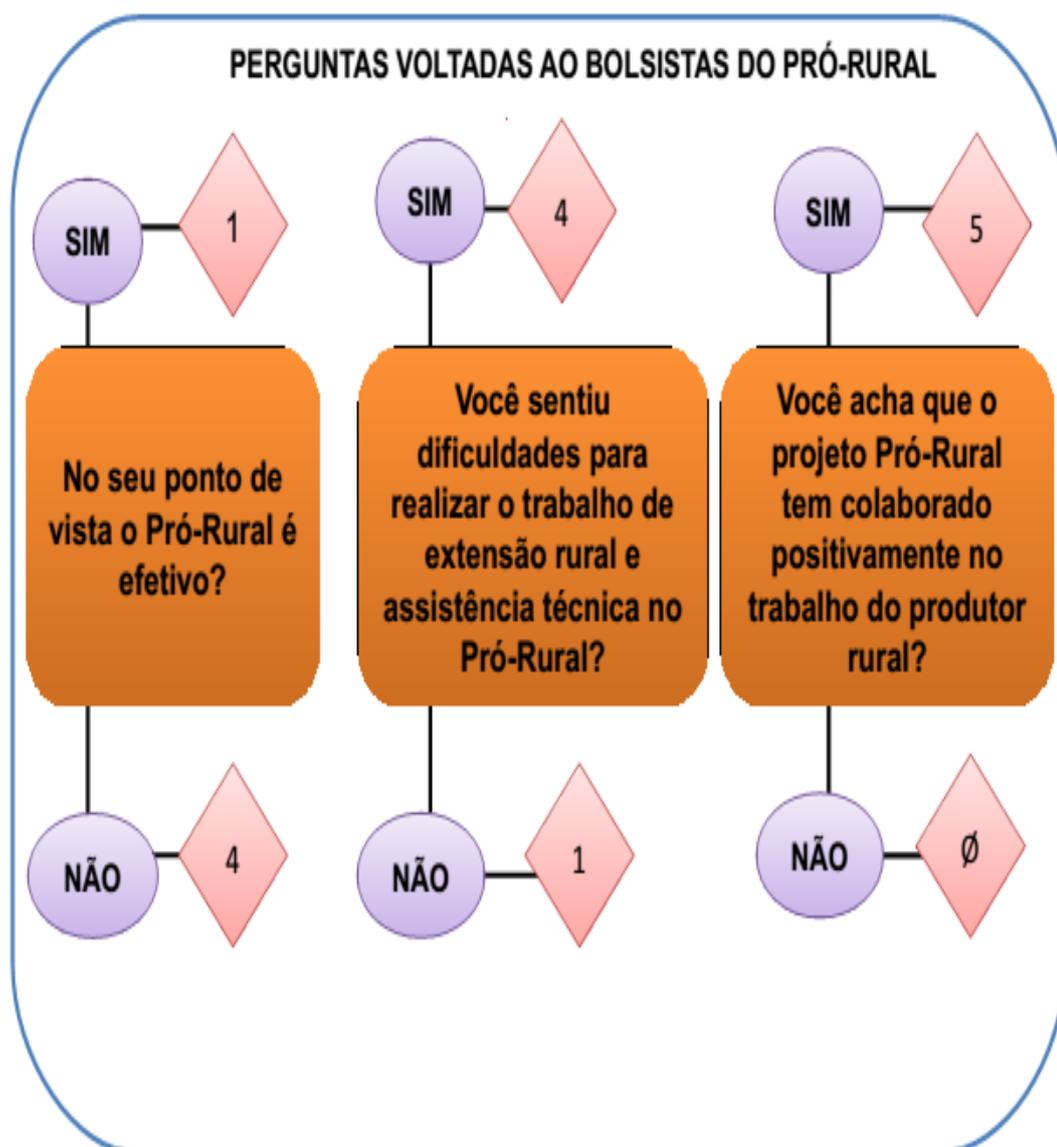
(...) bolsista não tem direito a nada, não tem férias e nada, não tem décimo terceiro; nós recebemos uma diária, que não é ruim mas, para a assistência e o trabalho que executamos acho que deveria sim ter uma melhora. (Sr. Ricardo, 31 anos de idade).

(...) gostaria de um vínculo empregatício mesmo, porque aqui o bolsista pelo menos no nosso projeto só tem direito a seguro de vida, não tem mais nada, então nós estamos no campo direto correndo risco de vida. (Sr. Rogério, 27 anos de idade).

O ideal seria um vínculo trabalhista seria perfeito, porque no Pró-Rural nós não temos direito a, por exemplo, não temos férias, não temos salário férias, plano de saúde tudo que um trabalhador tem, e o fato de você ser bolsista isso também está amparado em lei. (Sra. Regina, 34 anos de idade).

Nesse ensejo, o meio de existência refere-se a uma atividade quanto bolsista tem-se um fator limitante, pois sem o vínculo e condições de trabalho necessários, a atividade passa a não garantir de direitos trabalhistas aos atores sociais executores do projeto. Desse modo, com objetivo de visualizar de maneira mais acessível as perguntas inseridas nos dois eixos foi feito o fluxograma (Figura 17).

Figura 20. Fluxograma de perguntas fechadas voltadas aos bolsistas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quando questionados sobre a efetividade do Pró-Rural, quatro dos informantes afirmaram que o projeto em pauta não é efetivo alegando principalmente: 1) a falta de informações da área onde atuam; 2) a questão da comunicação entre as instâncias executoras do projeto; e 3) o pouco tempo de execução do projeto que são três anos, destinados a todos municípios do Amazonas. Diante das perspectivas trazidas, implicam a efetividade do Pró-Rural.

Sobre as perguntas inseridas no segundo eixo de entrevista, do que concerne a colaboração positiva no trabalho do produtor rural. Em unanimidade responderam sim, pois a extensão rural e a assistência técnica oferecida é essencial, apesar de vários entraves ocorridos na execução do projeto, mesmo assim repercutiu positivamente no setor agrícola em Manacapuru. Sobre o tema relataram o seguinte:

Eu estou fazendo um trabalho que o IDAM nunca fizeram, a parte real de quantos produtores tem em cada localidade, famílias, e quais são os documentos que são necessários para o produtor e ele não tem, quantas pessoas não tem, quais as dificuldades que eles tem. (Sra. Rebeca, 25 anos de idade).

Eu acho que é um programa importante, porque ele trabalha por linha; não é como no IDAM que um técnico agropecuário ele tem que atender a parte de zootecnia, a parte de agricultura, tem que cuida dos animais e de plantas aí ele fica impossibilitado de várias coisas, mas já o residência agrária ele trabalha por área não é; porque assim ele vai na propriedade, pelo menos a minha linha, faz um diagnóstico pergunta os pontos positivos da propriedade, o que a propriedade tem mais aptidão de produzir e assim contribuir no trabalho do agricultor. (Sra. Regina, 34 anos de idade).

Para finalizar, foram direcionadas perguntas sobre quais as possíveis melhoras que os próprios residentes agrários trariam no projeto em pauta e obteve-se respostas a seguir:

Eu mudaria a parte de logística do projeto, com certeza, e a comunicação entre o IDAM. (Sr. Ricardo, 31 anos de idade).

Para mim, o residência agrária deveria ser um projeto como todas as estruturas de campo, que fosse um projeto bem planejado, no caso que não é, e tendo estrutura para os bolsistas; transporte, essas coisas (Sr. Rogério, 27 anos).

Assim sendo, conforme percebeu-se durante o campo as potencialidades do projeto e suas dificuldades foram retratadas pelos bolsistas desse projeto, lembrando que esse panorama deve apresentar o que aponta Tavares (2005, p.6), o consenso e gestão democrática de políticas públicas, envolvimento participativo dos diversos atores sociais e políticos que englobam a comunidade e a sociedade civil local. Assim sendo, torna-se necessário para o sucesso de uma política pública resultante no projeto Pró-Rural, utilizando a ideia de Tavares (2005), a imprescindível construção e participação popular no processo do mesmo, inclusive, dos seus principais executores que são os bolsistas, oferecendo aos mesmos condições de trabalho dignas, infraestrutura para as suas atividades laborais e investimento em suas potencialidades técnicas.

5.3.3. Percepção dos produtores de Manacapuru no PRÓ-RURAL

Um dos principais interessados na execução de políticas eficientes e condigna é o homem amazônida, porém deve-se levar em conta a realidade deste, conforme explicitam os autores Fraxe, Witkoski, Miguez (2009) em primeiro lugar é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram, e continuam a estabelecer relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global.

Vale ressaltar, que o homem amazônida tem muito a ensinar sobre suas relações sociais e interações com o ambiente e organização nas unidades produtivas complexas, nas quais estes exercem suas diversas atividades. Estas são reguladas e sofrem adaptações a partir das transformações ambientais ocorridas sazonalmente.

Suas manifestações culturais e sociais se estendem entre o urbano e o rural, agregando práticas e rejeitando outras. Neste sentido, não se pode afirmar que esses grupos sociais não estão inseridos em um processo progressivo de diferenciação e transformação.

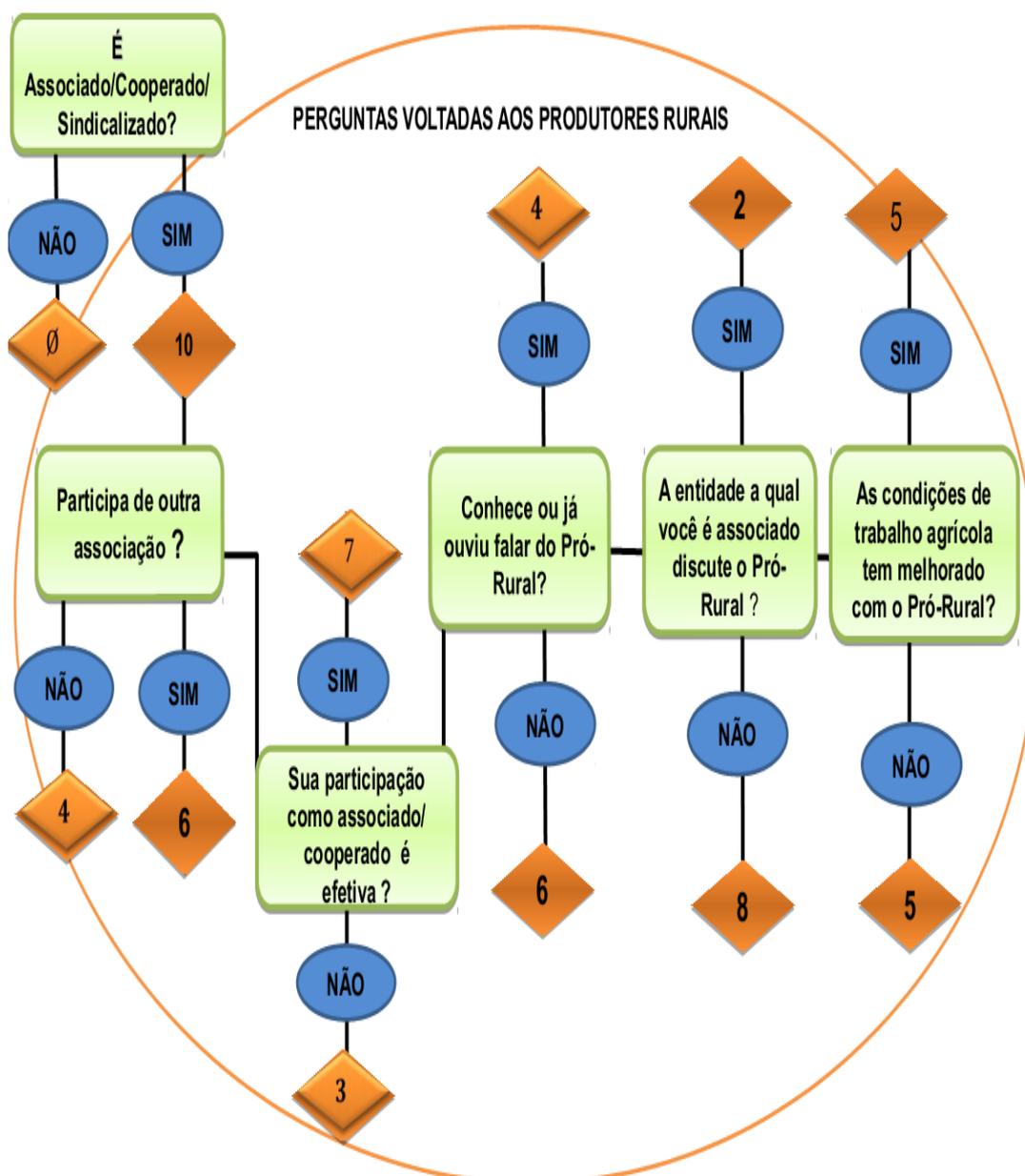
Ressalta-se que os produtores envolvidos nos diálogos presentes são “atendidos” em suas comunidades nas linhas de Malva e Juta, Aquicultura, Culturas Alimentares e Organização Social e também não discriminou-se as falas por linhas atendidas, pois o intuito condiz a perspectiva do grupo C. Logo, em conforme com os dois eixos de perguntas, questionou-se aos mesmos se conheciam o projeto Pró-Rural?

Bom, eu sempre tava alí pelo IDAM atrás de mudança, aí encontrei aquele parceirão lá, (...) vamos fazer mudança? aí ele explicou que tinha parceria com a EMBRAPA (...) entendeu? só que eu não entrei em detalhe, disse parceiro deixa pra lá, eu quero saber de plantar aqui e ter um acompanhamento, depois nos se desenvolve para a associação pra todos que queiram, eu chamei muita gente, aí me chamaram de maluco. (Sr. Plácido, 44 anos de idade).

Observa-se a dialética na fala do produtor quando o mesmo procura o órgão com intuito de obter apoio técnico e organização de associação junto da comunidade. Por fim dá ênfase em sua praxes alicerçada no saber de plantar, indissociável da sua condição existencial, visão cultural e suas crenças.

Desse modo, visualiza-se no fluxograma abaixo as questões fechadas voltadas aos agricultores/produtores sobre o Residência Agrária-Pró-Rural (figura 21).

Figura 21. Fluxograma de perguntas fechadas para os produtores rurais quanto Pró-Rural.



Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Dentre os apontamentos do grupo C, seis atores deste afirmaram não conhecer o Pró-Rural, verifica-se que o desconhecimento era proporcionado pela falta de comunicação entre os bolsistas e produtores rurais, que os reconheciam como funcionários do IDAM. Sobretudo, devido aos primeiros contatos destes serem dentro da instituição. Os seis atores sociais relataram ainda que conseguiram a assistência técnica através de sua ida e demanda no IDAM de Manacapuru. Observa-se isso presente no relato a seguir:

(...) eu queria um apoio técnico, tenho vontade de plantar coisas diferentes, entendeu, eu quero mudança (...) Não, é aquela coisa sempre dar para o mesmo local de sempre, agora ele não vai saber se um produtor lá do outro lado se tá precisando de uma DAP se está precisando de uma assistência técnica, no meu ponto de vista; eles só vai saber se você vim procurar eles fazer um ofício e solicitando um técnico para ir lá. (Sr. Pedro, 33 anos de idade)

Nós esperava uma ajuda do IDAM e uma parceria com a nossa associação e comunidade, por isso procuramos eles, e ficamos sabendo desses técnicos e do projeto, eles estão indo direto lá na comunidade. (Sra. Paulina, 35 anos).

Quanto as perguntas inseridas no segundo eixo, questionou-se aos mesmos, se havia ocorrido alguma melhoria no trabalho agrícola a partir do desenvolvimento do Pró-Rural na sua comunidade ou vida. Isto posto, entre os dez produtores, cinco consideraram haver uma melhoria e cinco responderam que não ocorreu melhoria no setor agrícola em função da assistência técnica e extensão rural oferecida. Dessa forma, destacam-se os seguintes relatos:

(...) teve uma melhora porque faz tempo que não tinha ninguém que vem na nossa propriedade, antigamente os técnicos do IDAM e EMBRAPA, fazia aquele dia de campo né, aqui com a gente, era bom ter esse contato, a gente ficava sabendo de muita coisa, ai abandonaram a gente aqui, passou foi tempo e agora parece que voltaram a lembrar da gente né? (Sr. Plínio, 62 anos de idade).

(...) Porque era uma coisa que eu já estava esperando, eu estava vendo isso aí, eu gosto muito de ver globo rural de manhã, vendo o pessoal mudando o seu modo de trabalhar, eu já esperava praticamente isso, entendeu. Eu tô esperando lógico muita coisa boa, umas coisas inéditas que eu estava querendo fazer, como o plantio do arroz que no Amazonas não tem, a farinha não tem aqui e tudo a gente pode produzir (Sr. Pedro, 33 anos de idade).

Acho que não mudou nada ainda, tá no comecinho né, chegou um dia desse, mas acho que ele vai ensinar muita coisa pra gente. (Sr. Paulo, 50 anos de idade).

Ficou evidenciado durante a pesquisa de campo, e no diálogo com esses atores, e cinco dos entrevistados “assistidos” pelo Pró-Rural consideraram uma melhora no setor agrícola, usam no pano de fundo, principalmente o fato da retomada de contato com os técnicos de assistência técnica e extensão rural, nesse caso, representados pelos bolsistas.

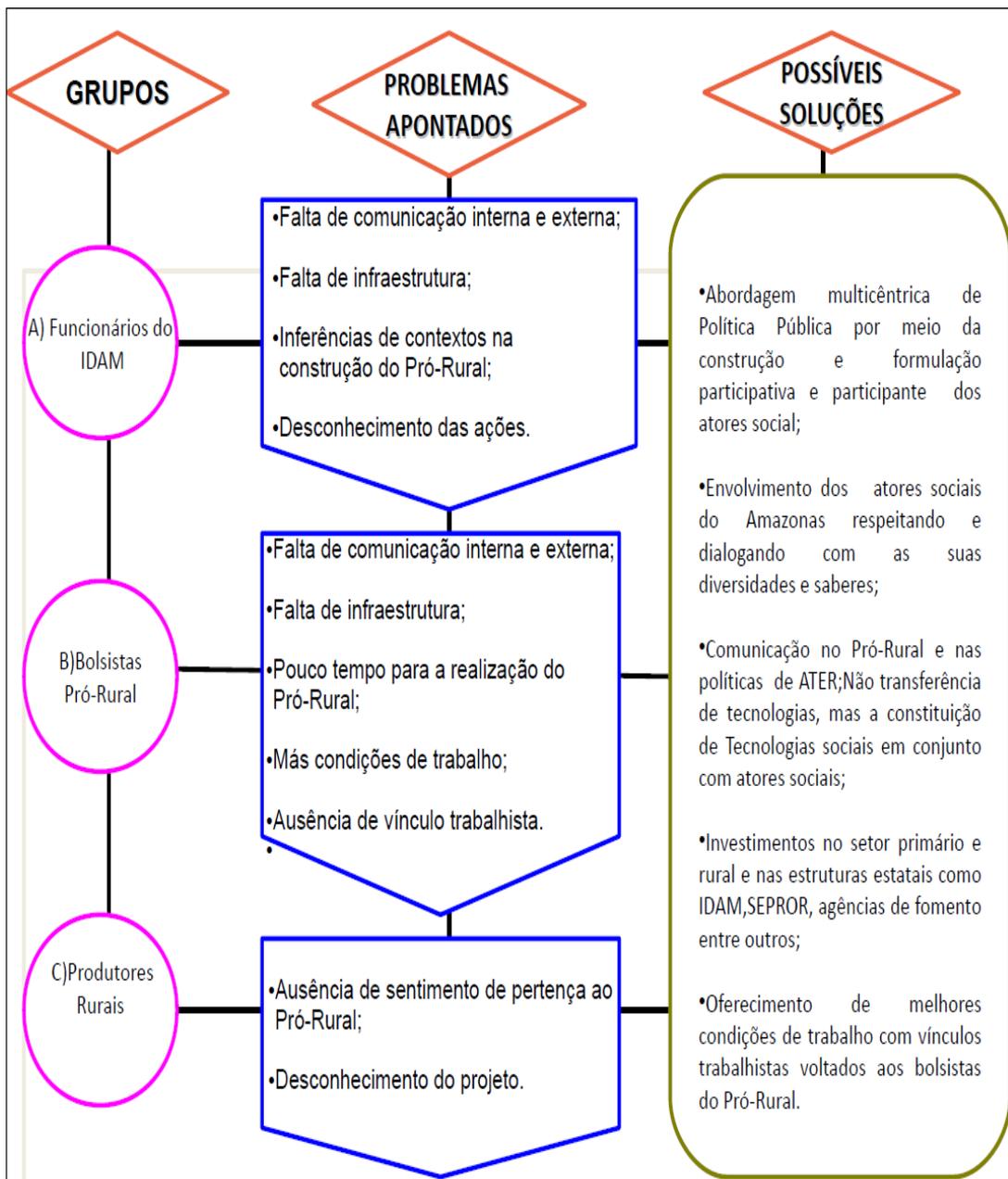
O grupo que respondeu que não houve melhoria no setor agrícola. Supõe que tal representatividade ainda está condicionada ao início do projeto e a própria efetividade do mesmo e o desconhecimento que o Pró-rural é um projeto específico independente do IDAM de Manacapuru.

Nesse sentido, não se pode deixar de lado as implicações do sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com elas que agem sobre o seu meio. É também com essas representações, saberes e conhecimentos acumulados

que se desenvolvem. Logo, as percepções desse grupo são essenciais para o sucesso do projeto, pois esse é o principal interessado na melhoria no setor primário no contexto amazônico, implicando também na melhoria de vida dessas populações e suas possibilidades de produções.

A partir dos relatos foi construído um fluxograma, sobre os problemas apontados pelos três grupos e possíveis soluções (figura 22).

Figura 22. Fluxogramas de principais problemas e de possíveis soluções para constituição do Pró-Rural.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Diante ao exposto, apresenta-se um fluxograma onde se demonstra os principais problemas estruturais no projeto Pró-Rural segundo as perspectivas do A), B) e C) apresentando no mesmo as possíveis soluções para efetividade do projeto em resposta e atendimento das demandas explicitadas.

Na conjugação de uma política pública, expressada por meio de um projeto como trata-se o Pró-Rural, os grupos percebidos devem ser condutores do processo e não os que são assistidos ou os executores, ou apenas o que a ele presenciam. Para reflexão apontou-se como importante a ideia de inferências de contexto de Mainardes (2006) de gestão democrática e participativa de Tavares (2005) de um encontro e diálogo de saberes retratados na extensão e comunicação rural elucidada por Freire (1983), tudo isso se desvelando no Amazonas.

6. CONCLUSÕES

A partir do que foi exposto viu-se limitante o encontro dos saberes e comunicação no Pró-Rural e para contribuir com a abertura desse diálogo de saberes, explicita-se como fundamental no andamento do projeto a sua consolidação, primeiramente utilizando uma abordagem multicêntrica, buscando nisso uma essência condizente de política participativa e participante que se realiza preocupada em atender os anseios sociais, as demandas e diversidades dos homens e mulheres do Amazonas, fazendo neste interposto, que esses atores se enxerguem e participem no processo de sua constituição e consolidação respeitando as suas representações e simbologias.

Embora o Pró-Rural não tenha sido instituído em uma abordagem multicêntrica, essa abordagem tem implicações positivas quando é voltado ao setor rural. Setor que há tempos mostra-se em segundo plano no estado neoliberal brasileiro, advindo nos anos 90 conjuntura explicitada por privatizações de empresas públicas na sociedade brasileira e também amazonense. Conforme ocorridos com a EMBRATER, EMATER entre outros, preterindo nesse processo, os investimentos no setor rural. Além de um direcionamento que trabalhe a ATER por especificidades visto na discriminação das linhas.

O sucesso e efetividade do projeto podem ser comprometidos se considerar o cenário espaço-temporal a qual ele se desenvolve, sendo perpassado no Amazonas, imbricada de várias “Amazônias”, possuidoras de particularidades e diversidades socioambientais,

culturais, econômicas e políticas. Portanto, considera-se pouco o tempo para execução da proposta do Pró-Rural, que será replicada em apenas três anos no Estado do Amazonas.

Ressalta-se que o andamento do Pró-Rural teve no seu primeiro ano entre 2013-2014 atraso, sobretudo, devido as mudanças no cenário político do Amazonas, mostrando-se por ser um projeto atrelado a uma política pública de governo e não de Estado. Vale ressaltar que esta mudanças implicou na mudança de nomenclatura do projeto, antes chamado de Residência Agrária e passando a ser exclusivamente Pró-Rural, devido a mudança de governos no Estado.

Desse modo, durante a pesquisa observou-se que os principais fatores revelados a partir das percepções de seus atores infere-se a uma possível descontinuidade do projeto na execução de suas linhas e da política. Logo, pergunta-se como ficarão todos os investimentos, dinheiro, tempo e esforços públicos gastos? Sabe-se de antemão que o projeto é uma ação intencional, com objetivos, metas a serem alcançados e quando deparou-se com o processo de implementação no seu primeiro ano, especialmente, em Manacapuru revelou-se um cenário conflituoso, onde há atraso orçamentário, *incomunicação* das instâncias governamentais e atores envolvidos, falta de infraestrutura e precarização das condições de trabalho da mão de obra envolvida para prestar uma Assistência Técnica Extensão rural em conformidade com a PNATER (2010).

Ficou claro pelos produtores rurais, uma necessidade urgente de uma aproximação estatal que possibilite o sentimento de pertença desse grupo na constituição das políticas voltadas a eles próprios.

Nesse sentido, verifica-se por meio da análise realizada, que há diferenças metodológicas de ação entre as linhas do Pró-Rural. Onde a linha finalística de Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado mostrou-se utilizar uma estratégia multimétodos, com técnicas de aplicação de formulário, DRP, oficinas de formação. No caso da linha finalística Malva e Juta.

Outro aspecto fundamental percebido nos relatórios, entrevistas e formulários foi a falta de comunicação entre os grupos analisados com as coordenações de cada linha do Pró-Rural. Portanto, para efetividade concreta do projeto faz-se necessário:

- 1) Trabalhar de forma dialógica e interdisciplinar entre as linhas finalísticas e a linha transversal;

2) Intensificar as ações de forma interdisciplinar visando o fomento de tecnologias sociais;

3) Permitir a inserção vertical e horizontal dos atores sociais envolvidos no projeto;

4) A linha transversal efetive o encontro de saberes os produtores rurais, funcionários do IDAM e bolsistas.

Por fim, que o Pró-Rural seja uma política de Estado, ao invés de uma política de governo.

7. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. **Guia Amazonas, município de Caapiranga: ecologia exotismo e biodiversidade**. 1ª edição, Manaus, 2001. p. 175-176.
- ALMEIDA, Paulo. **Sobre políticas de governo e políticas de estado: distinções necessárias**. 2013. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias>> Acesso em: 22/01/2015.
- ARAÚJO, Karine. **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS PARA A CADEIA PRODUTIVA DE JUTA E MALVA NO ESTADO DO AMAZONAS**, INPA. Manaus, Dissertação, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BARBOSA, J. M. **Análise etnobotânica de plantas medicinais em comunidades do município de Uberlândia, MG**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Ed. 2, Valer, 2007.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social - intencionalidade e instrumentação**. Lisboa: Veras Editora, 2000.
- BEHRING, Elaine BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**, 3ed, Rio de Janeiro, Cortez, 2010.
- BENJAMIN, R. E.C. Comunicação rural. In: QUEIROS E SILVA, ROBERTO P. Temas básicos de comunicação. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. 250p.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos**, RJ: Zahar. 1982.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de um economia política periférica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1985.p.105.
- CHONCHOL, J. **Políticas de desenvolvimento rural integrado na América Latina nos últimos primeiros anos**. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA-BELO HORIZONTE 2000: perspectivas para o Brasil, Brasília. Anais Brasília: MA, SUPLAN/FAO,1984. P.137-154.
- CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado, 2001.
- _____ e SIMONETTI, S.R. **Populações ribeirinhas: saberes e habilidades**. Inter-Ação em Ação - Serviço Social e Meio Ambiente: Experiências de pesquisa e extensão universitária na Amazônia. Manaus, 2008. CD-ROM.
- _____ e SIQUEIRA, M. S. **Políticas públicas no cenário da Amazônia: estudo do Programa Bolsa Floresta em comunidade ribeirinha no Amazonas**. CHAVES, M.P.S; SANTIAGO, J.L. In: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2013.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001.

EAGLY, A.H. **The science and politics of comparing women and men.** American Psychologist, 1995.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA NA AMAZÔNIA, AM, Edital 006/2013.

FEITOZA, José Maurício Rêgo. **EXTENSÃO RURAL NO AMAZONAS: concepções pedagógicas no planejamento do IDAM-AM.** Tese da Universidade Federal de Viçosa. (2003).

FRAXE, Therezinha J. P; **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** Coleção Outros diálogos, Manaus, Editora Annablume, 2000, p.192.

_____, CASTRO; SANTIAGO; WITKOSKI. **Extensão rural e desenvolvimento sustentável no amazonas.** In. Agroecologia, Extensão Rural e Sustentabilidade na Amazônia. Fraxe, Medeiros (Org.). Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p 300.

_____, WITKOSKI, A. C., & Miguez, S. F. **O ser da Amazônia: Identidade e invisibilidade.** Ciência e Cultura, 61, (2009). 30-32p.

FREIRE, P. **Extensão na comunicação?** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo Hoje, v. 24)

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais,** 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, M. A. O. et al. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários.** In: BROSE, M. Metodologia participativa :uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 63-78, 2001.

GUTBERLET, Jutta. **Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica.** Estud. av., São Paulo, v.16, n.46, dez. 2002. Acessos em 16 jun. 2013. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142002000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08/06/2013.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In. **Revista de Administração de Empresas,** v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000. 432 p.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** DP&A, RJ, 1ed, 1997.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Loyola, 2007.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** 2.ed. Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p 23-40.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2014.

IANNI, Octávio. A questão social. In **A ideia do Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª Edição. São Paulo, Cortez, 2006.

INSTITUTO brasileiro de geografia e estatística, **Censo, 2010**. Acessado em: 05/06/2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LISITA, Frederico. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Acesso em: 15/07/2014. Disponível em: <http://ambientalbrasil.com.br>

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública: discussão de conceitos**, (2012). Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>. Acesso em: 11/08/2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, jan/abr. 2006. p. 47-69

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4aed. p.43 e 44.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. In: **Fernandes, F. (org.). Marx, K., Engels, F.: História**. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1984, Grandes cientistas sociais, nº 36.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 165p.

McMICHAEL, P. **Development and Social Change: A Global Perspective**. ed. Thousand Oaks, Califórnia: Fine Forge Press, 2000. P.70-71.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1984.

_____. **O método: a natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª edição. Barcelona: Gedisa, 1990.

NASCIMENTO, P. Elimar. **Trajétória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estud. av. vol. 26 Nº. 74 São Paulo 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005> Acesso em 01/02/2014.

_____. **Sustentabilidade: o campo de disputa do nosso futuro civilizacional**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2º sem. 1996.

NODA, S. N. et al, **Os processos de trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 2, 1995, Londrina, Anais...Londrina, 1995.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**, In: Política Social no capitalismo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

POULANTZAS, Nicos. **Estado em crise**. Trad. de Maria Laura V. De castro. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

PROJETO CULTURAS ALIMENTARES, **Linha culturas alimentares Residência Agrária Pró-Rural**. 2013. (No prelo)

QUARESMA, Valdete Boni e Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2nº 1 (3), jan./jul. 2005, p.68-80. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em 10 dez. 2012.

RELATÓRIO AQUICULTURA (no prelo). **Linha Aquicultura Residência Agrária Pró-Rural**. 2014.

RELATÓRIO OSIM (no prelo). **Linha de organização social, desenvolvimento econômico e mercado do projeto** Pró-Rural. 2014.

RELATÓRIO MALVA E JUTA (no prelo). **Linha malva e juta do projeto** Pró-Rural. 2014.

RELATÓRIO CULTURAS ALIMENTARES (no prelo). **Linha de culturas alimentares do projeto** Pró-Rural, 2014.

REZENDE; FRAXE; CAVALCANTE. **A GÊNESE DAS NOVAS RURALIDADES NO AMAZONAS (BRASIL)**: A quebra das dicotomias galimáticas entre o rural e o urbano. In: Terceiro seminário internacional ruralidades, trabalho e meio ambiente. São Carlos, 2015.

ROCHA, Manoel. **ESTADO E GOVERNO: DIFERENÇA CONCEITUAL E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA PÓS-MODERNIDADE**; In: REVISTA UNIARA, n. 21/22, 2009.

SANTOS, B. S. **Ecologia dos saberes**. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum, vol.4).

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: **Cengage Learning**, 2010. 133p.

SCHERER, Elenise. **Questão social na Amazônia**. Organizado por SCHERER. Manaus: Educa, 2009. P.291.

SCHWEICKARDT, Kátia. Políticas agrárias e políticas ambientais na Amazônia: encontro e desencontros. In: **Revista de estudos amazônicos Somanlu**. n. 1, 2003.

SILVA, Marilene Corrêa. A Amazônia Colonial. O País do Amazonas. Tese de Mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. THEODOULOU, Stella Z. The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). Public Policy: The Essential Readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. cap. 1, p. 1-9.

TAVARES, Everkley. M. F. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos**. Rio Grande do Norte, Revista Holos, 2005.

TURENE, Cláudio Almeida. **Percepção Ambiental: uma análise na bacia hidrográfica do rio Monjolino, São Carlos, SP.** Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.teses/disponiveis/18/18139/tde-07112006-0925522> > Acesso: 07 de Janeiro de 2015.

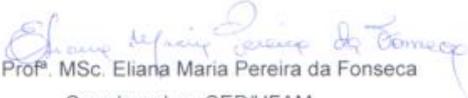
VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Perspectiva (Erexim)**, v. 34, p. 17-28, 2010.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, florestas e águas de trabalho: os camponeses Amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** 2ª. Edição. São Paulo: Annablume, 2010.

ANEXO

Anexo I – Parecer do Comitê de Ética

		
<p>PODER EXECUTIVO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM</p>		
<h3>PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</h3>		
<p>O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 35575114.7.0000.5020, intitulado: “RESIDÊNCIA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA”, tendo como Pesquisadora Responsável Priscila Thayane de Carvalho Silva.</p>		
<p>Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 22 de outubro de 2014.</p>		
<p> Profª MSc. Eliana Maria Pereira da Fonseca Coordenadora CEP/UFAM COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Profª Eliana Maria Pereira da Fonseca Coordenadora CEP/UFAM</p>		
<p>Escola de Enfermagem de Manaus – EEM/UFAM Rua Teresina, 4950 – Adrianópolis – CEP: 69057-070 – Manaus-AM – Fone: (92) 3305-5130 – E-mail: cep@ufam.edu.br</p>		

Anexo II – Roteiro de entrevista aos servidores do IDAM.

ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS FUNCIONÁRIOS IDAM

SOBRE O (A) ENTREVISTADO (A)

Identificação do (a) Entrevistado (a)

Nome: _____ Data de
nas.: ____/____/____ Idade:

Escolaridade _____ Estado Civil: _____ Gênero: () masculino ()
feminino.

Local de nasc. _____ Mora no município de Manacapuru há quanto tempo?

Você possui filhos (as) () Sim () Não Se sim, quantos? _____ Nº de pessoas
na família _____

Possui documentos de identificação? () sim () não. Se sim, quais?

() Certidão de Nascimento () Carteira de Identidade () CPF () Carteira de Trabalho ()
) Certificado de Reservista () ADAP () Carteira de Pescador (a) () Título de Eleitor
Outros: _____

Procedimentos iniciais

- Explicar o contexto da investigação: meu problema de pesquisa

- Falar sobre os procedimentos da entrevista:

1º parte – mais narrativa (trajetória)

2º parte – aprofundar sobre o projeto Residência Agrária/Pró-Rural desenvolvido em
Manacapuru.

Primeira Parte: narrativas pessoais – trajetória do entrevistado

**Eixo 1 – Contexto familiar, inserção na vida comunitária e no que circunda questões sobre o
que é o projeto Residência Agrária/Pró-Rural e as dimensões dos saberes a cerca desse, além
dos aspectos negativos e positivos do projeto.**

Como estão as atividades referente ao residência agrária no município que esta responsável?

Como foi apresentado ao projeto?

Como foi a entrada dos residentes agrários?

O que Residência Agrária/Pró Rural representa na sua concepção?

Qual a sua perspectiva sobre o Amazonas Rural e Projeto de Residência Agrária
Quais os pontos positivos e negativos do projeto?

Eixo 2- A contribuição do R.A para com o setor agrícola no Amazonas.

Qual a importância desse projeto contexto amazônico e em Manacapuru no setor agrícola?

As instâncias que trabalham discutem o andamento da referida Política? Caso sim, como?

A Organização/Entidade governamentais vai até as comunidades para dialogar sobre o Residência Agrária? Quando? Como?

Com a implementação do projeto Residência Agrária houve algum impacto na sua vida pessoal e profissional? Caso sim, qual(is)?

As condições de trabalho agrícola tem melhorado com o Residência Agrária?

Anexo II – Roteiro dos bolsistas.

ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS BOLSISTAS

SOBRE O (A) ENTREVISTADO (A)

Identificação do (a) Entrevistado (a)

Nome: _____ Data de
nas.: ____/____/____ Idade:

Escolaridade _____ Estado Civil: _____ Gênero: () masculino ()
feminino.

Local de nasc. _____ Mora no município de Manacapuru há quanto
tempo? _____

Você possui filhos (as) () Sim () Não Se sim, quantos? __Nº de pessoas na
família _____

Possui documentos de identificação? () sim () não. Se sim, quais?

() Certidão de Nascimento () Carteira de Identidade () CPF () Carteira de
Trabalho () Certificado de Reservista () ADAP () Carteira de Pescador (a) ()
Título de Eleitor Outros: _____

Procedimentos iniciais

- Explicar o contexto da investigação: meu problema de pesquisa

- Falar sobre os procedimentos da entrevista:

1º parte – mais narrativa (trajetória)

2º parte – aprofundar sobre o projeto Residência Agrária/Pró-Rural desenvolvido em
Manacapuru.

Primeira Parte: narrativas pessoais – trajetória do entrevistado

Eixo 1 – Contexto familiar, inserção na vida comunitária e no que circunda questões
sobre o que é o projeto Residência Agrária/Pró-Rural e as dimensões dos saberes a cerca
desse, além dos aspectos negativos e positivos do projeto.

Em qual linha do Pró-Rural você trabalha?

Em que área você atua como bolsita?

Como estão as atividades referente ao pró-rural no município que esta responsável?

Como foi sua formação como bolsita e técnico do projeto?

O que Pró-Rural representa na sua concepção?

Qual a sua perspectiva sobre o Amazonas Rural e Projeto de Residência Agrária/Pró-
Rural? Considerando os pontos positivos e negativos desse em Manacapuru.

Eixo 2- A contribuição do Pró-Rural para com o setor agrícola no Amazonas.

Qual a importância dessa função no contexto amazônico?

As instâncias que trabalha discute o andamento da referida Política? Caso sim, como?

A Organização/Entidade governamentais vai até as comunidades para dialogar sobre o Pró-Rural? Quando? Como?

Com a implementação do projeto houve algum impacto na sua vida? Caso sim, qual (is)?

As condições de trabalho agrícola tem melhorado com o Pró-Rural?

Anexo II – Roteiro de entrevista para produtores.

ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS LIDER DA ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA OU COMUNITÁRIO PRODUTOR RURAL

SOBRE O (A) ENTREVISTADO (A)

Identificação do (a) Entrevistado (a)

Nome: _____ Data de nas.: ____/____/____ Idade:

Escolaridade _____ Estado Civil: _____ Gênero: () masculino ()
feminino.

Local de nasc. _____ Mora no município de Manacapuru há quanto
tempo? _____

Você possui filhos (as) () Sim () Não Se sim, quantos? _____ N° de
pessoas na família _____

Possui documentos de identificação? () sim () não. Se sim, quais?

() Certidão de Nascimento () Carteira de Identidade () CPF () Carteira de
Trabalho () Certificado de Reservista () ADAP () Carteira de Pescador (a) ()
Título de Eleitor Outros: _____

Procedimentos iniciais

- Explicar o contexto da investigação: meu problema de pesquisa

- Falar sobre os procedimentos da entrevista:

1º parte – mais narrativa (trajetória)

2º parte – aprofundar sobre o projeto Residência Agrária/Pró-Rural desenvolvido em sua
comunidade.

Primeira Parte: narrativas pessoais – trajetória do entrevistado

Eixo 1 – Contexto familiar, inserção na vida comunitária e no que circunda questões
sobre o que é o projeto Residência Agrária/Pró-Rural e as dimensões dos saberes a cerca
desse, além dos aspectos negativos e positivos do projeto.

É associado ou cooperado em alguma Organização representativa? () Sim () Não

Caso sim, qual? _____ Qual a sua função nesta?

Participa de outras Organizações? Caso sim, qual (is)?

Qual o número de Associados/Cooperados da respectiva organização?

Da fundação da Organização/Entidade até os dias atuais, quais ações vem sendo desenvolvidas em relação aos direitos e deveres dos Associados?

Quantas vezes por ano a Organização realiza Assembleias/Reuniões com os seus Associados ou cooperados?

Como é a participação Associados ou Cooperados (as) nessas Assembleias/Reuniões?

Os Produtores (as) fazem algum tipo de contribuição a Organização representativa? Caso sim, como é essa contribuição?

Eixo 2- A contribuição do Pró-Rural para com o setor agrícola no Amazonas.

O Sr. (a) Conhece ou já ouviu falar sobre o programa Amazonas Rural e seu projeto Residência Agrária/Pró-Rural?

Caso sim, existe algum tipo de discussão sobre esse tema ou como pode contribuir diretamente com a Associação/Cooperativa que fazes parte?

A Entidade a qual você é associado discute a referida Política? Caso sim, como?

A Organização/Entidade governamentais vai até as comunidades para dialogar sobre o projeto? Quando? Como?

Com a implementação do projeto Pró-Rural houve algum impacto na sua vida? Caso sim, qual (is)?

As condições de trabalho agrícola tem melhorado com o Residência Agrária/Pró-Rural?

Você já ouviu falar sobre Gestão Participativa? E sobre Co-Gestão?

Alguma vez a Organização/Entidade a qual você é associado (a)/dirigente já discutiu sobre esses assuntos? Caso sim, quando e onde?



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
CONSELHO DIRETOR - RESOLUÇÃO 012/2013

EDITAL 006/2013
PROGRAMA ESTRATÉGICO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR RURAL – PRÓ-RURAL

A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS - FAPEAM, em parceria com a SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AMAZONAS – SECTI/AM, e a SECRETARIA ESTADUAL DA PRODUÇÃO RURAL DO AMAZONAS – SEPROR tornam público o lançamento desta chamada e convidam interessados a participarem do Programa Estratégico de Transferência de Tecnologias para o Setor Rural – PRO-RURAL.

1. CONCEITUAÇÃO

1.1 O Programa Estratégico de Transferência de Tecnologias para o Setor Rural – PRO-RURAL é uma ação criada pela FAPEAM em parceria com a SECTI e a SEPROR, voltada para a difusão de novas técnicas de produção sustentável resultantes de pesquisas científicas e tecnológicas e que ajudarão a alavancar a produção rural, o crescimento econômico, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios do interior do Estado do Amazonas.

1.2 O PRO-RURAL configura-se como um programa de bolsas e auxílio financeiro que contribuirá para a disseminação e incorporação de novas tecnologias de produção sustentável junto às populações rurais do Estado do Amazonas por meio da transferência de tecnologias para o setor rural.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Selecionar propostas de profissionais com nível de mestrado e/ou doutorado, vinculados a instituições de ensino, pesquisa e inovação, para apoio financeiro a projetos de transferência de tecnologias para o setor rural. Os projetos selecionados devem visar à promoção da adoção de novas técnicas de produção sustentável resultantes de pesquisas científicas e tecnológicas, adequadas à realidade regional, nos seguintes setores: Agricultura (fruticultura, culturas alimentares, malva e juta), Avicultura, Aquicultura, Pecuária, Extrativismo Madeireiro e Não Madeireiro, potencializando a qualidade de vida e a geração de renda do agricultor familiar do interior do Estado do Amazonas.

2.2 Objetivos Específicos

Serão apoiados os projetos que atendam os seguintes objetivos específicos:

- 2.2.1 Tornar disponíveis ao agricultor familiar do Estado do Amazonas as inovações tecnológicas voltadas para a produção agrícola, aquícola, pecuária e extrativa;
- 2.2.2 Melhorar os sistemas produtivos da agricultura familiar do Estado do Amazonas;
- 2.2.3 Promover o aumento da produção e melhorar a qualidade dos alimentos produzidos no Estado do Amazonas, por meio da incorporação de novas técnicas de produção sustentável resultantes de pesquisas científicas e tecnológicas;
- 2.2.4 Estimular o aumento da renda das famílias beneficiárias das ações do projeto;
- 2.2.5 Estimular a organização social rural;
- 2.2.6 Ofertar aos centros de pesquisa e produção de conhecimento espaço para disseminação das inovações tecnológicas para o setor rural;
- 2.2.7 Criar oportunidades de capacitação em transferência tecnológica para estudantes e profissionais vinculados ao setor primário;
- 2.2.8 Estimular uma cultura de transferência de conhecimentos produzidos em instituições de ensino, pesquisa e inovação, visando à sua aplicabilidade e à apropriação social.

3. DAS DEFINIÇÕES

Para efeitos de entendimento, este Edital adota as seguintes definições:

- 3.1 Por **AGRICULTURA FAMILIAR** entende-se a categoria produtiva que ocupa uma área de até 4 módulos fiscais (no interior do Amazonas, de 80 a 100 hectares), utiliza predominantemente mão de obra familiar, tem renda familiar

Travessa do Demônio - Flores
Tel.: (92) 3878.4000
gabinete@fapeam.gov.br
www.fapeam.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69038-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

composta principalmente pelas atividades econômicas vinculadas à propriedade rural. São considerados agricultores familiares: pequenos agricultores, silvicultores, aqüicultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, assentados da reforma agrária.

3.2 Por **TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS** considera-se um conjunto de ações articuladas visando a incorporação de recursos de ordem instrumental que possibilitem aumento de produção e de produtividade, considerando-se variáveis econômicas em conjunção com fatores sociais, ambientais, a situação anterior e os impactos posteriores a sua adoção. Considera-se ainda, que o processo de transferência de tecnologias deve implicar em um processo horizontalizado e interativo entre o produtor e o agente de transferência, que valorize o conhecimento local na adoção de novo aporte tecnológico. A tecnologia a ser transferida, disseminada e difundida pode ser um produto físico, material, mas também pode ser um processo inovador que não envolva necessariamente maquinário e insumos externos.

3.3 Por **CULTURAS ALIMENTARES** entende-se a produção de alimentos básicos da dieta amazônica, como arroz, feijão, farinha de mandioca e milho.

3.4 Por **DIFUSÃO** entende-se o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais durante um determinado período de tempo para os membros de um sistema social.

3.5 **INOVAÇÃO** é uma ideia ou prática percebida como nova por um indivíduo ou grupo social. A comunicação da inovação compreende o tratamento que a ideia ou prática recebe para ser transmitida ao indivíduo. Para que a mensagem contendo a nova ideia ou prática possa fluir da fonte ao destinatário, necessita ser transmitida por meio de um canal comunicação.

4. DAS LINHAS TEMÁTICAS

4.1 Será apoiado por este Edital apenas um projeto para cada uma das linhas temáticas, explicitadas a seguir:

4.1.1 Linhas Finalísticas:

- a) Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta;
- b) Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha;
- c) Transferência de Tecnologia na Pecuária Sustentável;
- d) Transferência de Tecnologia na Aquicultura;
- e) Transferência de Tecnologia no Manejo de Produtos Madeiros e Não Madeiros;
- f) Transferência de Tecnologia na Fruticultura;
- g) Transferência de Tecnologia na Avicultura;
- h) Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares;
- i) Transferência de Tecnologia em Horticultura.

4.1.2 **Linha Transversal:** Transferência de Tecnologia para Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado.

4.2 Para efeito de concorrência e seleção de propostas, as linhas temáticas são excludentes entre si, ou seja, o candidato poderá apresentar apenas uma única proposta em uma das linhas acima, seja ela finalística ou transversal.

4.3 O projeto da linha transversal deverá ser elaborado para apoiar as linhas finalísticas.

5. REQUISITOS DO PROJETO

5.1 As propostas deverão estar de acordo com as linhas temáticas e cumprir com os seguintes requisitos:

LINHA TEMÁTICA	METAS A SEREM ALCANÇADAS	REGIÃO ONDE SE DESENVOLVERÃO OS PROJETOS
Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 8 agentes de transferência tecnológica; • Transferir e difundir tecnologias para 2.500 produtores para aumento substancial da produção de juta e malva. 	Municípios: Manacapuru, Caapiranga, Beruri, Parintins, Anamá, Anori, Iranduba, Manaquiri, Itacoatiara.

Travessa do Dourado, s/n - Flores
Tel.: (92) 3878-4000
gabinete@fapeam.com.gov.br
www.fapeam.com.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69038-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pelo ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

LINHA TEMÁTICA	METAS A SEREM ALCANÇADAS	REGIÃO ONDE SE DESENVOLVERÃO OS PROJETOS
Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 20 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para 6.000 seringueiros;• Estabelecer parceria com o CNS – Conselho Nacional de Populações Extrativistas;	Municípios das calhas dos rios Madeira, Juruá, Purus, Negro, Amazonas e Solimões.
Transferência de Tecnologia na Pecuária Sustentável	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 20 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para aumentar a produção de leite e triplicar o rebanho bovino sem aumentar a área de pastagem para, pelo menos, 6.000 Unidades Produtivas;	Municípios agrupados ao redor dos seguintes Polos: Autazes, Apuí, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Presidente Figueiredo e Boca do Acre.
Transferência de Tecnologia na Aquicultura	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 40 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para pelo menos 12.000 produtores nos 5 polos de piscicultura;	Municípios agrupados em torno dos 5 polos de piscicultura: Manacapuru, Tabatinga, Humaitá, Lábrea e Parintins.
Transferência de Tecnologia no Manejo de Produtos Madeiros e Não Madeiros	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 15 agentes de transferência tecnológica;• Elaborar, colocar em funcionamento e monitorar 1.000 planos de manejo florestal simplificados, em 1.000 propriedades rurais;	Municípios localizados em todo o Estado do Amazonas.
Transferência de Tecnologia na Fruticultura	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 15 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para 4.500 unidades produtivas de frutas cultivadas e de aproveitamento extrativo de frutas para garantir o fornecimento de matéria prima para as agroindústrias instaladas no Estado do Amazonas, em especial as de cacau, cupuaçu, açaí, guaraná e abacaxi;	Municípios: Itacoatiara, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo, Codajás, Novo Aripuanã e Lábrea. Para atender a cultura de cacau, serão priorizados os municípios de Coari, Tabatinga, Apuí, Parintins, Urucutuba e Envira.
Transferência de Tecnologia na Avicultura	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 5 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para implantar 1 galinheiro com o mínimo de 30 galináceos adultos em cada família em situação de insegurança alimentar e nutricional nos 10 municípios das regiões dos Rios Negro e Juruá, totalizando pelo menos 1.500 famílias;	Municípios das calhas dos rios Negro (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos) e Alto Juruá (Eirunepé, Envira, Guajará e Ipixuna).
Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 21 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para pelo menos 6.300 unidades produtivas de culturas alimentares em todo o Estado do Amazonas;	Municípios localizados em todas as regiões do Amazonas.
Transferência de Tecnologia em Horticultura	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 10 agentes de transferência tecnológica;• Transferir e difundir tecnologias para pelo menos 3.000 famílias com objetivo de adensar a produção de hortaliças nos municípios do entorno de Manaus e reduzir o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde	Municípios localizados no entorno de Manaus.
Transferência de Tecnologia para Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado	<ul style="list-style-type: none">• Selecionar, implementar, capacitar e coordenar as atividades de 16 agentes de transferência tecnológica;• Transferir métodos e ferramentas e realizar capacitações para apoiar a organização social dos beneficiários em, pelo menos, 2.400 unidades familiares atendidas por cada linha temática finalística;• Transferir métodos e ferramentas para gestão econômica da produção e identificação de mercados para escoamento da produção para, pelo menos, 2.400 unidades atendidas por cada linha temática finalística;• Fomentar a formação de lideranças e grupos formais (associações e cooperativas) e informais entre o público atendido por cada linha temática finalística;• Apoiar os técnicos das demais linhas temáticas na elaboração de projetos de financiamento da produção.	Todos os municípios atendidos pelas linhas temáticas finalísticas

5.2 Apresentar proposta de capacitação (contendo conteúdo e metodologia) em abordagem de campo e técnicas de transferência das tecnologias propostas nos projetos de, no mínimo, 40 horas para os bolsistas selecionados;

5.3 Apresentar de forma detalhada as estratégias de integração da equipe e o cronograma de atividades de forma a cobrir a área geográfica proposta em cada linha temática;

Travessa do Daru, s/n - Flores
Tel.: (92) 3178-4000
gabrielna@sepm.am.gov.br
www.sepm.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69058-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

5.4 A duração dos projetos deve ser de 36 meses.

6. REQUISITOS DO PROPONENTE

- 6.1 Ser brasileiro ou naturalizado. Quando estrangeiro, ter visto permanente;
- 6.2 Residir no Estado do Amazonas;
- 6.3 Estar cadastrado no sistema de Currículo Lattes do CNPq e no Banco de Pesquisadores da FAPEAM;
- 6.4 Ter título de Doutor ou Mestre;
- 6.5 Ter vínculo empregatício com instituição de ensino, pesquisa ou inovação no Amazonas;
- 6.6 Ter experiência na coordenação de projetos na área para a qual está apresentando a proposta;
- 6.7 Apresentar apenas uma única proposta em uma das linhas temáticas deste Edital, seja ela finalística ou transversal;
- 6.8 Estar adimplente com a FAPEAM.

7. RECURSOS FINANCEIROS

7.1 Os recursos a serem desembolsados para a execução deste Edital, no montante de R\$ 22.244.211,60 (vinte e dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos), são provenientes do Tesouro do Estado do Amazonas a serem executados pela FAPEAM, sendo R\$ 10.368.803,76 (dez milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e setenta e seis centavos) oriundos do orçamento da SEPROR e R\$ 11.875.407,84 (onze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e quatro centavos) oriundos do orçamento da FAPEAM de acordo com o Convênio N. 001/2013, celebrado entre a FAPEAM, SECTI e SEPROR.

7.1.1 Os recursos oriundos da SEPROR serão destinados ao pagamento de auxílio-pesquisa dos projetos aprovados a ser repassado em 3 (três) parcelas, uma a cada ano.

7.1.2 Os recursos oriundos da FAPEAM serão destinados ao pagamento das bolsas.

7.2 As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de custeio e bolsas, de acordo com as linhas temáticas, nos valores de até:

ANO 1 (maio/2013 – abril 2014)				
N.	Linha	Bolsas	Auxílio-Pesquisa	Total por Linha
1	Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta	R\$ 186.480,00	R\$ 149.425,48	R\$ 335.905,48
2	Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha	R\$ 373.680,00	R\$ 415.922,40	R\$ 789.602,40
3	Transferência de Tecnologia na Pecuária Sustentável	R\$ 488.880,00	R\$ 426.117,60	R\$ 914.997,60
4	Transferência de Tecnologia na Aquicultura	R\$ 791.280,00	R\$ 802.751,20	R\$ 1.594.031,20
5	Transferência de Tecnologia no Manejo Madeireiro	R\$ 301.680,00	R\$ 348.455,10	R\$ 650.135,10
6	Transferência de Tecnologia na Fruticultura	R\$ 316.080,00	R\$ 300.229,50	R\$ 616.309,50
7	Transferência de Tecnologia na Avicultura	R\$ 114.480,00	R\$ 98.377,30	R\$ 212.857,30
8	Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares	R\$ 416.880,00	R\$ 465.756,66	R\$ 882.636,66
9	Transferência de Tecnologia para Horticultura	R\$ 215.280,00	R\$ 199.304,20	R\$ 414.584,20
10	Transferência de Tecnologia para Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado	R\$ 503.280,00	R\$ 370.397,76	R\$ 873.677,76
TOTAL		R\$ 3.708.000,00	R\$ 3.576.737,20	R\$ 7.284.737,20

ANO 2 (maio/2014 – abril 2015)				
N.	Linha	Bolsas	Auxílio-Pesquisa	Total por Linha
1	Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta	R\$ 186.480,00	R\$ 150.681,60	R\$ 337.161,60
2	Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha	R\$ 373.680,00	R\$ 427.755,20	R\$ 801.435,20
3	Transferência de Tecnologia na Pecuária Sustentável	R\$ 488.880,00	R\$ 435.950,40	R\$ 924.830,40
4	Transferência de Tecnologia na Aquicultura	R\$ 791.280,00	R\$ 851.956,80	R\$ 1.643.236,80
5	Transferência de Tecnologia no Manejo Madeireiro	R\$ 301.680,00	R\$ 371.572,20	R\$ 673.252,20
6	Transferência de Tecnologia na Fruticultura	R\$ 316.080,00	R\$ 300.846,60	R\$ 616.926,60
7	Transferência de Tecnologia na Avicultura	R\$ 114.480,00	R\$ 104.583,00	R\$ 219.063,00
8	Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares	R\$ 416.880,00	R\$ 496.020,60	R\$ 912.900,60
9	Transferência de Tecnologia para Horticultura	R\$ 215.280,00	R\$ 199.714,80	R\$ 414.994,80

Transferência de Dem. a/n - Flores
Tel.: (92) 3678-4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69038-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANO 2 (maio/2014 – abril 2015)				
N.	Linha	Bolsas	Auxílio-Pesquisa	Total por Linha
10	Transferência de Tecnologia para Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado	R\$ 503.280,00	R\$ 412.656,00	R\$ 915.936,00
TOTAL		R\$ 3.708.000,00	R\$ 3.751.737,20	R\$ 7.459.737,20

ANO 3 (maio/2015 – abril 2016)				
N.	Linha	Bolsas	Auxílio-Pesquisa	Total por Linha
1	Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta	R\$ 186.480,00	R\$ 152.601,60	R\$ 339.081,60
2	Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha	R\$ 373.680,00	R\$ 436.154,76	R\$ 809.834,76
3	Transferência de Tecnologia na Pecuária Sustentável	R\$ 488.880,00	R\$ 444.350,40	R\$ 933.230,40
4	Transferência de Tecnologia na Aquicultura	R\$ 791.280,00	R\$ 861.556,80	R\$ 1.652.836,80
5	Transferência de Tecnologia no Manejo Madeireiro	R\$ 301.680,00	R\$ 371.572,20	R\$ 673.252,20
6	Transferência de Tecnologia na Fruticultura	R\$ 316.080,00	R\$ 305.927,04	R\$ 622.007,04
7	Transferência de Tecnologia na Avicultura	R\$ 114.480,00	R\$ 107.583,00	R\$ 222.063,00
8	Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares	R\$ 416.880,00	R\$ 496.020,60	R\$ 912.900,60
9	Transferência de Tecnologia para Horticultura	R\$ 215.280,00	R\$ 203.314,80	R\$ 418.594,80
10	Transferência de Tecnologia para Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado	R\$ 503.280,00	R\$ 412.656,00	R\$ 915.936,00
TOTAL		R\$ 3.708.000,00	R\$ 3.791.737,20	R\$ 7.499.737,20

8. BENEFÍCIOS

8.1 Bolsas / Modalidades

MODALIDADE	SIGLA	NÍVEL	VALOR
Bolsa de Transferência Tecnológica	TTEC-AM	A	R\$ 3.540,00
	TTEC-AM	B	R\$ 2.832,00
	TTEC-AM	C	R\$ 2.400,00
	TTEC-AM	D	R\$ 1.200,00

8.1.1 Cada projeto aprovado contemplará 1 (uma) bolsa de **Bolsa de Transferência Tecnológica – TTEC**, de nível A (para coordenadores com título de Doutor) ou B (para coordenadores com título de Mestre), disponibilizada para o Coordenador do projeto;

8.1.2 Cada proposta contemplará **Bolsas de Transferência Tecnológica – TTEC-AM**, de nível C (para agentes de transferência tecnológica com nível superior completo) e de nível D (para agentes de transferência tecnológica com nível médio), em quantidade e valores compatíveis com o descrito abaixo:

LINHA TEMÁTICA	MODALIDADE				TOTAL	
	TTEC-AM C		TTEC-AM D		Qtđ.	Valor
	Qtđ.	Valor	Qtđ.	Valor		
Transferência de Tecnologia na Produção de Malva e Juta	2	R\$ 172.800,00	6	R\$ 259.200,00	8	R\$ 432.000,00
Transferência de Tecnologia na Produção de Borracha	3	R\$ 259.200,00	17	R\$ 734.400,00	20	R\$ 993.600,00
Transferência de Tecnologia na Pecuária	11	R\$ 950.400,00	9	R\$ 388.800,00	20	R\$ 1.339.200,00
Transferência de Tecnologia na Aquicultura	12	R\$ 1.036.800,00	28	R\$ 1.209.600,00	40	R\$ 2.246.400,00
Transferência de Tecnologia no Manejo de Produtos Madeireiros e Não Madeireiros	3	R\$ 259.200,00	12	R\$ 518.400,00	15	R\$ 777.600,00
Transferência de Tecnologia na Fruticultura	4	R\$ 345.600,00	11	R\$ 475.200,00	15	R\$ 820.800,00
Transferência de Tecnologia na Avicultura	-	-	5	R\$ 216.000,00	5	R\$ 216.000,00
Transferência de Tecnologia em Culturas Alimentares	5	R\$ 432.000,00	16	R\$ 691.200,00	21	R\$ 1.123.200,00

Travessa do Dendz/n - Flores
Tel: (92) 3878.4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69038-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

8.2.5.6 Estão vetados de financiamento, ainda, todos os itens não financiáveis previstos no Manual de Prestação de Contas da FAPEAM.

8.3 Caso haja necessidade, para a execução do projeto, de suporte de infraestrutura e logística que resultem eventualmente despesas não previstas para apoio por este Edital, deverão ser solicitadas pelo coordenador à SEPROR e estar em consonância com o Plano de Trabalho aprovado.

9. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

9.1 Observando o prazo estabelecido no calendário constante neste Edital, a documentação poderá ser entregue, no horário de 09 às 13 horas, no protocolo da FAPEAM, em envelope lacrado, por meio de Carta de encaminhamento à Diretoria Técnico-Científica, em 2 (duas) vias impressas, constando, de forma clara, a seguinte referência: **CONFIDENCIAL FAPEAM/DITEC/PROGRAMA ESTRATÉGICO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR RURAL – PRO-RURAL/ NOME DO PROPONENTE**.

9.1.1 Cópia impressa e assinada do Formulário de Apresentação de Proposta online, disponível para impressão após o preenchimento no Sistema SIGFAPEAM – 01 (uma);

9.1.2 Cópia impressa do Formulário Complementar disponível em anexo no Formulário de Apresentação da Proposta online no sistema SIGFAPEAM – 01 (uma);

9.1.3 Cópia impressa do Currículo Lattes – 01 (uma);

9.1.4 Cópias do diploma de doutorado e/ou mestrado – 01 (uma);

9.2. O descumprimento das exigências constantes neste item inviabilizará a avaliação da proposta;

9.3 A documentação dos proponentes não selecionados ficará à disposição, na FAPEAM, por um período de até 02 (dois) meses, contados a partir da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado do Amazonas (D.O.E.). Após esse período, a FAPEAM procederá ao seu descarte;

9.4 O proponente que optar por encaminhar sua proposta por Correios deve utilizar o serviço via SEDEX, observando as datas limites deste Edital;

9.5. A FAPEAM não se responsabiliza pelo atraso ou desvio de documentos encaminhados via postal;

9.6 A FAPEAM não se responsabiliza por inscrição não recebida devido a fatores de ordem técnica-computacional, falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação, que impossibilitem a transferência dos dados;

9.7 Não será permitida a inclusão ou substituição de qualquer documento após a entrega da proposta.

10. ANÁLISE E JULGAMENTO

A análise e o julgamento das propostas obedecerão aos seguintes procedimentos:

10.1 A equipe técnica da FAPEAM procederá ao enquadramento das propostas apresentadas, objetivando a verificação da apresentação de toda a documentação necessária explicitada neste edital;

10.2 As propostas enquadradas serão submetidas à avaliação do Comitê de Especialistas designado em Portaria pela Diretoria Técnico-Científica da FAPEAM, constituído por pesquisadores com título de doutor e experiência nas linhas temáticas deste Edital.

10.3 Posteriormente as propostas serão submetidas ao Comitê Gestor do Programa para deliberação final com base nos pareceres emitidos pelo Comitê de Especialistas. O Comitê Gestor será composto por representantes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECTI e da Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR;

10.4 Ao final do processo de análise, estabelecer-se-á, em escala decrescente de prioridade, o ranqueamento das propostas a serem encaminhadas à Diretoria Técnico-Científica;

10.5 A partir da lista classificatória apresentada, o Conselho Diretor da FAPEAM procederá à homologação do resultado com vista à implementação e concessão dos benefícios;

11. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

11.1 O Comitê de Especialistas de que trata o parágrafo anterior procederá à avaliação das propostas enquadradas pela equipe técnica da FAPEAM, de acordo com os seguintes critérios:

Travessa do Derr, s/n - Flores
Tel.: (92) 3878-4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69035-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Transferência de Tecnologia para Horticultura	2	R\$ 172.800,00	8	R\$ 345.600,00	10	R\$ 518.400,00
Transferência de Tecnologia para Organização Social e Desenvolvimento Econômico e Mercado	16	R\$ 1.382.400,00	-	-	16	R\$ 1.382.400,00

8.1.3 As bolsas deverão ser solicitadas no ato da submissão da proposta, não sendo aceitos pedidos posteriores.

8.2 Auxílio-Pesquisa

8.2.1 Será concedido ao Proponente/Coordenador do Projeto auxílio-pesquisa destinado a despesas de custeio voltadas exclusivamente ao cumprimento das atividades estabelecidas no projeto aprovado, em parcelas anuais de acordo com os limites fixados na tabela constante no item 7.2:

8.2.2 O auxílio pesquisa será desembolsado em até 03 (três) parcelas, sendo uma a cada ano de projeto, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da SEPROR e da FAPEAM.

8.2.3 O repasse da segunda parcela estará condicionado à apresentação de prestação de contas técnica e financeira da utilização dos recursos da primeira parcela. O repasse da terceira parcela obedecerá ao mesmo critério, assim esta só será disponibilizada aos coordenadores dos projetos mediante a apresentação de prestação de contas técnica e financeira referente ao recurso concedido na segunda parcela.

8.2.4 Itens Financiáveis

Serão financiados itens referentes a custeio para utilização nas atividades descritas no Projeto e de acordo com o orçamento aprovado:

- a) material de consumo, reprografia, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos que serão utilizados no projeto e softwares;
- b) passagens, despesas com locomoção e diárias, referentes ao desenvolvimento do projeto e devidamente justificadas;
- c) serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual.

8.2.4.1 As despesas com diárias deverão estar previstas no orçamento da proposta, com valores em conformidade com o estipulado no Manual de Prestação de Contas da FAPEAM;

8.2.4.2 Qualquer pagamento a pessoa física que vier a desenvolver algum tipo de atividade na execução do projeto deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo de qualquer natureza com as instituições de apoio e estas não se poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do coordenador do projeto;

8.2.4.3 Para contratação de serviços, deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Manual de Prestação de Contas da FAPEAM.

8.2.5 Itens não financiáveis

8.2.5.1 Material permanente e equipamentos;

8.2.5.2 Não são permitidas despesas com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo e as de rotina, tais como contas de luz, água, telefone, correio e similares, obras civis e mobiliário, entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;

8.2.5.3 Não é permitido o pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

8.2.5.4 As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição proponente a título de contrapartida;

8.2.5.5 Estão vetados os pagamentos com:

- I. Ornamentação, coquetel, jantares, shows ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- II. Taxas de administração ou gestão, a qualquer título;
- III. Compra de créditos para a carteira de passe estudantil e/ou pagamento de passagem de ônibus coletivo;
- IV. Compra de cartões telefônicos;
- V. Auxílio à passagem para participação de pesquisadores ou de qualquer outro membro da equipe do projeto, em eventos de natureza científica.

Travessa do Diácono - Flores
Tel.: (92) 3878-4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69058-793



SECTI
Secretaria de Estado do
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pelo ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- 16.14 Não fazer aplicações financeiras com os recursos do projeto;
- 16.15 Em caso de ser beneficiário de outro projeto financiado pela FAPEAM, não transferir verbas ou saldos de um projeto para outro;
- 16.16 Solicitar à FAPEAM autorização, acompanhada de justificativa, para quaisquer modificações no plano de trabalho/orçamento aprovado;
- 16.17 Responsabilizar-se pela referência obrigatória nas publicações, nos trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de divulgação à condição da FAPEAM e da SEPROR como financiadoras. O NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA POR SI SÓ OPORTUNIZARÁ À FAPEAM O DIREITO UNILATERAL DE CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS;
- 16.18 Nos casos em que os resultados do projeto ou os relatórios em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de uma criação protegida, tratar a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, N. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto N. 5.563, de 11 de outubro de 2005 e a Lei Estadual N. 3.095, de 17 de novembro de 2006;
- 16.19 Fazer referência obrigatória ao apoio prestado pela FAPEAM e SEPROR, utilizando a identidade visual da SEPROR e da FAPEAM/SECTI/GOVERNO DE ESTADO, de acordo com o Manual FAPEAM de Uso da Marca (disponível no link downloads da página eletrônica da FAPEAM), em todas as formas de divulgação e nas publicações. O NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA POR SI SÓ OPORTUNIZARÁ À FAPEAM O DIREITO UNILATERAL DE CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS;
- 16.20 Apresentar à FAPEAM relatório parcial das atividades desenvolvidas, após 12 (doze) meses de vigência do projeto;
- 16.21 Apresentar em até 30 (trinta) dias após a finalização do projeto relatório final de prestação de contas técnica e financeira, de acordo com as normas da FAPEAM;
- 16.22 Responsabilizar-se pela entrega dos relatórios de atividades parciais e finais dos bolsistas vinculados ao projeto;
- 16.23 Devolver à FAPEAM, em valores atualizados, o auxílio-pesquisa recebido, caso os compromissos e obrigações deste Edital não sejam cumpridos;
- 16.24 Acompanhar a exposição dos bolsistas em eventos e em seminários que incluam sua participação;
- 16.25 Incluir os nomes dos bolsistas vinculados ao projeto, na condição de coautores, nas publicações e apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- 16.26 O não cumprimento destes compromissos implicará a cessão dos benefícios e a impossibilidade de receber fomento de qualquer natureza da FAPEAM, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17. ATRIBUIÇÕES E COMPROMISSOS DO BOLSISTA DE TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA NIVEIS C e D

- 17.1 Não ter vínculo empregatício;
- 17.2 Ser selecionado pelo proponente/coordenador do projeto;
- 17.3 Não ter grau de parentesco com o coordenador do projeto;
- 17.4 Apresentar cronograma de atividades em consonância com os objetivos e metas do projeto;
- 17.5 Dedicar-se integralmente às atividades do projeto;
- 17.6 Durante a execução do projeto, residir ou fixar residência em um dos municípios do interior do Estado onde serão desenvolvidas as atividades do projeto, observada a tabela constante no item 5.1;
- 17.6.1 Apenas no caso específico dos projetos aprovados na Linha Temática *Transferência de Tecnologia no Manejo de Produtos Madeireiros e Não Madeireiros* e na Linha Temática *Transferência de Tecnologia para Organização Social, Desenvolvimento Econômico e Mercado*, o bolsista deve residir em Manaus;
- 17.7 Ter disponibilidade para viagens aos locais onde os projetos serão desenvolvidos;
- 17.8 Apresentar à FAPEAM relatório parcial das atividades desenvolvidas, a cada 12 (doze) meses de vigência da bolsa;
- 17.9 Apresentar à FAPEAM relatório final das atividades desenvolvidas no prazo de até 30 (trinta) dias do final da vigência da bolsa;
- 17.10 Participar dos eventos de acompanhamento, avaliação e divulgação dos resultados;
- 17.11 Fazer obrigatoriamente referência à sua condição de bolsista da FAPEAM nas publicações, nos trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de comunicação;
- 17.12 Fazer referência obrigatória ao apoio prestado pela FAPEAM e SEPROR, utilizando a identidade visual da SEPROR e da FAPEAM/SECTI/GOVERNO DE ESTADO, de acordo com o Manual FAPEAM de Uso da Marca (disponível no link downloads da página eletrônica da FAPEAM), em todas as formas de divulgação e nas publicações. O

Trinseira dos Dama's/A - Flores
Tel. (92) 3878-4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69058-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Mérito e relevância da proposta segundo os objetivos e requisitos estabelecidos neste Edital.	Até 2,0
Abrangência geográfica do projeto na linha temática específica.	Até 2,0
Previsão quantitativa de tecnologias a serem transferidas.	Até 2,0
Aderência do proponente ao perfil profissional e acadêmico solicitado neste Edital.	Até 1,0
Coerência entre objetivos e metodologia apresentados na proposta.	Até 1,0
Viabilidade das etapas de trabalho demonstradas no cronograma (compatibilidade entre metodologia, atividade e prazo de execução).	Até 1,0
Coerência da previsão orçamentária com os objetivos, atividades e resultados propostos.	Até 1,0

11.2 Poderão ser fixados critérios adicionais, além dos aqui estabelecidos, pelo Comitê de Especialistas.

12. CALENDÁRIO

ATIVIDADE	DATA
Lançamento do Edital	26 de fevereiro de 2013
Submissão de propostas	Até 1º de abril de 2013
Divulgação dos Resultados	Abril de 2013
Início dos Projetos	A partir de maio de 2013

13. EXECUÇÃO DO PROJETO

13.1 O projeto terá duração de 36 (trinta e seis) meses;

13.2 As atividades do coordenador da proposta aprovada terão início a partir de maio de 2013;

13.3 Os bolsistas serão selecionados e indicados pelo coordenador quando da implementação dos projetos ou, se possível, quando da submissão da proposta ao Edital.

14. RESULTADO DO JULGAMENTO

A relação das propostas aprovadas será divulgada na página eletrônica da FAPEAM (www.fapeam.am.gov.br) e a resenha da Decisão do Conselho Diretor publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas (D.O.E).

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado deste Edital, o eventual recurso, mediante requerimento, deverá ser dirigido à Presidência da FAPEAM no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da resenha da Decisão do Conselho Diretor no Diário Oficial do Estado do Amazonas (D.O.E).

16. ATRIBUIÇÕES E COMPROMISSOS DO COORDENADOR

16.1 Indicar, com a anuência da SEPROR, os bolsistas que participarão do projeto;

16.2 Orientar e se responsabilizar pela elaboração e execução do Plano de Trabalho dos bolsistas;

16.3 Acompanhar e avaliar o trabalho dos bolsistas via relatório, reuniões periódicas e visitas *in loco*;

16.4 Definir, com os bolsistas, os indicadores para avaliação e medição dos resultados;

16.5 Propor e implementar soluções para as dificuldades encontradas no trabalho dos bolsistas;

16.6 Estimular os bolsistas a sistematizarem informações e produzirem artigos técnicos e de divulgação com base na experiência de campo;

16.7 Examinar e assinar o Termo de Outorga, para certificar-se de seus direitos, deveres e obrigações;

16.8 Encaminhar à FAPEAM para implementação das bolsas e do auxílio-pesquisa toda a documentação necessária, conforme orientações fornecidas;

16.9 Não acumular bolsas de qualquer modalidade de outro programa da FAPEAM, ou de outra agência de fomento pública ou privada nacional e/ou internacional;

16.10 Estar com situação regular junto à instituição bancária a ser definida pela FAPEAM para o repasse dos benefícios;

16.11 Administrar os recursos financeiros de acordo com as normas da FAPEAM;

16.12 Não utilizar os benefícios para fins outros que não os aprovados no projeto;

16.13 Não utilizar saldos dos recursos concedidos;

Travessa do Dama, s/n - Flores
Tel.: (92) 3878-4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69038-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA POR SI SÓ OPORTUNIZARÁ À FAPEAM O DIREITO UNILATERAL DE CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS;

17.13 Estar com situação regular junto à instituição bancária a ser definida pela FAPEAM para o repasse do benefício;

17.14 Não acumular bolsas de qualquer modalidade de outro programa da FAPEAM, ou de outra agência de fomento pública ou privada nacional e/ou internacional;

17.15 Devolver à FAPEAM, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e os compromissos estabelecidos não sejam cumpridos.

18. TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE AUXÍLIO

A concessão dos recursos financeiros será formalizada com a prévia celebração de um Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio. Nesse documento, as partes assumirão, dentre outros, os seguintes compromissos:

18.1 O coordenador deverá examinar e assinar o Termo de Outorga para certificar-se de seus direitos, deveres e obrigações;

18.2 O coordenador do projeto será o responsável principal por todas as obrigações contratuais;

18.3 A instituição de vínculo do coordenador/outorgado será corresponsável pela execução do projeto;

18.4 A FAPEAM, a qualquer tempo, poderá solicitar a confirmação da veracidade das informações prestadas;

18.5 A FAPEAM assumirá o compromisso de efetivar a liberação dos recursos de acordo com os termos deste Edital.

19. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

19.1 Constitui fator impeditivo à liberação do recurso financeiro, com o consequente cancelamento do projeto, a existência de inadimplência e/ou pendências de natureza financeira e/ou técnica do solicitante para com a FAPEAM e/ou demais órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal direta ou indireta, assim como situação bancária irregular.

19.2 A FAPEAM pagará o auxílio-pesquisa ao coordenador do projeto aprovado em três (três) parcelas anuais, conforme descrito no item 7.2 deste Edital, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, por meio de instituição bancária por ela definida.

19.3 A FAPEAM pagará mensalmente, por meio de instituição bancária por ela definida, o valor das bolsas, conforme descrito no item 8.1 deste Edital.

20. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

20.1 Após a aprovação e implementação dos projetos, será constituída pela FAPEAM a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, para assessorar a FAPEAM no acompanhamento do Programa.

20.2 O acompanhamento das atividades dos projetos *in loco* será feito pelo Comitê de Acompanhamento das Atividades em Campo, designado, composto e gerido pela SEPROR.

20.3 Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com a FAPEAM deverá ser feita por escrito à Diretoria Técnico-Científica da Fundação;

20.4 Qualquer alteração técnica e/ou orçamentária relativa à execução do projeto aprovado deverá ser antecipadamente autorizada pela FAPEAM;

20.5 A FAPEAM acompanhará os projetos por meio de:

a) Relatório técnico-científico parcial da execução do projeto do coordenador e dos demais bolsistas, ao final de cada ano de execução do Programa (cômputo de ano conforme tabela constante no item 7.2);

b) Cópias de artigos publicados em revistas ou anais de congressos nacionais ou estrangeiros; artigos, ainda no prelo, submetidos a revistas, e outras formas de comunicação científica e técnica;

c) Seminários de Acompanhamento e Avaliação dos projetos;

d) Visitas *in loco* pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa ou equipe técnica da FAPEAM, para orientação e proposição de ajustes técnicos e financeiros quando necessário;

e) Relatório técnico-científico final do coordenador e dos demais bolsistas;

f) Prestação de contas, técnica e financeira que deverá ser entregue à FAPEAM pelo coordenador do projeto nos prazos estipulados.

Travessa nr. Demis/n - Flores
Tel. (92) 3879-4006
gabriele@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP. 69058-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pelo ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

21. AVALIAÇÃO FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS

21.1 Decorridos até 30 (trinta) dias do término da vigência do projeto, o coordenador deverá apresentar, em conformidade com o Termo de Concessão/Outorga e demais normas da FAPEAM:

- a) prestação de contas financeira;
- b) prestação de contas técnica final.

21.2 A avaliação dos relatórios técnicos, parcial e final, apresentados pelo coordenador do projeto, será realizada pela área técnica da FAPEAM.

21.3 A prestação de contas financeira, referente ao auxílio outorgado, será de acordo com as normas vigentes no Manual de Prestação de Contas da FAPEAM.

21.4 A FAPEAM reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais.

22. CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS

O cancelamento das bolsas e auxílio-pesquisa será efetivado pelo Conselho Diretor da FAPEAM, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade o justifique, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

23. DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de uma criação protegida, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, N. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto N. 5.563, de 11 de outubro de 2005 e a Lei Estadual N. 3.095, de 17 de novembro de 2006.

24. PUBLICAÇÕES

As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalhos apoiados por este Edital deverão citar, obrigatoriamente, o apoio prestado pela FAPEAM, utilizando a identidade visual da Fundação, da SECTI, da SEPROR e do Governo do Estado, de acordo com as normas do Manual FAPEAM de Uso da Marca, disponível no link downloads da página eletrônica da FAPEAM. O NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA POR SI SÓ OPORTUNIZARÁ À FAPEAM O DIREITO UNILATERAL DE CANCELAMENTO E RESSARCIMENTO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.

25. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

O prazo para impugnação do Edital será de 5 (cinco) dias úteis, após a sua divulgação no Diário Oficial do Estado do Amazonas (D.O.E), não tendo efeito de recursos as impugnações efetuadas por aquele que, em tendo aceito sem objeção os termos do presente Edital, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

26. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, este Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, inclusive quanto aos recursos a ele alocados, por decisão da FAPEAM, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a quaisquer formas de indenização ou reclamação.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 A FAPEAM não se responsabiliza por qualquer dano físico ou mental causado aos bolsistas na execução das atividades referentes às suas propostas;

27.2 É de competência da instituição de vínculo do coordenador da proposta aprovada oferecer seguro-saúde ou equivalente que dê cobertura a despesas médicas e hospitalares aos membros da equipe, em eventuais casos de acidentes e sinistros que possam ocorrer durante o desenvolvimento das atividades relativas à execução do projeto de pesquisa;

27.3 Caso seja demandada judicialmente, a FAPEAM será ressarcida, pela instituição a que está vinculado o beneficiário, de todas e quaisquer despesas que decorram de uma eventual condenação, incluindo-se não só os valores judicialmente fixados, mas também outros alusivos à formulação da defesa;

27.4 Não haverá qualquer vínculo empregatício junto à FAPEAM, no âmbito da execução do Programa;

Travessa dos Dornos, s/n - Flores
Tel. - (92) 3878-4000
gabinete@faperam.am.gov.br
www.faperam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP. 69058-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificado pela ISO 9001:2008





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- 27.5 As bolsas percebidas no âmbito deste Edital, de modo algum, caracterizarão vínculo empregatício com a FAPEAM;
27.6 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital podem ser obtidos mediante envio de mensagem para o endereço eletrônico: deapro@fapeam.am.gov.br.
27.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor da FAPEAM.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 25 de fevereiro de 2013.


Prof. Dra. **Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão**
Presidenta do Conselho Diretor

Trabalhos de Dados/A - Flores
Tel.: (92) 2878-4000
gabinete@fapeam.am.gov.br
www.fapeam.am.gov.br
Manaus/AM - CEP: 69055-793



SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pelo ISO 9001:2008



Anexo IV – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar do projeto de pesquisa RESIDÊNCIA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: Encontro de saberes? sob a responsabilidade das pesquisadoras Priscila Thayane de Carvalho Silva e Prof.ª Dr.ª Terezinha de Jesus P. Fraxe, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Residência Agrária e sua implementação através das linhas de Malva e Juta, Aquicultura, Culturas Alimentares e Organização social, desenvolvimento econômico e mercado, realizados em Manacapuru- AM de 2013 -2014. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas que serão gravadas, imagens fotograficas e pela disponibilização de material bibliográfico pertinente ao objetivo da pesquisa.

Os riscos decorrentes de sua participação são relacionadas ao desconforto causado pelo tempo dedicado em atenção aos momentos das entrevistas, visto que a atividade da Agricultura, Pesca ou a própria Residência Agrária demanda boa parte do dia dos sujeitos pesquisados, além de possíveis constrangimentos pela exposição da imagem e de informações pessoais e por trazer à memória do entrevistado experiências ou situações vividas. Para minimizar tais riscos, foram tomados os cuidados de não serem incluídas perguntas de cunho pessoal, assegurando-se o direito dos sujeitos de retirarem-se da pesquisa ou de não responderem a determinada pergunta. Além disso o local, horário e situação da entrevista será definida de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Assegura-se também o anonimato dos entrevistados e a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Se você aceitar participar, estará contribuindo para uma reflexão sobre uma política pública de cunho socioambiental, que tem um projeto de proposta para extensão rural e assistência agrária no contexto amazônico, além disso, colaborará para explicitar como esta vem se desenvolvendo em Manacapuru-AM.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a com a pesquisadora responsável Priscila Thayane de C. Silva por meio do telefone: (092) 9299-2077 ou (092) 8812-5340; e e-mail: priscilathayane@hotmail.com, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130, E-mail: cep@ufam.edu.br.

Consentimento Pós-informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Em: _____ / ____ / _____

impressão polegar



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Deldirque Touzima de Araujo Gerente, responsável pela coordenação do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, sede de Manacapuru-AM, declaro para os devidos fins que estou informado(a), esclarecido(a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade que seja desenvolvido o projeto de mestrado intitulado: RESIDÊNCIA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: Encontro de saberes? Este projeto será desenvolvido pela mestranda em ciências do ambiente da UFAM: Priscila Thayane de Carvalho Silva, com a orientação da professora Prof.ª Dr.ª Terezinha de Jesus P. Fraxe. A pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre uma política pública de cunho socioambiental, que tem um projeto de Residência Agrária proposto na perspectiva da assistência técnica e extensão rural voltados aos agricultores familiares do contexto amazônico.

Estou ciente que no estudo serão realizadas aplicações de entrevistas e gravações com gravador. E, ainda, estou informada de que os Residentes e os Técnicos do IDAM, terão total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema ou qualquer prejuízo na vida pessoal, familiar e profissional. E ainda que estes não gastarão recurso financeiro, assim como não receberão qualquer benefício financeiro em troca, pois o projeto tem a finalidade apenas de pesquisa científica.

Estou ciente que a qualquer momento tenho total liberdade de pedir explicações à pesquisadora responsável e à orientadora sobre este projeto no seguinte contato: Telefone: (092) 9299-2077 ou (092) 8812-5340. E-mail: priscilathayane@hotmail.com.

Deldirque S. Touzima de Araujo
Deldirque S. Touzima de Araujo
Técnico em Agropecuária
CR&A...2879 TD

Manaus, 16/09/2014

RG: 786.804

Testemunhas

- 1) Claudio Roberto Pinto de Jesus RG 915.986
2) Genival A. Pótilo de Lacerda RG 1368876-6



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Ricardo Estrelo de Nascimento presidente, responsável pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manacapuru-AM- STTR, declaro para os devidos fins que estou informado(a), esclarecido(a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade que seja desenvolvido o projeto de mestrado intitulado: RESIDÊNCIA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: Encontro de saberes? Este projeto será desenvolvido pela mestrandia em ciências do ambiente da UFAM: Priscila Thayane de Carvalho Silva, com a orientação da professora Prof.ª Dr.ª Terezinha de Jesus P. Fraxe. A pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre uma política pública de cunho socioambiental, que tem um projeto de Residência Agrária proposto na perspectiva da assistência técnica e extensão rural voltados aos agricultores familiares do contexto amazônico. Estou ciente que no estudo serão realizadas aplicações de entrevistas e gravações com gravador. E, ainda, estou informado (a) de que os Sindicalizados, Associados ou Cooperados, terão total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema ou qualquer prejuízo na vida pessoal, familiar e profissional. E ainda que estes não gastarão recurso financeiro, assim como não receberão qualquer benefício financeiro em troca, pois o projeto tem a finalidade apenas de pesquisa científica.

Estou ciente que a qualquer momento tenho total liberdade de pedir explicações à pesquisadora responsável e à orientadora sobre este projeto no seguinte contato: Telefone: (092) 9299-2077 ou (092) 8812-5340. E-mail: priscilathayane@hotmail.com.

Ricardo Estrelo de Nascimento

Manaus, 16/09/2014

RG: 0430-914-6

Testemunhas

- 1) Elton Monteiro de Araujo RG 1635868-6
- 2) Priscila das Santos Freire RG 1991169-6